

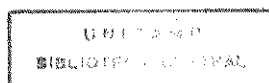
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SILZA MARIA FAZELLO VALENTE

A PRESENÇA REBELDE NA CIDADE SORRISO:
Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba,
1890 - 1920

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1 9 9 2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SILZA MARIA PAZELLO VALENTE

A PRESENÇA REBELDE NA CIDADE SORRISO:

Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba,

1890 - 1920

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por SILZA MARIA PAZELLO VALENTE e aprovada pela
Comissão Julgadora em

16 de setembro de 1992

Data:

16/9/92

Assinatura:



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1 9 9 2

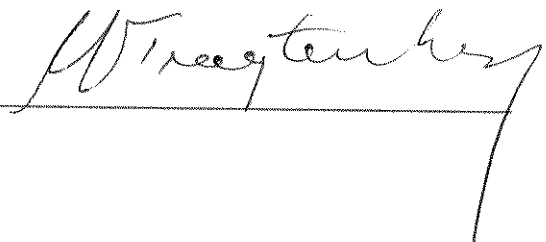
9223096

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Metodologia de Ensino à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Ediógenes Aragão Santos.

Comissão Julgadora:-



Maria M. de C. Mendes



A G R A D E C I M E N T O S

Construir esta Dissertação, mais do que um exercício de disciplina e profundo envolvimento, consistiu na vivência da solidariedade. Uma solidariedade manifestada pelas mais diferentes pessoas, em várias circunstâncias.

Ao longo desses anos nos quais a pesquisa foi desenvolvida, contei com todas as espécies de apoio: institucional, familiar, intelectual, afetivo. Conheci pessoas, fiz novos amigos e consolidei antigas amizades.

Na impossibilidade de nominar todos quantos partilharam comigo desta caminhada, desejo relacionar aqueles que se envolveram diretamente com a elaboração deste trabalho e agradecer-lhes:

- Profa. Dra. Ediógenes Aragão Santos, pela orientação segura e eficiente;

- CAPES, UEL e Departamento de Educação;

- Sra. Clarice H. Taborda, Diretora da Seção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, pela gentileza com que me atendeu;

- Maria Clara Wasserman: auxiliar de pesquisa;

- Elton Barz, pesquisador da Casa de Memória - Curitiba -;

- Sra. Sonia Roveri, descendente de Guisepppe Todeschini: acervo familiar;

- Sra. Ivone Agottani Mezadri: entrevista fundamental à elaboração deste trabalho e prazer de, conhecendo-a, sentir como eram os integrantes da Colônia Cecília;

- Sr. Werther Nervo, sobrinho de Alessandro Cerchiai: entrevista e fotografias pertencentes a seu acervo pessoal;

- Sr. Newton Stadler de Souza (In memorian): entrevista;

- Dr. Candido de Mello Neto: entrevista e escritos de Giovanni Rossi, provenientes do INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL HISTORY, Amsterdam;

- Sra. Maria Amália Agottani Samways: pela disponibilidade, interesse e empenho;

- Profa. Julce Mary Cornelsen: normatização deste trabalho;

- Kátia Miranda Venturelli, amiga muito especial: incansável nas traduções de francês e italiano e na datilografia dos originais;

- Profa. Marina Alice da Luz Ferreira, amiga-irmã: acompanhamento da gestação deste trabalho, leitura e discussão dos originais e valiosas considerações; e,

- Profa. Dra. Alcina de Lara Cardoso: contribuição, desde o início da pesquisa, de sugestões, indicações de leitura e extrema gentileza no envio de materiais para esta Dissertação ser elaborada.

AO EDGAR,

pela capacidade de construir
sonhos e pela tenacidade em
realizá-los;

AOS NOSSOS FILHOS,

Maria Beatriz, Edgar e Denise.

R E S U M O

Este trabalho pretendeu resgatar a presença anarquista, em Curitiba, durante o período de 1890-1920.

Centrou-se o mesmo em três evidências: a Colônia Cecília, uma experiência de cunho comunista-anárquico, colocada em prática no Sul do Paraná, na região denominada Campos Gerais; os periódicos anarquistas, editados em Curitiba; e as ações encetadas pelos trabalhadores curitibanos: fundação de Associações e realização de "meetings", boicotes e greves.

A pesquisa realizada evidenciou que Curitiba, a exemplo de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, sofria, na época, uma grande influência anarquista e que a educação política do trabalhador curitibano e o desenvolvimento de sua consciência crítica muito deveram à presença do anarquismo, na Cidade Sorriso.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FOTO DE ALESSANDRO CERCHIAI	81
FIGURA 2 - FOTO DE ANICETO ARTUZI	90
FIGURA 3 - FOTO DE PEDRO MYNARDI E FAMILIA	100
FIGURA 4 - FOTO DA FAMILIA AGOTTANI	105
FIGURA 5 - FOTO DA FAMILIA DE ARNALDO AGOTTANI	105
FIGURA 6 - FOTO DE ERRICO MALATESTA	107
FIGURA 7 - FOTO DE ANDRE AGOTTANI E GIGI DAMIANI	128

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATORIA	iv
RESUMO	v
LISTA DE FIGURAS	vi
APRESENTAÇÃO	2
CAPITULO I - MOVIMENTO ANARQUISTA: IDEIAS, PRATICAS, IMAGINARIO SOCIAL	16
INTRODUÇÃO	17
 CAPITULO II - PARANA: O ESPAÇO DO OBJETO	 37
1 - DETERMINANTES HISTORICOS, ECONOMICOS E POLITICOS	38
2 - A IMIGRAÇÃO NO PARANA	67

CAPITULO III - O ANARQUISMO NO PARANA	75
INTRODUÇÃO	76
1 - COLONIA CECILIA: IMIGRAÇÃO DO SONHO, CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA	79
2 - O ANARQUISMO EM CURITIBA: SONHO E ESPERANÇA EM OUTRA REALIDADE	129
CONCLUSÃO	205
BIBLIOGRAFIA	211
ANEXOS	223
ANEXO 1 - CURITIBA: IMPRENSA, ASSOCIAÇÕES E GREVES / 1883 - 1920 (Adaptação do Quadro elaborado por ARAÚJO e CARDOSO)	224
ANEXO 2 - SOCIETA ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO GIUSEPPE GARIBALDI e SOCIEDADE BENEFICENTE INTERNA- CIONAL DA AGUA VERDE; algumas considerações	228

IMAGINE *

Imagine there's no heaven:
It's easy if you try
No hell bellow us,
Above us only sky.
Imagine all the people
Living for today

Imagine there's no countries
It isn't hard to do.
Nothing to kill or die for
And no religion too.
Imagine all the people
Living life in peace

You may say I'm a dreamer,
But I'm not the only one.
I hope someday you'll join us
And the world will be one
Imagine no possessions:
I wonder if you can
No need for greed or hunger,
A brotherhood of man.
Imagine all the people,
Sharing all the world

You may say I'm a dreamer,
But I'm not the only one.
I hope someday you'll join us
And the world will live as one.

(John Lennon)

* (Trad. livre) Imagine que não há paraíso / É fácil se você tentar / Nenhum inferno abaixo de nós / Acima, somente o céu / Imagine todas as pessoas / Vivendo o presente / Imagine que não há países / Não é difícil de imaginar / Nenhuma razão para matar ou morrer / E tampouco religião / Imagine todas as pessoas / Vivendo a vida em paz / Você pode dizer que sou um sonhador / Mas eu não sou o único / Espero que um dia você se junte a nós / E o mundo será um só / Imagine que não há propriedade / Será que você consegue? / Nenhum motivo para ambição ou fome / Uma irmandade do Homem / Imagine todas as pessoas / Compartilhando o mundo inteiro.

A PRESENÇA REBELDE NA CIDADE SORRISO:

Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba,
1890 - 1920

"No Paraná tudo é característico
a terra e a gente, a paisagem
física e os horizontes morais,
a étnica das pessoas
e a ética das multidões.
Curitiba, por si só, é um
exemplo de tudo isso ...
É uma cidade sui generis,
uma cidade toda ela mesma ...
A urbe e a civitas,
o desenho urbano e
as oleogravuras rurais
fixam, na cidade e seus
arredores,
as maiores belezas
do nosso cabedal nativo
e do nosso gosto
e tendências progressistas."

(fragmentos do artigo
"A Cidade Sorriso"
Hermes Fontes, 1926)

"nada com a tua Curitiba oficial
 enjoadinha ufanista
toda de acrílico azul para
 turista ver
da outra que eu sei
o amor de João retalha a bendita
 Maria ...
as meninas de minissaia rodando
a bolsinha na Rua Saldanha"

(fragmentos de "Essa tua
cidade não é a minha"
Dalton Trevisan, 1991)

APRESENTAÇÃO

Curitiba. Sinônimo de sofisticação, ordem, elegância, progresso. Imagem ciosamente preservada e divulgada, acima de tudo, por seus dirigentes - não só os de outrora, como os contemporâneos - e, exaltada em prosa e verso, desde o alvorecer do século XX.

Hermes Fontes, em 1926, um visitante encantado com a aparência de Curitiba, cognominou-a Cidade Sorriso. Visão de um cronista e poeta que, extasiado com a imagem exterior, exaltou o que lhe saltava aos olhos.

Dalton Trevisan, sete décadas após, contrapõe-se à visão oficial da Curitiba romântica, declinada por Hermes Fontes, e acusa a existência de sua contraface.

A concepção crítica, enunciada por Trevisan, já se fazia presente no início de nosso século, no discurso anarquista, que se preocupava em denunciar a contradição social curitibana na vigência da I República.

Contrariando o discurso político oficial dos liberais, no qual se inscreviam os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, com vistas à ordem e ao progresso, erguiam-se rumores dissonantes e clamores que denunciavam a exploração, a mistificação e a expropriação que vitimava a classe trabalhadora.

Vozes que terminaram por ser abafadas pelo preconceito, pela punição, pela cooptação, mas que ficaram registradas nas palavras impressas e nas memórias, possibilitando seu resgate, mesmo a história oficial tendo-as ignorado.

Várias foram as vozes que se levantaram, outrossim preocupou-nos, no âmbito deste trabalho, recobrar aquelas que enunciavam um discurso identificado com o Ideário Anarquista, o qual deu um toque de rebeldia ao "tranquilo" cenário curitibano.

A escolha do anarquismo, como tema central da dissertação de mestrado, deveu-se a nosso interesse em conhecer mais aprofundadamente um movimento que

*"atribui ao homem como indivíduo e à coletividade o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e de tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer autoridade, admitindo unicamente os obstáculos da natureza, da 'opinião', do 'senso comum' e da vontade da comunidade geral - aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento por um ato livre da vontade."*¹

Ao lado desta motivação primeira, que despertou nossa curiosidade pelo tema, surgiu o desejo de realizarmos um estudo a respeito da presença anarquista, no Paraná, porque havíamos constatado a quase inexistência de estudos acadêmicos sobre o anarquismo em nosso Estado e, principalmente, em Curitiba, apesar de, neste Estado, ter sido fundada, em 1890, por anarquistas italianos, uma Colônia com o propósito de colocar em

¹ BRAVO, Gian Mario. Anarquismo. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2.ed. Brasília: Ed. UNB, 1986. p.23

prática os princípios anarco-comunistas. Perguntas que urgiam por respostas começaram a surgir: O que havia acontecido com os integrantes da Colônia Cecília? Qual a razão de tanto silêncio a respeito dos anarquistas que atuaram no Paraná?

Parecia-nos incompreensível que pessoas capazes de se transportarem de sua pátria para, em um país longínquo e estranho, fundarem uma Colônia que colocasse em prática seus ideais, crenças, valores, simplesmente desaparecessem, a partir do declínio desta experiência.

Foi, portanto, para ouvir os anarquistas paranaenses, esses interlocutores olvidados na história oficial do Paraná que nos dispusemos a revolver o passado em busca de informações, a possibilitar-nos reconstruir seus caminhos, resgatar suas vozes, identificar suas posturas, caracterizar suas ações, enfim, descobrir os sinais da sua passagem.

O ponto de partida que nos forneceu pistas para perceber a possibilidade do resgate da presença anarquista, na capital do Paraná, foi a leitura dos periódicos *Il Diritto* e *O Despertar*, editados nesta capital, no período compreendido entre 1899 e 1905, que se encontram no Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp e na Biblioteca Pública do Paraná.

Através destes periódicos, foi possível constatar que Curitiba, assim como as cidades vizinhas, Ponta Grossa, Antonina, Morretes, Palmeira, sofreram nesse período a influência dos anarquistas.

Para o desenvolvimento do trabalho, partimos do entendimento que a realidade existe de forma objetiva e que é possível recuperar as fontes históricas, as quais espelham a realidade sócio-político-econômica de um dado momento histórico. Por conseguinte, estas fontes foram exaustivamente selecionadas e analisadas, tendo como ponto de apoio para a análise as categorias do materialismo dialético, a fim de que nelas sobressaíssem os fatos históricos. Fatos estes que Schaff ² conceitua como:

"(acontecimentos) que, devido à sua importância para o processo histórico, se (tornaram) - ou (podem) tornar-se objeto da ciência da história."

Esta posição de Schaff, acrescida da ênfase que o autor coloca no elemento subjetivo/interpretativo que atua na configuração do fato histórico, onde o historiador jamais se coloca como neutro na construção do conhecimento, possibilitou-nos compreender a posição dos autores que abordam a história, sob a ótica oficial. Estes autores possuem a tendência de ignorar fatos que não estejam de acordo com a ótica do sistema vigente, recusando-se a dar-lhes o estatuto de fatos históricos.

Por outro lado, consubstanciou nossa posição, a de considerar como relevantes para a História do Paraná aqueles acontecimentos que repercutiram no contexto da época, fazendo com que o processo histórico adquirisse características peculiares.

² SCHAFF, Adam. História e verdade. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p.208-9.

Justamente por isto, houve uma grande preocupação de nos apoiarmos em fontes que pudessem fornecer dados significativos para a compreensão da presença anarquista no Paraná, especialmente em Curitiba.

Procuramos empreender uma busca meticulosa e metódica, onde uma pista levava a outra e ainda a outra, até que conseguíamos comprovar determinada informação ou, ao contrário, refutá-la pela impossibilidade de encontrar fontes fidedignas.

Nada foi deixado de levar em conta: realizamos contatos pessoais e entrevistas, visitamos museus, institutos de pesquisas, bibliotecas, sociedades operárias. Pesquisamos em livros, teses, monografias, jornais da Grande Imprensa e periódicos anarquistas, editados em Curitiba.

Entre as diferentes fontes utilizadas, as que se mostraram mais ricas em informações, foram as orais, em que entrevistamos, entre outros, descendentes da Colônia Cecília *; os periódicos anarquistas, já nominados, e os da Grande Imprensa, onde privilegiamos o Diário da Tarde, no período compreendido entre 1899 e 1920 **. A pesquisa neste periódico, foi realizada por amostragem - 10% de cada ano e de cada mês indicado -, através de sorteio aleatório. Sendo que, nos anos onde os

* Foram realizadas entrevistas com Newton Stadler de Souza - autor do livro O anarquismo na Colônia Cecília; Maria Amália Agottani Samways, Ivone Agottani Mezdari e Dr. Candido de Mello Neto, cujos ascendentes participaram da Colônia Cecília.

** Segundo a pesquisadora Profa. Dra. Maria Alcina de Lara Cardoso, da Universidade Federal do Paraná, este foi o veículo da Grande Imprensa que no período, 1899-1920, mais se prestou a veicular notícias sobre o anarquismo e a questão social.

conflitos gerados pela questão social foram mais intensos: 1917, 1919 e 1920, realizamos leitura integral.

Em relação às entrevistas, embora estas tenham sido em número de quatro, foram qualitativamente significativas e forneceram dados preciosos para a configuração da presença anarquista, no Paraná.

Os Anais da Câmara de Curitiba e os da Assembléia Estadual, no período compreendido entre 1890 e 1920, constituem-se também em fontes primárias consultadas.

O objetivo inicial da consulta a estas fontes, - encontrar nos discursos dos deputados e vereadores algo sobre a atuação dos anarquistas no Paraná -, não foi totalmente atingido. Apesar da Grande Imprensa *, durante este período, veicular notícias sobre greves, boicotes, "meetings", os deputados e vereadores não trouxeram a questão social para o espaço político institucionalizado, talvez por julgarem que ela fosse um caso de polícia e não uma questão política, como tão bem enfatiza Gisálio Cerqueira Filho. ³

A preocupação dos políticos centrou-se na organização do Estado e na criação de instrumentos repressivos que fortalecessem seu poder. Os temas que estiveram na ordem do dia, durante a última década do século XIX e primeira década do

* Através do resgate do discurso da Grande Imprensa realizado no Capítulo III, é possível visualizar como ela abordava a Questão Social.

³ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A "questão social no Brasil"; crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

século XX, foram legitimação de terras para os foreiros, medição de terras para índios, questões de divisas, construção de estradas e pontes, eleições estaduais e federais, elevação de municípios, instalação de indústrias, linhas telegráficas e telefônicas, reorganização da força pública e saneamento da cidade.

Percebemos que os assuntos mais discutidos pelos políticos paranaenses referiam-se à estruturação de um Estado que procurava legitimar a recém-criada República.

Embora as questões discutidas não trouxessem para o plenário os movimentos sociais, eram elas próprias fontes geradoras de tensão social.

A legitimação das terras para os foreiros, a medição de terras para os índios, a questão de divisas e a construção de estradas e pontes envolviam interesses diretos de grande parcela da população, principalmente aquela constituída pelos trabalhadores nacionais semilivres ⁴ que se viram alijados das terras nas quais praticavam a agricultura de subsistência.

Na segunda década, a maior preocupação dos deputados foi a Questão do Condestado, ou seja, dos limites com Santa Catarina, problema intensificado, a partir de 1910, e resolvido definitivamente, em 1916.

⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas; banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1982, utiliza o termo semilivre para designar o trabalhador nacional que era malvisto e rejeitado pelos, aliciadores de mão-de-obra. Sua condição de vida era bem pouco superior à do escravo. Tinha o mesmo tipo de alimentação, emprego incerto e recompensa insignificante. A diferenciá-los somente a liberdade de escolha onde trabalhar e, provavelmente, a menor freqüência de castigos corporais.

Esta Questão envolvia uma região em litígio entre os dois estados e esteve diretamente ligada à concessão de terras que o Paraná fez à companhia norte-americana "Brazil Railway Company". Com a doação que o Estado fez à companhia de oito quilômetros de terras ao longo da ferrovia que atravessava a região do Contestado, houve uma enorme valorização dos terrenos, e a massa de trabalhadores que, até então, havia sido praticamente ignorada pelos proprietários e pelo governo passou a ser pressionada a abandonar o local.

Por outro lado, tanto Santa Catarina quanto o Paraná, que, até aí, haviam deixado de lado a demarcação definitiva das divisas, passaram a disputar o terreno.

E evidente que os sertanejos não abandonaram o local pacificamente. Houve resistência liderada por "monges" que mesclavam o misticismo com a revolta pelos desmandos policiais de ambos os estados. Tal como em Canudos, foram massacrados pelas forças legalistas. Mais uma vez a questão social se resolveu pela força.

Já nos Anais da Câmara, o que transparece é a preocupação com a urbanização de Curitiba. O aparelho municipal estava interessado em tomar medidas que garantissem o progresso da cidade, que ordenassem o crescimento urbano. E são elas que ocupam espaço na fala dos vereadores curitibanos.

Os Relatórios dos Chefes de Polícia foram aventados como uma possível fonte de informações, mas descartados, porque uma leitura sucinta indicou que, tal como os

Anais da Câmara e da Assembléia Estadual, se prestavam a dar conta da realidade sob a ótica oficial e não se detinham nos atos de constestação ao governo. Neles ficou difícil discriminar o comportamento do militante político daquele, considerado desordeiro.

Em sentido lato, sob os olhares vigilantes do Estado Burguês, o anarquista constituía-se num desordeiro; mas esta é uma categoria muito abrangente, o que possibilitava o enquadramento de qualquer pessoa que se desviasse do comportamento considerado aceitável socialmente. Assim, bêbados, vadios, mendigos, prostitutas e militantes políticos eram considerados como desordeiros, porque consistiam numa ameaça à ordem da sociedade estabelecida.

Os trabalhos que enfocam a imigração e a colonização: Balhana ⁵, Costa ⁶, Wachowicz ⁷, Westphalen e a pesquisa da CODESUL ⁸ não fazem menção ao anarquismo, nem à Colônia Cecília, provavelmente por não fazer ela parte do

⁵ BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPOSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITARIOS DE HISTORIA, 4, Porto Alegre, 8 set. 1967. Anais... p.345-67. e

BALHANA, Altiva Pilati. Italianos no Paraná. In: DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.121-44.

⁶ COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. Tese - Universidade Federal do Paraná.

⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 6.ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

⁸ CODESUL. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976.

programa colonizador da Província e, sim, ser resultado de uma imigração espontânea.

Sentimos falta de trabalhos acadêmicos, enfocando especificamente o tema: Anarquismo no Paraná, principalmente em nível de mestrado e doutorado. Apenas, a partir de 1985, é que assuntos como Movimento Operário e Imprensa Operária paranaense, começaram a ser abordados academicamente. Apontamos como marcos pioneiros a tese de mestrado de Ribeiro ⁹, que explora as formas de resistência da classe trabalhadora curitibana e os trabalhos publicados por Cardoso & Araújo ¹⁰, que têm como foco central a Imprensa Operária paranaense. Estes autores referendados, embora não tenham centrado suas atenções especificamente no Movimento Anarquista em Curitiba, a ele se referiram detalhadamente.

E digno de nota que, entre 1990 e 1992, foram realizadas, na Universidade Federal do Paraná, monografias orientadas por Araújo ou Cardoso, que denotam a preocupação da Academia com o resgate das ações desencadeadas pelos anarquistas

⁹ RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. Tese - Universidade de São Paulo.

¹⁰ CARDOSO, Alcina de Lara; ARAÚJO, Sílvia Pereira. 10. de maio: cem anos de solidariedade e luta 1886-1986. Curitiba: Beija-flor, 1986. e

CARDOSO, Alcina de Lara. As greves e a questão social na primeira república. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Biblioteca Pública do Paraná. História do Paraná. Curitiba, jul. 1986. p.89-109. (Idéias em debate, 5) e

ARAÚJO, Sílvia Pereira de; CARDOSO, Alcina de Lara. Trabalhadores da imprensa operária paranaense entre 1890 e 1935. Cadernos de Jornalismo e Editoração ECA/USP, p.71-85, dez. 1988. e

LARA, Alcina Maria de; ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira. As greves e a questão social na primeira república paranaense. Revista Novos Rumos, São Paulo, v.2, n.1, p.109-25, jan./mar. 1987.

curitibanos. Entre elas, a produção de periódicos anticlericais; a greve dos sapateiros, em 1906; e a Greve Geral, de 1917.

Em relação à Colônia Cecília, destacamos dois trabalhos de Pellizzetti ¹¹ onde, recorrendo prioritariamente à correspondência trocada entre seu pai, Emembergo Pellizzetti, pioneiro italiano, em Santa Catarina, e Giovanni Rossi, fundador da Colônia Cecília, fornece informações valiosas para a compreensão desta experiência anarquista em terras paranaenses.

A Colônia Cecília consistiu também em tema para a construção de textos que mesclam ficção e realidade e que, embora não tendo pretensão acadêmica, constituem em importante fonte de pesquisa. ¹²

Grosso modo, as fontes pesquisadas - tanto primárias, quanto secundárias - evidenciaram que a história é um processo onde todos os elementos constitutivos de uma sociedade se relacionam dialeticamente, e demonstraram que a configuração de um determinado momento histórico depende do resultado do confronto entre forças antagônicas, centradas em capital e trabalho, que, desencadeando o conflito ou buscando amenizá-lo, através de atitudes conciliadoras, imprimem a dinâmica do processo histórico.

¹¹ PELLIZZETTI, Beatriz. Colônia Cecília: anarquistas no Paraná. In: DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.313-32.

PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil Meridional; estudo de caso. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981.

¹² SCHMIDT, Afonso. Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. e

SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Ressaltamos que nosso envolvimento maior aconteceu a partir do momento em que a pesquisa penetrou no espaço paranaense. Só então passamos a utilizar prioritariamente as fontes primárias, como referencial de análise e a articulá-las com os dados derivados da pesquisa, realizada nas fontes bibliográficas, principalmente aquelas referentes às categorias arroladas no Capítulo I. Uma preocupação, que esteve presente no processo de desenvolvimento da pesquisa, foi a consciência de nossos condicionamentos sociais e de nossa identificação com o ideário anarquista.

Para desenvolvermos o tema, optamos por esboçar, inicialmente, as idéias, as práticas e o imaginário social do Movimento Anarquista. Este Capítulo, no contexto da dissertação, impôs-se como vital, por terem sido as informações advindas do arcabouço teórico e das ações dos pensadores do Movimento Anarquista que permitiram estabelecer as categorias a dar suporte para a análise da práxis dos anarquistas curitibanos.

A seguir, delineamos os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais do Paraná, desde a colonização até a I República, porque, sendo neste Estado que está situado nosso objeto de pesquisa, se tornou necessário configurar as características do espaço onde se fez atuante a presença anarquista.

No terceiro capítulo, tendo como parâmetro as categorias estabelecidas, ativemo-nos em analisar o Anarquismo no Paraná, tomando como pontos referenciais a Colônia Cecília, os

periódicos *Il Diritto* e *O Despertar*, editados em Curitiba entre 1899 e 1905; e, as formas de organização e ação do Movimento Operário Curitibano que, a exemplo de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, sofria, na época, uma grande influência do anarquismo.

A análise realizada foi, essencialmente, de conteúdo. Através dela, procuramos detectar como os temas caros aos mais expressivos representantes do Movimento Anarquista transpareciam no discurso e nas ações dos anarquistas que atuaram no Paraná.

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo, procuramos situá-lo no contexto sócio-econômico-político brasileiro, durante o período da I República, assim como, na medida em que foi necessário, resgatamos as posturas de Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, frente aos elementos analisados.

As dificuldades impostas para a realização deste projeto foram imensas, oriundas da escolha do tema e das limitações decorrentes da falta de fontes disponíveis, do silêncio, da omissão, da destruição de documentos, referentes ao período. Por outro lado, contrabalançando a frustração que se fez presente tantas vezes, encontramos pessoas solidárias, interessadas, prestativas, que nos auxiliaram de maneira despreendida, fornecendo pistas e dando entrevistas, que foram de fundamental importância.

Creemos que Paulo Leminski, o poeta-maior paranaense, expressou magistralmente, nestes versos, nosso estado de espírito. Ei-los:

"nada foi
feito o sonhado
mas foi bem-vindo
feito tudo
fosse lindo."

CAPITULO I

MOVIMENTO ANARQUISTA: IDEIAS, PRATICAS, IMAGINARIO SOCIAL

"Se o problema se resumisse apenas a encontrar a melhor forma de elaborar uma teoria, poderíamos dizer que as teorias, como teorias, não são assim tão importantes. Mas enquanto uma nova idéia não encontra uma forma de expressão clara e precisa, a partir de fatos concretos, tais como eles existem na realidade, ela não conseguirá apoderar-se da mente dos homens."

(Kropotkin)

INTRODUÇÃO

Buscar as fontes documentais que ampliem a compreensão do Movimento Anarquista, captar o significado de suas propostas, de sua visão de mundo, consiste em uma tarefa apaixonante e exigente. Apaixonante, por o Anarquismo ser uma idéia que se apresenta como passível de realização, faz acreditar em que a recuperação do tempo para o lazer e para as atividades intelectuais é possível de acontecer. Impele o imaginário a definir os contornos de uma sociedade descentralizada, sem autoritarismos onde a reconquista do eu parece realizável. Exigente porque, adentrar o espaço teórico do Anarquismo, é penetrar em um campo onde, embora o fim último seja o mesmo - a transformação social, tendo como centro a liberdade -, são vários os caminhos que levam a ele.

Para Woodcock ¹, é possível identificar posturas anarquistas que vão, desde o anarquismo individualista de Stirner e Godwin, até o anarco-sindicalismo. Entre esses dois pontos referenciais, interpõe-se uma série de escolas: mutualismo (Proudhon), anarco-coletivismo (Bakunin, aplicado na Espanha), anarco-comunismo (Kropotkin) e um tanto fora desse espaço; mas,

¹ WOODCOCK, George. Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM, 1983. v.1, p.17-18.

comungando com o ideário anarquista, o tolstoísmo e o anarquismo pacifista (Gandhi).

Esses marcos delimitatórios, propostos por Woodcock, vão do individualismo exacerbado até com de características nihilistas, como o de Stirner, ao outro limite onde a comunhão de bens encontra sua máxima expressão; ou seja, no anarco-comunismo, de Kropotkin. O anarco-sindicalismo adotou o comunismo libertário, como princípio, e o sindicato, como meio de luta. Foi a concepção, dentro do Anarquismo, de que o Movimento Operário constituía-se numa força organizada e, portanto, no meio adequado para a divulgação de um ideário que pretendia a revolução social e rejeitava o campo parlamentar, como uma das vias possíveis para realizá-la.

Sferra ² traçou as diferenças básicas entre a atuação dos anarquistas e a dos anarco-sindicalistas. Os primeiros julgavam que bastava a educação política do proletariado para desencadear a insurreição que levaria à revolução social; já os anarco-sindicalistas iam além da educação. Estes julgavam necessária, também, a organização dos operários em ligas de ofício, associações operárias e sindicatos de resistência. O fim último dessas organizações era o de conscientizar os operários de sua real situação de explorados e de preparar o caminho para a greve geral, na qual viam a verdadeira revolução. Revolução esta que modificaria a sociedade,

² SFERRA, Giuseppina. Anarquismo e anarcossindicalismo. São Paulo: Atica, 1987. p.10.

originando em seu lugar uma outra em que o sindicato seria o elemento fundamental da nova ordem.

A rigor, os anarquistas não supervalorizavam o sindicato, viam nele um meio entre outros; já os anarcosindicalistas privilegiavam o sindicato em detrimento das outras formas de luta do tecido social. Os anarquistas entendiam que a educação levaria à insurreição e essa à revolução, não encaravam a greve como um instrumento inquestionável; enquanto os anarcosindicalistas acreditavam firmemente no poder pressionador da greve e julgavam as conquistas imediatas de melhoria salarial e condições de trabalho serem importantes para a criação de uma consciência de classe.

Essas diferentes posturas ficaram registradas nos documentos e nos inúmeros periódicos anarquistas * editados no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, que tinham como público alvo os operários. Esses periódicos objetivavam explicar a concepção de sociedade que os libertários defendiam e criticar a visão de mundo então em vigor, através de uma análise dos fatos sócio-político-econômicos diversa daquela veiculada pela Grande Imprensa, que ignorava a questão social e caracterizava como exóticas † quaisquer análises pautadas pela crítica social.

* Periódicos encontrados no Arquivo Edgar Leuenroth, localizado na UNICAMP.

† Conforme Fausto "O pensamento reacionário forjou a imagem botânica da 'planta exótica' para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira". FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976. p.62.

Na I República, por circunstâncias históricas, a Imprensa Operária, como era comumente designada, denunciou a exploração do capital e propiciou, a nosso ver, que o operário se educasse politicamente, na medida em que foi portadora das reivindicações do Movimento Operário e na medida, também, em que possibilitou as versões oficiais, sobre os fatos do cotidiano, terem um contradiscurso, a desnudar-lhes a verdadeira face. Um contradiscurso que enveredava por todas as tramas do tecido social: educação, trabalho, família, lazer, habitação, religião.

A preocupação com a educação política, com a construção de um discurso pautado pela crítica, denota claramente que os anarquistas procuravam despertar em seus leitores condições para conseguirem enxergar a exploração a que eram submetidos. Pretendiam formar o trabalhador consciente e crítico que se interessasse em lutar por seu direito de melhor condição de trabalho e de vida.

E importante frisar que o alto índice de analfabetismo ⁴ impedia que a população trabalhadora tomasse contato com esse discurso e, como enfatiza Ghiraldelli Jr. ⁵, ao analisar o anarquismo no Brasil:

"Durante anos a imprensa operária anarco-sindicalista registrou a preocupação e, em alguns momentos, desespero e ceticismo, frente aos empecilhos que a falta de uma 'instrução

⁴ A este respeito ver NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo: EDUSP, 1974 e PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973. Segundo estes autores, durante a primeira república o índice de analfabetismo girava em torno de 80%.

⁵ GHIRALDELLI JR., Paulo. Educação e movimento operário no Brasil. São Paulo: Cortez, 1987. p.101.

mínima' impunha à divulgação das idéias libertárias na camada trabalhadora."

Isso fez com que os anarquistas se preocupassem de uma forma mais concreta com o problema da instrução e empreendessem a luta por um espaço próprio onde o saber científico pudesse ser adquirido pelo trabalhador. Um espaço sob o domínio dos princípios anarquistas, que veiculasse uma educação propiciadora ao trabalhador da conquista do saber, não pelo saber; mas para a revolução social e para a liberdade.

Recuperando Woodcock e sua classificação, podemos dizer que a diversidade de posturas, apontada por ele, foi o que mais despertou a atenção, ao procurarmos compreender o anarquismo. Mas à medida que avançávamos na leitura dos diferentes pensadores anarquistas, as luzes iam se lançando e começavam a delinear-se claramente os quadros teóricos.

Em primeiro lugar, evidenciou-se um núcleo central que congrega todas as correntes do Anarquismo: a crença na autodeterminação ou na liberdade do ser humano; em segundo lugar, e, em decorrência dessa paixão pela liberdade, o repúdio à autoridade institucionalizada; em terceiro lugar, a ênfase na livre associação dos indivíduos, já que, para os anarquistas, o homem é naturalmente social e as regras de convivência devem ser estabelecidas, após amplo debate e respeitadas por todos os membros da comunidade.

Disso inferimos que, para os anarquistas, limitações ao comportamento, quando estabelecidas através de

discussões comunitárias, não têm a mesma natureza daquelas arbitrariamente impostas pelo Estado e não são interpretadas como um limite à liberdade individual.

Kropotkin ⁶ afirmou que as idéias anarquistas sempre estiveram presentes na humanidade e, fazendo uma retrospectiva histórica, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média até chegar à Revolução Francesa, momento no qual julga que as idéias anarquistas tiveram a possibilidade de encontrar o campo propício, para serem colocadas em prática, disse a respeito:

"Estas idéias (que sempre existiram) ... acharam expressão durante a Grande Revolução Francesa. Embora os jacobinos fizessem o possível para centralizar tudo nas mãos do governo, descobriu-se agora, por documentos recentemente publicados, que as massas populares, em suas municipalidades e secções, conseguiram realizar um considerável trabalho construtivo. Apoderaram-se da eleição dos juizes, da organização do abastecimento e equipamento para o exército e as grandes cidades, proporcionaram trabalho aos desempregados, dirigiram obras beneficentes, etc..."

Esta análise de Kropotkin leva-nos a refletir sobre o significado da Revolução Francesa ⁷ como cenário onde conflitantes concepções de sociedade se entrecrocaram e provocaram uma discussão rica, profundamente argumentada, dando

⁶ KROPOTKIN, P. Anarquismo. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.) Kropotkin: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1987. p.23-24.

⁷ A respeito da Revolução Francesa vide SORQUÉ, Albert. A revolução francesa. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

origem a uma vasta produção intelectual e às linhas da teoria política atual. O que levou Tragtenberg ⁸ a afirmar:

"Da Revolução Francesa nascem tanto as correntes igualitárias e libertárias como as burguesas liberais e as igualitárias autoritárias. Emergem daí o liberalismo político burguês, o socialismo autogestionário e o socialismo de Estado."

Justamente por isso, entendemos que, para se compreender o Anarquismo, é necessário situá-lo no campo das idéias, a nortear o Socialismo. Idéias estas que caracterizavam aqueles:

"que oponiéndose a que se subrayaram en forma predominante las exigencias del individuo, hacían resaltar el elemento social en las relaciones humanas y trataban de poner en primer lugar ese aspecto en el gran debate acerca de los derechos del hombre que desencadenó en el mundo la Revolución Francesa y también la revolución simultánea en el campo económico." ⁹

e confrontá-lo com o Capitalismo ¹⁰, seu adversário imediato e direto.

⁸ TRAGTENBERG, Maurício. Introdução. In: BAKUNIN, Michail. Federalismo, socialismo, antiteologismo. São Paulo: Cortez, 1988. p.xiv.

⁹ COLE, G.D.H. Historia del pensamiento socialista. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. 3v. v.1, p.10.

¹⁰ Maurice Dobb chama a atenção para a necessidade de se conceituar Capitalismo nas ocasiões em que se fizer uso deste termo, já que o mesmo possui mais de um significado. Pode-se buscar a essência do Capitalismo no 'espírito de uma época', como fez Weber; ou identificá-lo com a organização da produção para um mercado distante, significado mais implícito do que explícito, no material histórico. O autor utiliza o termo da maneira que, em nosso caso, se afigura como a mais adequada, ou seja, com o significado conferido por Marx que 'buscava a essência do Capitalismo (...) num determinado modo de produção', entendido como 'modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações com o processo de produção'. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p.15-18.

A Revolução Francesa fez desaparecer juridicamente a ordem feudal e deu origem a outra que, relutantemente, a burguesia teve de admitir: a divisão era, agora, entre classe burguesa e operária. Divisão esta cujo fundamento era o econômico.

Recorremos a Proudhon ¹¹ para referendar esta afirmação:

"Nossos publicistas da Oposição não viram, apesar de sua devoção às idéias de 89, que o que criou a nova distinção, inclusive desconhecida nos tempos feudais, entre classe burguesa e classe operária ou proletariado, no momento que desapareceram as antigas categorias de Nobreza, Clero ou Terceiro Estado, foi precisamente o direito inaugurado em 89..."

Um direito, acrescentamos, que proclamava, no art.2 ¹² da Declaração, a propriedade como natural e imprescritível e que, desde aí, traçou uma linha divisória entre o pequeno número de proprietários e a multidão de despossuídos, mas que teve a falácia de pretender a igualdade entre os homens.

A partir do momento em que se configuraram claramente os reais intentos da burguesia, que solapou para si, arrogantemente, o poder político - já que o econômico, desde há muito, o possuía - nada mais restava à massa de camponeses e

¹¹ PROUDHON, J.P. Como a classe operária desenvolve sua consciência ou o estado deplorável da consciência burguesa. In: RESENDE, Paulo Edgar; PASSETTI, E. (org.) Proudhon: textos escolhidos. São Paulo: Atica, 1986. p.103.

¹² "Art.2 - El fin de toda asociación política es la conservación de los derechos naturales e imprescriptibles del hombre. Estes derechos son la libertad, la propiedad, la seguridad y la resistencia a la opresión." DECLARACION DE LOS DERECHOS DEL HOMBRE Y DEL CIUDADANO apud NARANJO, Plutarco. La I Internacional en Latinoamérica. Quito: Universidad Central/ Ed. Universitaria, 1977. p.269-271.

artesãos - que, aos poucos, foi se proletarizando, ao passar a vender sua força de trabalho à indústria nascente - do que se conscientizar de que seus objetivos não eram os mesmos que os da classe burguesa.

Essa conscientização, com o passar do tempo, levou o proletariado a organizar-se e a lutar por suas próprias bandeiras. Luta essa profundamente influenciada pelo Socialismo.

Proudhon ¹³ descreveu com muita propriedade a correlação de forças, na França pós-revolucionária, e evidenciou o ímpeto com que a classe operária, tendo estabelecido um auto-conceito que a diferenciava da burguesia, tinha agora a tarefa de buscar uma prática apropriada a seus interesses. Tarefa que direcionará o Movimento Operário e tornará tumultuado o ambiente europeu de meados até o final do século XIX e início do século XX.

Foi nesse conturbado cenário onde reinava o descontentamento, oriundo da não satisfação das necessidades e da miséria popular, que viveram e conviveram Proudhon, Bakunin, Marx e Engels. Pensadores estes que lançaram as idéias básicas do socialismo libertário - Proudhon e Bakunin - e do socialismo científico - Marx e Engels -, fazendo uma crítica da situação vigente e apontando as formas de superação de uma realidade que se mostrava, para o proletariado, extremamente cruel e desumana.

¹³ PROUDHON, J.P. Desenvolvimento da idéia operária: sistema comunista ou de Luxemburgo. In: RESENDE, PASSETI (org.), op. cit., p.109-116

A análise da sociedade, sob uma perspectiva socialista, foi elaborada pelos socialistas utópicos: Saint-Simon, Fourier e Owen que colocaram em relevo a decepção causada pela Revolução Francesa. Conforme Engels ¹⁴:

"... esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX. Em 1802, vieram à luz as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases da sua teoria datassem já de 1799; a 1 de janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark."

Cole, que escreveu uma extensa obra sobre a História do pensamento socialista, também destacou estes três pensadores, pela influência que exerceram na formação de grupos que se autodenominaram socialistas. Não nos cabe, no momento, deter-nos longamente em suas contribuições; mas salientar que eles influenciaram, sobremaneira, a construção do pensamento socialista, na medida em que colocaram como pontos centrais de suas concepções: a questão social, a felicidade e o bem-estar, como a maior tarefa dos homens, a denúncia da competição, como incompatível com este propósito, a desconfiança na classe política e a proposta de uma nova ordem social, alicerçada nos produtores. Todavia se coincidiam nesses pontos básicos, por outro lado, divergiam quanto à maneira de solucionar os problemas constatados. Fourier e Owen valorizavam a cooperação voluntária dos adeptos e eram criadores de comunidades que deveriam servir de modelo para a reconstrução social; Saint-Simon privilegiava o

¹⁴ ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 10.ed. São Paulo: Global, 1989, p.34.

Estado e julgava que o mesmo, sob o controle dos produtores, deveria agir como planificador, utilizando para isto as descobertas científicas.

Cole ¹⁵ afirma a respeito que

"Estas dos tendencias diferentes han persistido, conduciendo la una al anarquismo comunista o al sindicalismo o hacia las formas modernas de la cooperación como 'un estado dentro del estado', y la otra hacia el comunismo marxista o hacia las distintas doctrinas del moderno 'socialismo democrático'."

Marx & Engels, tomando emprestado de Blanqui ¹⁶ o cognome "socialistas utópicos", assim os denominaram no Manifesto Comunista, datado de 1848, por julgar que Saint-Simon, Fourier e Owen não foram capazes de apreender o proletariado como classe revolucionária, antagônica à burguesia. Pretendiam que seus sistemas fossem supraclasse e buscavam o apoio dos burgueses para implantá-los. Na realidade, e isto foi reconhecido por Marx & Engels, os socialistas utópicos apenas refletiam aquilo que, na sua época, era possível visualizar: um antagonismo ainda incipiente entre burguesia e proletariado, o que os fazia supor ser racionalmente possível superar as desigualdades, desde que houvesse cooperação e boa vontade de todos os envolvidos no processo.

¹⁵ COLE, op. cit., p.135.

¹⁶ Ibid., p.12, Jerome Blanqui era economista e utilizou o termo pela primeira vez em sua obra História da Política Econômica, escrita em 1839.

Marx, Engels, Proudhon e Bakunin viveram numa época * em que a configuração dos antagonismos interclasses estava se delineando com mais intensidade. Podiam, portanto, apreender o Movimento Operário, como elemento revolucionário transformador da sociedade, embora Proudhon não considerasse esta função apenas dos operários, mas também dos camponeses e do lumpen proletariado ¹⁷. Já Marx atribuía à classe proletária, entendendo-se aí os operários industriais, a missão histórica da revolução social.

Num primeiro momento, houve a aproximação teórica entre os dois pensadores, chegando Marx ¹⁸ a elogiar a obra de Proudhon "O que é propriedade?", como um estudo:

"absoluto ao mesmo tempo que científico", tornando possível pela primeira vez 'uma verdadeira ciência da economia nacional'."

No entanto, dois anos após, criticou com acidez o "Sistema das Contradições Econômicas" ou "Filosofia da Miséria", em seu livro-resposta "A Miséria da Filosofia", onde se deteve a analisar, ponto por ponto, a obra de Proudhon e a refutá-la com sarcasmo, chegando a enquadrá-lo juntamente com os socialistas utópicos e cognominando-o de

* A partir de 1848 quando ocorreram as primeiras revoluções que colocaram às claras o conflito entre burgueses e operários.

¹⁷ CERI, Paolo. Proletariado. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2.ed. Brasília: Ed. UNB, 1986. p.23, recorrendo à distinção de Marx entre Proletariado e subproletariado ou lumpen proletariado, afirma: "este é constituído pelas camadas mais baixas da sociedade e formado por desocupados ou ocupados, de forma acentuadamente precária e interrupta, em setores extrínsecos ou marginais ao modo de produção capitalista."

¹⁸ MARX apud MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.40.

"pequeno burguês, balançando constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo." ¹⁹

A leitura das obras consultadas, permitiu-nos compreender as divergências entre Proudhon e Marx, como derivadas de concepções antagônicas a respeito do papel a ser exercido pela Revolução Social.

Marx não considerava correta a visão de Proudhon, por ela se aproximar bastante da burguesa, com ênfase no individualismo e com o entendimento da Revolução como o único caminho possível para a transformação econômica e social. Para Marx, cuja visão era dialética, Revolução e Evolução eram pólos contraditórios, que consistiam em momentos antagônicos, entretanto inerentes ao processo de desenvolvimento, caracterizando o movimento.

Pannekoek apud Bricianer ²⁰ aborda muito bem este aspecto e explicita-o dizendo que o anarquismo unia a concepção de mundo burguês aos anseios do proletariado. Da burguesia, havia herdado a tradição revolucionária e colocava-a como bandeira de luta do Movimento Operário.

A medida que os anos avançaram e as idéias básicas dos dois pensadores foram amadurecendo, aprofundando-se ou mesmo sofrendo modificações por parte de seus adeptos - como é o caso de Bakunin, que, preservando a concepção político-econômica de Proudhon, a ela deu cunho coletivista, enfatizando o social. E à

¹⁹ MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990. p.139.

²⁰ BRICIANER, Serge (ed.) *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Barcelona: Anagrama, 1976. p.92-93.

medida, também, em que o Movimento Operário se foi consolidando em termos organizacionais, estabeleceu-se uma profunda divergência entre os partidários do anarquismo e do marxismo. Divergência esta que atingiu o auge nas discussões travadas entre Bakunin e Marx e que acabou clivando o Movimento Operário em duas correntes antagônicas, inconciliáveis o que levou à falência a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ²¹.

As idéias de Marx e Engels concretizaram-se na Rússia, na Revolução de 1917; quanto às idéias autogestionárias de Proudhon e o anarquismo coletivista de Bakunin foram colocados em prática, respectivamente, durante a Comuna de Paris²², ocorrida em 1871 e na Revolução Espanhola²³, ocorrida no período de 1931 a 1939, ambas duramente reprimidas pela burguesia internacional.

O resgate do pensamento anarquista, através da retomada da produção teórica e da atuação prática de Proudhon,

²¹ A AIT foi fundada em Londres, no ano de 1864, por sindicalistas britânicos e franceses e por alguns exilados de outros países que, na época, viviam na Inglaterra - caso de Marx, por exemplo -. Seu objetivo inicial foi o de unir o Movimento Operário inglês e francês e conseguir a adesão dos outros países. "Esta associação desenvolveu-se muito rápido e adotou uma política de luta econômica direta contra o capitalismo, sem intervir na vida política até 1871. Após a guerra franco-prussiana, quando se proibiu a Associação Internacional dos Trabalhadores na França após a Insurreição da Comuna, os operários alemães, que haviam obtido direito a voto nas eleições ao recém constituído parlamento imperial, insistiram em modificar as táticas da Internacional e começaram a formar um partido político social-democrata. Isto levou a uma divisão na Internacional, cujas federações latinas (a espanhola, a italiana, a belga e a eurásica - a França não pode estar representada) formaram entre si uma união federal que rompeu totalmente com o conselho geral marxista da organização (...) Bakunin logo se converteu no espírito orientador destas federações latinas para o desenvolvimento dos princípios do anarquismo." (Kropotkin, op. cit., p.27, nota 6).

²² Para maiores detalhes vide COLE, op. cit., v.2, p.133-67, nota 10. e NARANJO, op. cit., p.43-50, nota 12.

²³ Para maiores detalhes vide BRASILLACH, R.; BARDECHE M., História da Guerra de Espanha. Lisboa: Classica, 1940. 2v. e BROUE, Pierre. La Revolution Espagnole (1931-1939). Paris: Flammarion, 1973.

Bakunin, Kropotkin e Malatesta, possibilita que compreendamos mais adequadamente as concepções sócio-político-econômicas e os métodos de ação e organização preconizados por esses homens, profundamente integrados com os dilemas vividos pela sociedade de seu tempo.

Nesta seleção de teóricos e ativistas, não tivemos o intuito de minimizar tantos outros de renome no seio do anarquismo, tais como Goodwin, Stirner, Tolstoi, Fourier. Preendeu-se ao fato de nossa pretensão ser a de focar o anarquismo, a partir do momento em que ele apareceu como corpo teórico estruturado, com objetivos claramente definidos, com uma visão de mundo, denominada anarquista, e dando suporte às revoluções sociais que eclodiram na Europa, a partir de 1848, colocando em evidência as contradições do capitalismo.

Proudhon e Bakunin estabeleceram os princípios fundamentais da ideologia do Movimento Anarquista, imprimindo-lhe a característica revolucionária. Kropotkin e Malatesta definiram os contornos desta ideologia: o primeiro, dando as diretrizes ao Movimento Operário, através de sua concepção anarco-comunista; e o segundo, exercendo uma prática profundamente comprometida com esta visão de sociedade.

A análise destes quatro pensadores, que produziram o embasamento teórico do Movimento Anarquista, deixou evidente que, a partir do momento em que uma voz se levantou exprimindo em palavras o sentimento que jazia no subconsciente de muitas pessoas - a "propriedade é um roubo" e a forma de governo nela

alicerçada é injusta -, um véu levantou-se desvelando o que até então se mantivera oculto.

Nesse instante, ficou manifesto "o infinito poder da palavra" que Umberto Eco tão bem demonstrou em "O Nome da Rosa", uma palavra que foi se traduzindo em ações e se burilando no sentido de esclarecer, cada vez mais acuradamente, como deveria ser a nova forma social proposta e quais as ações que necessitavam ser desencadeadas, para ela poder se tornar realidade.

A anarquia perdeu sua conotação pejorativa e foi configurando-se como o tipo de sociedade que valoriza a solidariedade entre os seres humanos e que acredita ser possível situar o homem livre, como o elemento mais importante do processo histórico.

Proudhon deu o grito de alerta, expressando o óbvio, não percebido até então; Bakunin envolveu os adeptos do anarquismo com sua paixão revolucionária; Kropotkin estabeleceu as bases de uma sociedade onde a solidariedade se impunha como o principal atributo e Malatesta entendeu que o Sindicato, por congregar a força do operariado, era um campo propício à divulgação do Ideário Anarquista.

Esses quatro homens produziram uma obra que, num movimento ascendente, foi ampliando o raio de ação e demonstrando sua força. Uma força que se refletiu, no Movimento Operário e que perdeu a vitalidade em torno de 1930, em detrimento de outras que lhe eram contemporâneas: o comunismo de Estado, a social

democracia e o próprio capitalismo que, transformando-se para sobreviver, internacionalizou o capital e ampliou a intervenção do Estado na economia.

Negar os princípios básicos do anarquismo é desacreditar aquilo que existe de mais importante na humanidade: a liberdade, a solidariedade, a vontade que impele as transformações.

O que há de mais envolvente nesta teoria é o poder de impulsionar o lado lúdico da personalidade, de não dicotomizar o ser humano, clivando-o em sentimento e razão, abrindo assim um espaço para sua compreensão, como um ser que age, também, movido por emoções e, muitas das vezes, justamente pelo espontâneo e pelo intuitivo, é capaz de tomar atitudes que transformam de roldão a realidade.

O Anarquismo possibilita a crença em um mundo mais humanizado onde o homem não seja visto como aquele ser predestinado a vencer as dificuldades do meio, apenas com seu empenho pessoal, todavia como alguém que necessita se unir aos outros homens para, juntos, superarem as causas de suas dificuldades materiais e espirituais.

A partir das leituras feitas, foi-nos possível elaborar um quadro comparativo, tomando por base as principais categorias que caracterizam o pensamento dos autores enfocados.

A CADA UM,
CONFORME SUAS AÇÕES

A CADA UM,
CONFORME SUAS NECESSIDADES

Pensadores ;	PROUDHON ;	BAKUNIN ;	KROPOTKIN ;	MAIALESTA ;
Categorias ;	;	;	;	;
PRINCÍPIOS ;	Liberdade e Razão ;	Liberdade e Razão ;	Liberdade, Razão e ;	Liberdade, Razão, So ;
;	;	;	Solidariedade ;	lidariedade e Vontade ;
ORGANIZAÇÃO ;	MUTUALISMO ;	COLETIVISMO ;	ANARCO-COMUNISMO ;	ANARCO-COMUNISMO ;
ECONOMICA ;	Posse individual da ;	Propriedade coletiva ;	Propriedade coletiva ;	Idem ;
;	terra e usufruto pes- ;	dos meios de produção ;	dos meios de produção ;	;
;	soal do trabalho. ;	Distribuição conforme ;	Distribuição conforme ;	;
;	;	o trabalho. ;	as necessidades. ;	;
ORGANIZAÇÃO ;	;	;	;	;
POLITICA ;	Federalismo ;	Federalismo ;	Federalismo ;	Federalismo ;
;	;	;	;	;
ORGANIZAÇÃO ;	- Associações Mutua- ;	- Cooperativas de Pro- ;	- Comunas fundadas na ;	Sindicato ;
DA CLASSE ;	listas ;	dução ;	cooperação volun- ;	;
TRABALHADORA ;	- Ênfase no trabalha- ;	- Ênfase no operário ;	tária ;	;
;	dor ;	(Sindicalismo ;	;	;
;	;	Revolucionário) ;	;	;
EDUCAÇÃO ;	Uma das vias para a ;	Uma das vias para a ;	Uma das vias para a ;	Uma das vias para a ;
;	revolução social ;	revolução social ;	revolução social ;	revolução social ;
;	A) Informal - Politi- ;	A) Informal - Politi- ;	A) Informal - Politi- ;	A) Informal - Politi- ;
;	zação ;	zação ;	zação ;	zação ;
;	B) Formal ;	B) Formal ;	B) Formal ;	B) Formal ;
;	Ensino: laico, perma- ;	Ensino: laico, misto, ;	Ensino: suprime disci- ;	Ensino: ;
;	nente, profissionali- ;	integral, enfatiza a ;	plina, programas e ;	;
;	sante, aliando ensino ;	experiência do aluno ;	classificações. ;	Não fez proposta ;
;	e aprendizagem ;	ênfate tanto a natu- ;	E laico, integral, ra ;	;
;	;	reza quanto o meio ;	cional, misto e liber- ;	;
;	;	alia ensino e aprendi- ;	tário ;	;
;	;	zagem ;	;	;
FAMÍLIA ;	Desejava que a fami- ;	Casamento sem vínculo ;	;	;
;	lia tivesse outra es- ;	religioso ou legal ;	Idem ;	Idem ;
;	trutura, mas não ex- ;	"Amor livre" ;	;	;
;	plicitou ;	;	;	;
MULHER ;	Restrita ao lar ;	Igual ao homem em to- ;	;	;
;	;	dos os direitos e de- ;	Idem ;	Idem ;
;	;	veres político-sociais ;	;	;
RELIGIÃO ;	- Contra o clero ;	;	;	;
;	- Contra os dogmas re- ;	Idem ;	Idem ;	Idem ;
;	ligiosos ;	;	;	;
;	- Admitia a fé em Deus ;	;	;	;

Percebe-se no quadro que, embora haja divergência entre os pensadores quanto à organização econômica, há um eixo central, a congregá-los: a crença na liberdade, como condição primeira da existência humana; no federalismo ²⁴, como organização política; na família, constituída sem vínculo religioso ou legal; e na educação, entendida como uma das condições básicas para a almejada revolução social.

E muito forte, nos anarquistas, o interesse pela educação, interesse este que se manifestou concretamente através da atividade incessante, seja no âmbito da educação formal, seja no da informal, onde o grande número de periódicos publicados é um atestado eloquente ²⁵.

A nosso ver, os autores, cujo pensamento procuramos resgatar, tiveram o grande mérito de conceber um novo tipo de sociedade; de definir seus contornos, partindo da análise da realidade concreta; de identificar no operariado uma das forças motrizes para a revolução possível e necessária, sem minimizar as demais forças sociais; e de exercer ações coerentes com seus propósitos.

Tiveram, no entanto, uma percepção limitada da capacidade de resistência e adaptação do capitalismo,

²⁴ O Federalismo, proposto por Proudhon, fundamenta-se em um tipo de organização que parte das bases: os indivíduos unindo-se em comunas e associações. Os grupos são soberanos e se unem em função de necessidades comuns. Ao governo central somente caberia velar pela execução do pacto e pela melhoria daquilo que fosse comum. PROUDHON, J.P. A democracia mutualista. In: RESENDE, PASSETI (org.), op. cit., p.146-150, nota 11.

²⁵ Segundo FERREIRA, M.N. Imprensa e sociedade: o trabalhador gráfico. São Paulo: USP, 1976. Tese. Universidade de São Paulo. p.172, no período compreendido pelos anos finais do século XIX até o final da década de 1920, surgiram, no Brasil, 336 títulos.

subestimando o adversário e não percebendo que, se por um lado, o capitalismo produz uma grande injustiça social, por outro, camufla esta injustiça, dando ao homem a ilusão de ser possível superar suas limitações, através de seu próprio esforço - o mito do super-homem e do poder redentor da educação - e conta, para isto, com o anteparo da ciência, uma ciência comprometida com seus princípios básicos e produtora de um discurso que invade todas as esferas sociais. O homem vê-se com os olhos desse discurso, produzido cientificamente e, por isto, com foros de credibilidade, e não se percebe como é, deixando de apreender as contradições do mundo em que vive. E por esta causa que as políticas sociais desenvolvidas conseguem amenizar os conflitos de classe e o sindicalismo de resultados, ou amarelo, como foi outrora designado, encontra respaldo entre grande parcela do operariado.

Em nossa concepção, o Anarquismo estará sempre presente na humanidade, por atender ao profundo desejo de liberdade, inerente a todo ser humano; variam as épocas, variam os homens, variam as necessidades; mas não varia o sentido do viver. O homem sempre quis ser livre, e a luta por essa conquista da liberdade jamais deixará de fazer parte de seus sonhos; sonhos esses cuja expressão máxima talvez seja Don Quixote, o incansável cavaleiro a perseguir, sem trégua, a realização de um desejo.

CAPITULO II

PARANA: o espaço do objeto

"O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico"

(Antonio Gramsci)

1 - DETERMINANTES HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS

Quando em 1534 D. João III, rei de Portugal, dividiu o litoral brasileiro em Capitanias Hereditárias, couberam a Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, duas capitanias que correspondiam à parte mais meridional da Colônia. Uma delas, a mais ao Sul, ia de Paranaguá até Laguna (Santa Catarina), linha delimitadora do Tratado de Tordesilhas. Delimitação esta bastante vaga que, para a fixação exata, dependeria de negociações entre as coroas portuguesa e espanhola. O território, onde hoje se localiza Curitiba, pertencia teoricamente à Espanha.

As Capitanias não despertaram o interesse de seu donatário que, após 1530, jamais a elas retornou.

Pero Lopes de Souza não possuía descendentes, e as Capitanias que havia preterido passaram a ser motivo de disputa entre os descendentes de seu irmão.

Como resultado dessas disputas, a Capitania que ficava mais ao Sul foi desmembrada, e criou-se, em 1656, a Capitania de Paranaguá que existiu até 1709. Em 1710, a Coroa Portuguesa comprou-a, e ela foi incorporada ao território das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro com os quais veio formar a Capitania de São Paulo. Esta, por sua vez, foi dividida em duas comarcas: a do Sul passou a chamar-se primeiramente, de Paranaguá, e, mais tarde, de Curitiba e Paranaguá.

A colonização do Paraná teve três fases históricas, relacionadas às características migratórias e, em função delas, pode-se dividir a ocupação do Estado em três áreas histórico-culturais: Paraná Tradicional, que corresponde geograficamente ao Centro-Sul; Norte - velho, novo e novíssimo -; e Oeste - Extremo-Oeste e Sudoeste ¹.

A primeira, mais antiga, que nos interessa de modo particular e corresponde ao Paraná Tradicional, originou-se no litoral, no século XVII, com a descoberta do ouro. Transpôs a Serra do Mar, atingiu o Primeiro Planalto onde fundou Curitiba e buscou os Campos - Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas -, indo até a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul.

Nesta região, a ocupação e a posse da terra originaram-se através da posse inicial e da concessão de sesmarias.

O povoamento do litoral paranaense iniciou com a notícia de que havia ouro na região de Paranaguá. Foi a mineração, portanto, o móvel instigador que trouxe levas de aventureiros e de esperançosos e possibilitou a fundação da primeira vila, a de Paranaguá, em 1646.

O campo aurífero parnanguara apresentou-se fraco produtivamente, e os mineiros viram-se impelidos a se adentrarem

¹ A este respeito consultar WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.7, p.1-92, 1968.; e

no interior em busca de novas jazidas. Este fato fez com que transpusessem a Serra do Mar, iniciando o povoamento do Primeiro Planalto e fundando a cidade de Curitiba que viria a se transformar em capital do Estado.

Curitiba foi elevada à Vila, em 1668, entretanto sua situação política foi reconhecida somente em 1693. Era uma povoação praticamente isolada, devido às dificuldades de transposição da Serra do Mar. Ficou enquistada no Primeiro Planalto até a construção das primeiras estradas que fizeram sua ligação com o litoral e possibilitaram o escoamento da produção agrícola e pastoril.

Se de um lado, ela se defrontava com a Serra do Mar; do outro, fazia limite com o Segundo Planalto, onde se situa a região denominada Campos Gerais, altamente propícia às atividades ligadas ao pastoreio.

Por não ser economicamente desenvolvida, a população curitibana não pôde iniciar o povoamento desta região, o qual foi realizado por paulistas e alguns poucos paranaenses residentes em Paranaguá.

A peculiaridade desta ocupação foi o fato de, nos Campos Gerais, não se instalarem famílias, mas prepostos dos fazendeiros que ali residiam, somente com a finalidade de remeter divisas para os proprietários das terras.

Para a ocupação do Paraná, adentrando-se na zona dos campos, conjugaram-se dois elementos: a pecuária e o tropeirismo.

A pecuária foi anterior ao tropeirismo. Afirma Linhares ², "que ela nasceu com o bandeirante. Simultaneamente às atividades auríferas", entregaram-se os homens de Mateus Leme à criação do gado.

E vai mais longe, dizendo que o Ciclo Econômico da Pecuária

"foi no Paraná mais importante que o do ouro, não só no sentido de ter gerado maior duração e estabilidade que este, como também no que se refere à instalação das fazendas, consideradas as melhores do país".

Padis ³ compartilha a opinião de Linhares quanto à importância da pecuária na formação do complexo econômico paranaense, todavia ressalva que talvez a preponderância do gado se situe mais no que se refere à ocupação do território. Isto, porque a pecuária, apesar de já ter foros existenciais, quando do início do tropeirismo, em 1721, a partir da descoberta do ouro, em Minas Gerais, estabeleceu com este uma relação de mútua dependência: aos tropeiros, ofereceu terras para a invernagem do gado e deles recebeu condições para aumentar o rebanho.

A população de Curitiba e dos Campos Gerais era pobre, vivia unicamente das culturas de subsistência e da criação de gado.

² LINHARES, Temístocles. Paraná vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. p.60.

³ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981. p.71.

Por isto, a descoberta do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII, trouxe a esta região um novo alento. Para isto, entrelaçaram-se alguns fatores que, agindo de forma conjunta, impulsionaram o progresso econômico:

- em primeiro lugar, a necessidade de escoamento da produção mineira pelo porto do Rio de Janeiro - a distância era longa e os caminhos precários - cujo transporte necessitava de ser feito com a utilização de animais de carga: os muares;

- em segundo lugar, a criação de muares só foi permitida no Rio Grande do Sul. Por que este monopólio? Machado ⁴ responde, citando o Morgado do Mateus:

"A sua finalidade era dar ao Rio Grande um motivo forte pelo qual essa região pudesse se integrar e se incorporar realmente no Brasil, solicitada como estava permanentemente pela atração platina.";

- em terceiro lugar, o caminho percorrido pela tropa, indo do Rio Grande até São Paulo, teve nos Campos Gerais a sua via natural;

- em quarto lugar, de zona de passagem, os Campos Gerais vieram se tornar zona produtora, tendo na pecuária o objetivo predominante.

Estes fatores interligaram-se propiciando o povoamento da região dos Campos Gerais, a criação de Vilas, o surgimento da figura do Tropeiro, que era intermediário entre o

⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curitiba, n.3, p.6, jun. 1963.

criador e o comprador e que acabou se transformando, ele próprio, em fazendeiro, já que foi requerendo as sesmarias onde ficavam os locais que utilizava para cria e engorda dos animais, provindos do sul.

A lavoura de subsistência ampliou a área ocupada, por necessitar de abastecer a região dedicada à pecuária e o litoral.

Parece-nos que o tropeiro exerceu, no Paraná, uma função que lembra a dos desbravadores do oeste americano; forneceu os elementos necessários para o início do povoamento de uma vasta região até aí carente de núcleos populacionais.

Os locais de parada para descanso da tropa, situados a mais ou menos um dia de viagem um do outro, deram origem a uma série de atividades econômicas, ligadas ao abastecimento, e também a várias cidades da região ⁵.

Padis afirma que o Paraná não chegou a se constituir em um núcleo de criação; mas, sim, de engorda ou invernagem dos animais, conduzidos do Rio Grande do Sul até Sorocaba. Entretanto, mesmo assim, esta invernagem consistiu na principal atividade econômica da região.

⁵ Segundo Pombo, "o caminho para São Paulo, pelos campos gerais, foi aberto... desde os primeiros tempos de povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões (onde os visitantes descansavam ou faziam pousada)... desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sobre esse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aqueles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer o pernoite. Assim se formaram... Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Pirai". POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no centenário (1500-1900). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p.59-60.

Esta situação favorável à pecuária paranaense e ao tropeirismo, permaneceu até 1860, quando as ferrovias passaram a substituir os muares, no transporte das cargas.

Como o Paraná não havia investido na qualidade do rebanho bovino, não teve como competir no mercado e, assim, houve o declínio da pecuária.

Sucedendo aos ciclos da mineração e, posteriormente, da pecuária, iniciou-se o ciclo da Erva-Mate.

De acordo com a economia brasileira, também dependente de ciclos, a economia paranaense não diversificava as áreas de interesse. Sendo assim, em cada um deles passava pelas mesmas fases: início esperançoso, apogeu rendoso e declínio, quando os reflexos se faziam sentir intensamente, ocasionando a estagnação econômica, até uma nova saída se afigurar como viável.

Linhares ⁴, que se estendeu por mais de quatrocentas páginas sobre todos os aspectos ligados ao mate, afirma que este está essencialmente ligado ao Paraná, de vez que os ervais cobriam extensas regiões paranaenses e seu uso era bastante difundido entre os indígenas, não só do Paraná como da América do Sul, porque, na expressão do autor, "a América nasceu bebendo mate".

Mas, apesar de possuir a erva, não tínhamos o domínio de seu preparo, nem difundido o hábito de ingeri-la, seja sob a forma de chá ou de chimarrão.

⁴ LINHARES, Temistocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p.3.

Portanto, na primeira fase do Ciclo, que perdurou até aproximadamente 1820, o mate era manipulado pelos indígenas e se prestava mais ao consumo doméstico, não sendo, portanto, industrializado.

A segunda fase teve início com o primeiro engenho de mate instalado em Paranaguá por Francisco Alzagaray, que aplicou, no Brasil, procedimentos que havia aprendido no Paraguai, onde o mate era largamente consumido.

Passou-se a empregar a força hidráulica e a vapor na industrialização do mesmo e uniformizaram-se os tipos de produto e seu acondicionamento. Nesta fase, que vai de 1820 até 1875, quando há a transferência dos engenhos situados no litoral para o planalto curitibano, o mate principiou a adquirir expressividade econômica. A tal ponto que, em 1826, o porto de Montevideu constituiu-se o porto que manteve o maior contato com Paranaguá, seguido dos portos de Rio de Janeiro, Santos e da ilha de Santa Catarina. Nesse mesmo ano, o produto representou 69,81% da exportação total, realizada pelo porto de Paranaguá ⁷.

A exportação deste foi tão significativa que consistiu em um dos argumentos utilizados pela Câmara de Morretes, quando solicitou a elevação do Paraná à categoria de Província, o que viria a ocorrer em 1853.

⁷ Ibid., p.82-91.

Esta visão otimista de Linhares é compartilhada por Padis ⁸, entretanto este, apesar de reconhecer que as transformações pelas quais passou o Paraná, no período 1820-1850, se deveram em grande parte à posição favorável da economia ervateira, não deixa de apontar alguns elementos que interferiram negativamente na exportação do mate, entre 1836 e 1850. Entre eles, a crise européia, a partir de 1836, que se refletiu na desorganização da economia das repúblicas platinas; a Guerra dos Farrapos, na segunda metade dos anos 40; a Guerra Civil Argentina, em 1846; e a grande crise européia, ocorrida entre 1848 e 1850.

Todavia, apesar destes fatores que influíram negativamente, ainda assim a erva-mate era privilegiada, tanto que sua posição relativa no valor das exportações brasileiras passou de 0,3%, em 1831, para 1,3%, em 1850. Figurava entre os oito principais produtos exportados pelo Brasil.

Padis chama a atenção para os corolários econômicos e sociais advindos da erva-mate: aumento da renda da população paranaense, influenciando, assim, positivamente, no incremento do mercado interno.

Linhares ⁹ arrola outras conseqüências, ainda durante o período em que o Paraná era 5ª Comarca de São Paulo:

*"as estradas de rodagem, as estradas de ferro,
a navegação fluvial, o povoamento, a*

⁸ PADIS, op. cit., p.42-44.

⁹ LINHARES, op. cit., p.195, nota 6.

colonização, a fundação de cidades, melhor representação política, a fortuna das principais famílias paranaenses, o aparecimento de indústrias complementares, como a da madeira fornecendo barricas e caixas para o seu acondicionamento... Exclusivamente a ele é que se deve a estrada mais longínqua do Estado: a que liga Guaíra a Porto Mendes, ...".

Cumpre ainda enfatizar que o trabalhador dos ervais tinha uma característica peculiar: sua faina era necessária somente durante 6 a 8 meses. Nos meses restantes, permanecia entregue ao ócio o que dava ensejo a entregar-se à bebida ou ao jogo; além disto, criava dependência dos armazéns dos quais comprava víveres, a serem pagos com a renda da próxima safra.

Quem eram esses trabalhadores? Linhares identifica-os: poucos escravos negros, índios e caboclos, em regime de quase servidão.

Lembre-mos de que nessa época a escravidão não havia sido extinta, no entanto, no Paraná, os negros eram muito pouco utilizados como mão-de-obra. As atividades pastoris não ocupavam muitos braços e o trabalho nos ervais, com longos períodos de inatividade, era pouco adequado à utilização do escravo, por ser anti-econômico.

Parece-nos, então, que esses trabalhadores devem ter sido aqueles denominados semilivres, os quais eram submetidos a um alto nível de exploração.

A esse respeito é elucidativa a fala de Linhares ¹⁰

"o produtor... é proprietário ... e explora o trabalho de seus 'camaradas', dos trabalhadores que afrontam os rigores do inverno, passando dias e dias no mato, sem abrigo, sem agasalho, muitas vezes sem roupa, alimentando-se mal, comendo sempre comida requentada. Esse homem é que é o espoliado, o injustiçado, o oprimido, o escravizado...".

Desta exploração, participaram, posteriormente, também, os imigrantes poloneses, ucranianos, italianos, alemães, que se tornaram proprietários de ervais e que, segundo o autor,

"eram sovinas e destituídos de sensibilidade para como os outros, esses outros que dependem deles, já pequenos proprietários, já meio senhores, mais ou menos semelhantes aos cristãos novos em matéria de zelo dos grandes e de suas artimanhas de lôgro e embuste, no sentido de escravizar e oprimir os que lhes prestam serviços, em busca de refúgio e ganha-pão". ¹¹

Os trabalhadores semilivres ¹² eram a massa constituída pela população pobre que não nascera escrava, porém sofria o mesmo tipo de exploração, devido ao parco salário recebido.

Em São Paulo e no Nordeste, estes trabalhadores eram alvo de uma profunda rejeição e, raramente, encontravam

¹⁰ Ibid., p.199.

¹¹ Ibid., p.200.

¹² A este respeito ver GUIMARAES, Alberto Passos. *As classes perigosas no Brasil: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p.79-117.

trabalho, preferindo os latifundiários nordestinos e os proprietários dos cafezais investir na importação do braço imigrante.

Por recusarem-se a permanecer num regime de trabalho cruel, passaram a viver à margem de uma sociedade na qual não eram bem conceituados e a invadir as terras abandonadas e, posteriormente, as devolutas. Foi, através de sua ação, que o monopólio colonial e feudal da terra principiou a declinar.

Essa antipatia que a burguesia agrária nutria pelo trabalhador braçal do país era intensamente discriminatória e impediu, por um longo período, a assimilação do trabalhador nacional, por este ter sido preterido em favor do imigrante.

Maram ¹³ foi enfático, ao analisar o comportamento da oligarquia cafeeira:

"o trabalhador brasileiro estava condicionado ao fracasso pela sociedade, e o processo sócio-econômico o manteve acuado pela maior perseguição econômica já vista, esmagado por uma roda viva que Oscar Lervis denominou a cultura da pobreza".

Devido a este motivo, o processo imigratório começou a ser intensificado, já antes da abolição da escravatura, como afirma Diéguez Jr. ¹⁴, porque os fazendeiros desejavam se prevenir contra a falta de braços.

¹³ MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.15.

¹⁴ DIEGUEZ JR., Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. p.23.

Não temos dados para julgar se, no Paraná, havia esse tipo de discriminação no tocante à utilização do trabalhador semilivre, no entanto, parece-nos que não havia propriamente rejeição e, sim, brutal exploração de mão-de-obra barata, composta por pessoas miseráveis e analfabetas, sem meios de fazer qualquer tipo de reivindicação.

Linhares enfatiza que esta atitude dos proprietários era em relação aos trabalhadores que faziam a coleta do mate, não em relação aos que trabalhavam em funções ligadas à industrialização.

Temos dúvidas quanto a isto, uma vez que Carlos Torti, anarquista, em carta escrita ao jornal A Terra Livre, que será transcrita no próximo capítulo, denuncia as más condições de trabalho nos engenhos, além de denunciar ainda os baixos salários.

Continuando com a periodização de Linhares, adentramo-nos agora na 3ª fase da atuação econômica do ciclo do mate. Aquela que se inicia em 1875, quando há a transferência dos engenhos de mate do litoral para o planalto e novas técnicas de industrialização são introduzidas pelo Engenho Francisco de Camargo Pinto, tornando o Paraná competitivo no mercado externo, por superar o Rio Grande do Sul e o Paraguai, sendo capaz de tornar o mate paranaense preferido pelos mercados uruguaio, argentino e chileno.

Padis ¹⁹ afirma que, entre 1875 e 1879, as exportações aumentaram em 25%, e o mate paranaense passou a representar três quintas partes do consumido na América do Sul.

Nesse período, entretanto, a Argentina começou a investir na industrialização do mesmo e a importar a erva brasileira em rama. Os exportadores reclamaram uma atitude enérgica do governo brasileiro, no sentido de impedir o fato, mas este julgou que bastava apenas aumentar os impostos sobre a erva cancheada * para diminuir a sua exportação. Além disto, argumentou que pouco valeria uma atitude mais drástica, porque Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o próprio Paraguai continuariam exportando.

Por outro lado, defendia a liberdade de mercado - influência liberal na Constituição - como o princípio regulador. Esta liberdade fez com que as exportações aumentassem em mais de 30% no período compreendido entre 1882 e 1892.

Como as exportações privilegiavam a erva cancheada em detrimento da industrializada, é evidente que a concorrência argentina, no setor de industrialização do mate, fechou, com o tempo, para o Brasil uma importante via de exportação e causou profundos reflexos na economia paranaense, ocasionando falências e desemprego.

¹⁹ PADIS, op. cit., p.53.

* Erva-mate picada em minúsculos pedaços.

Além da política econômica argentina, outros fatores influenciaram, para que, no período que vai de 1892 a 1897, tivesse havido uma significativa redução no volume de exportações do mate.

Internamente, a abolição da escravatura, a proclamação da República e a crise política e econômica que, seguindo a esses acontecimentos, interferiu na economia. Externamente, a guerra civil no Uruguai - um de nossos principais mercados - e a crise européia que reduziu a importação dos produtos platinos e influenciou a capacidade de importação desses países.

No entanto, de 1897 a 1902, houve uma profunda reação nas quantidades exportadas, a tal ponto que o mate representou 98% do valor total das exportações e 40% do total da arrecadação do Estado.

Para esta reação, contribuíram positivamente as medidas adotadas pelo governo estadual que, preocupado com as falsificações do produto e seu desprestígio no mercado externo, estabeleceu rígidas normas no sentido de melhorar a qualidade.

De 1902 a 1907, houve novo descenso, causado pela concorrência do produto argentino.

Entre 1907 e 1913/14, o mate novamente melhorou as exportações, mas, a partir desta data, entrou em declínio, principalmente por causa da 1ª Guerra Mundial que afetou as exportações. Além disto, teve lugar, nos mercados consumidores, uma campanha em relação à baixa qualidade do produto paranaense e

o fato de a Argentina, primeiro, e, depois, o Uruguai, criarem tarifas que dificultaram a entrada da erva beneficiada e favoreceram a importação da cancheada.

A partir de 1914 até 1920, houve uma queda brusca na participação do mate, em relação às exportações paranaenses, e instalou-se uma profunda crise econômica no Estado do Paraná, com desemprego, redução dos salários e exportação da mão-de-obra para outros estados do Brasil.

A partir desta data, a erva-mate não conseguiu mais ser o produto hegemônico da economia paranaense.

O ciclo da erva-mate influenciou todas as tramas do tecido social. Vale a pena recuperar Linhares ¹⁴ para comprovar nossa afirmação:

"como não reconhecer ter se formado em torno (dos engenhos de erva-mate) certo bem-estar social e até um clima em que estavam presentes preocupações artísticas e literárias? ... Paranaguá fundou em 1871 o seu Clube Literário, que ainda existe e havia outros nas demais cidades (Morretes, Antonina, Pôrto de Cima) ... A Biblioteca Pública em Curitiba tinha, em 1880, cerca de 2.000 volumes. O Paraná que foi berço, no Brasil, do movimento simbolista, e seu mais considerável núcleo fora do Rio de Janeiro, foi o Paraná ervateiro. Em 1912, em plena ascensão da economia do mate, fundou-se em Curitiba, a universidade".

Além disto,

¹⁴ LINHARES, Temístocles, op. cit., p.202, nota 6.

"deu ao Paraná ... uma aristocracia de viscondes e barões, a exemplo do que ocorreu com a cana-de-açúcar no nordeste". ¹⁷

Várias conseqüências também são apontadas por outros pesquisadores ¹⁸; atraiu o imigrante que se adaptou facilmente à exploração da erva; foi um fator de fixação do homem à terra; reativou o setor comercial, fazendo surgir atividades paralelas: a fabricação de barricas, criação de animais para o transporte e propiciou o surgimento de uma nova categoria social: os produtores e os comerciantes.

Estaria Linhares sendo muito ufanista no que se refere à contribuição do mate para a estrutura sócio-econômico-política paranaense?

Padis ¹⁹, coloca ressalvas na contribuição econômica do mate. Afirma ele que fora o aumento da arrecadação estadual e do

"auto-financiamento de expansão dos engenhos moageiros de erva, muito pouco foi por ela capitalizado, e que sobre isso testemunhe a precariedade do conjunto da economia paranaense à época da grande crise de 29".

¹⁷ Ibid., p.194.

¹⁸ CODESUL. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976. p.26-7.

¹⁹ PADIS, op. cit., p.81-82, nota 3.

E possível que esta reduzida expressividade econômica se deva às características do empresariado, apontadas por Caron ²⁰

"mentalidade (que) adaptou-se à estrutura econômica, política e social dos primeiros tempos do capitalismo, possuindo como características básicas o paternalismo e o controle unipessoal do capital e da propriedade nas mãos dos chefes de clãs poderosos".

e que levou o Paraná a um acanhamento econômico. Foi este o motivo que caracterizou sua condição de periférico em relação ao sistema econômico brasileiro. Situação que perdurará até 1940.

Esta recuperação de duas análises contrastantes faz-nos colocar ressalvas tanto em uma, como em outra. Porque, se é verdade que, como afirma Padis, o Paraná, apesar do mate, permanecia com um perfil econômico bastante acanhado em relação à conjuntura brasileira, também é verdade que, como afirma Linhares, o Estado do Paraná conheceu um grande desenvolvimento neste período.

E certo que este desenvolvimento, principalmente a urbanização, se deveu ainda ao ouro e ao tropeirismo, entretanto não se pode minimizar o papel exercido pelo mate, principalmente porque, no início do século XX, o Paraná e, principalmente, Curitiba, já impressionava favoravelmente tanto seus habitantes, quanto aqueles que nos visitavam.

²⁰ CARON, Lucrecia de Araújo. Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977). Curitiba, 1978. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, p.244.

Talvez o mais prudente seja nos colocarmos em um meio termo, sem nos deixarmos levar pelo entusiasmo de Linhares, nem pelo certo tom depreciador de Padis.

Houve, é claro, pontos positivos e negativos, mas não se pode negar que, durante o ciclo da erva-mate, o Paraná experienciou um grande desenvolvimento em todos os setores.

Outra atividade, que repercutiu favoravelmente na economia paranaense, foi a da industrialização da madeira que, embora sem ameaçar a hegemonia da erva-mate, se constituiu em um elemento altamente rentável.

Afirma Padis ²¹ que, com o declínio do significado econômico do mate, cresceu de importância a exportação da madeira, principalmente no período 1916-1925. Logo após, começou a decair.

O Paraná possuía imensas reservas de pinho, todavia somente em 1871 é que uma empresa exploradora foi fundada. Diversas causas, entre as quais, a má qualidade das estradas e o alto custo do frete, fizeram com que nosso produto fosse colocado em situação desvantajosa, no porto do Rio de Janeiro, em relação ao similar importado. Além destes fatores, referentes ao custo do produto, também influenciou negativamente a baixa qualidade da madeira causada pela falta de critério no abate das árvores e na época do corte, o que provocava uma rápida deterioração.

²¹ PADIS, op. cit., p.71., nota 3.

Por isto, menos de uma década depois, a empresa já não subsistia.

Na década de 80, houve um aquecimento do mercado madeireiro, devido ao surto de urbanização no Rio e em São Paulo, à conclusão da ferrovia, Curitiba-Paranaguá e ao estabelecimento de uma política tributária estadual e municipal que favorecia a exportação da madeira.

Tanto assim que, em 1886, se instalou em Curitiba uma empresa em moldes capitalistas avançados para a época: reuniu o capital de várias pessoas, recebeu amparo do governo provincial e desenvolveu um relacionamento com os trabalhadores totalmente atípico: tinham eles direito ao descanso semanal, férias remuneradas e participação nos lucros.

O sucesso desta empresa fez com que, na esteira dela, fossem inauguradas mais duas serrarias nos arredores de Curitiba.

Começou, então, a concorrência das madeiras importadas, nos centros que eram nossos grandes consumidores: Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires e Montevideú. Nossa madeira, que era de qualidade inferior, só conseguia ser de 15% a 20% mais barata. Situação esta agravada em torno de 1888, quando a desvalorização da moeda brasileira aumentou a desvantagem em relação ao similar importado.

O pinho, então, passou a ser consumido, somente quando o produto, vindo do exterior, não supria a demanda.

O resultado foi a ocorrência de várias falências, inclusive do primeiro estabelecimento bancário paranaense ²².

Foi necessário que a Constituição de 1891 estabelecesse dispositivos protecionistas, através de barreiras alfandegárias, para que o pinho paranaense pudesse vencer a concorrência das madeiras importadas.

Esta situação favorável estendeu-se até a primeira década deste século, a tal ponto que, para garantir o abastecimento interno, a Assembléia Estadual criou, em 1900, uma tarifa alfandegária, a fim de diminuir a exportação em toros.

Na segunda década do século XX, a conjuntura externa, 1ª Guerra Mundial, fez diminuir as exportações.

No período compreendido entre 1916-1925, a participação do mate decresceu, e a madeira assumiu papel de destaque, outrossim, a partir de 1925, principiou a decair. Na década de 30, agravaram-se ainda mais os problemas relativos à exportação da madeira paranaense, principalmente devido à falta de mercados e às tarifas ferroviárias elevadas.

Sintetizando o que foi exposto, podemos afirmar que o Paraná chegou, no ano de 1900, com uma população estimada

²² Ibid., p.70.

em 327.136 habitantes e com a economia baseando-se na extração e industrialização da erva-mate, na indústria madeireira e no criatório dos Campos Gerais.

A indústria prosseguia no processo de implantação que havia tido início no século anterior com a erva-mate e a madeira. Fábricas de fósforos, sabão e velas, massas alimentícias e cerâmicas faziam parte do cenário.

Machado ²³ recorre a Furtado para explicar a estrutura tradicional da economia brasileira:

" a formação brasileira é, desde o início, um processo capitalista, centrado num tipo de empresa, a empresa produtora de artigo de exportação, e que se localiza num determinado lugar geográfico do território brasileiro, e durante um determinado período de tempo. Dá margem à criação e funcionamento de outros tipos de empresa, as empresas de subsistência." (grifos nossos).

Padis ²⁴ enfocou a evolução histórica da economia paranaense, incluindo mais uma categoria de análise - não somente os Ciclos Econômicos, como grande parte dos autores consultados fazem - mas, entendendo-a como uma economia periférica, subordinada às demandas do exterior e do Estado de São Paulo.

A análise pareceu-nos bastante elucidativa na medida em que permitiu compreender os condicionamentos externos que direcionaram a economia paranaense. Nas palavras do autor,

²³ FURTADO apud MACHADO, op. cit., p.5, nota 4.

²⁴ PADIS, op. cit., p.82.

"até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, especialmente no de São Paulo. E, além de periférica, de situação bastante precária. No entanto, a partir da década dos trinta, uma verdadeira revolução irá ocorrer na Economia do Estado e transformar-lhe a fisionomia."

No entanto, esse período posterior a trinta não é objeto de nosso interesse.

Analisando os autores consultados até o momento, parece-nos que eles se movem, ao explicar a formação econômica paranaense, no universo cepalino - que interpreta a economia sob a ótica dualista: metrópole/colônia; desenvolvimento/subdesenvolvimento; centro/periferia.

Julgamos que esta visão deixa de lado os fatores endógenos que são, sim, extremamente importantes para a compreensão de como se comporta a economia de uma referida região, ou de um país.

Preferimos aceitar a visão de Mello ²⁵ que, ao analisar o desenvolvimento econômico brasileiro, parte de duas perspectivas: a interna e a externa.

Sendo assim, julgamos que essa indústria paranaense que, no alvorecer do século XX, principiava a se enraizar e expandir, embora ainda de forma tímida, era impulsionada não só pelas exigências da indústria exportadora,

²⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

como pelos condicionantes de um mercado interno que, em função do aumento demográfico, se tornava um consumidor de bens.

Foi de 1880 a 1933, conforme o autor, que o capital industrial brasileiro nasceu e consolidou-se. Para conhecermos a realidade paranaense, recorremos a uma pesquisa produzida pelo Museu da Imagem e do Som de Curitiba, que realizou um trabalho de "resgate, revitalização e preservação da memória industrial", como consta no material por nós consultado.

O catálogo, composto de texto e fotos da época, faz referência à memória industrial e comercial paranaense.

Nesta referência, aparece de modo explícito o que acabamos de afirmar, ao nos reportarmos às condições endógenas que atuaram na evolução do processo industrial.

Permitimo-nos transcrever parte do texto, por nos parecer bastante elucidativo:

"Em fins do século passado, implantaram-se numerosas indústrias leves de bens de consumo, concentradas inicialmente em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Antonina e outras cidades. É certo que produtos como a erva-mate, a madeira e mesmo o gado, foram expressivos e fundamentais na economia paranaense. Porém, um mercado consumidor interno surgia a partir do crescimento de alguns centros urbanos, incentivados pela chegada de um grande contingente imigratório europeu. Esse mercado interno criou novas necessidades de alimentação, vestuário e outras, que já não podiam ser satisfeitas pela importação destes artigos básicos de outros Estados, bem como do exterior, pois estavam se tornando de elevado custo, agravados ainda pelas dificuldades de transporte. A constituição dessa mão-de-obra imigrante não só formou vários núcleos agrícolas, mas também se concentrou nas cidades, criando

empreendimentos industriais e comerciais e a efetivação do trabalho assalariado.

De início, essas indústrias iam surgindo de forma caseira, com instalações reduzidas, alguns operários e produção pequena. Os artigos fabricados em Curitiba e arredores, a partir da década de 1890 eram variados: cerâmica, vidros, tecidos, meias, bebidas, móveis, calçados, produtos alimentícios (balas, biscoitos, doces, massas), pianos, fósforos, brinquedos e outros." ²⁶

Entre estas fábricas caseiras, constava a de Giuseppe Todeschini que, em 1855, fundou a primeira indústria de macarrão do Sul do País. Hoje, as indústrias Todeschini destacam-se em nível nacional no setor de produção de massas alimentícias. Familiares seus, que elaboraram sua biografia *, relatam:

"Como naquele tempo não existiam máquinas para aquela indústria, idealizou e montou uma prensa, de início movida manualmente, depois com o auxílio de um cavalo que passava o dia todo girando em torno dela. Conseguiu, assim, melhorar e aumentar a produção. Deu então à empresa o nome de 'Fabbrica de Paste Alimenticie', julgando o povo tratar-se de fábrica de pastéis (...). Sendo o macarrão um alimento desconhecido do povo curitibano, Giuseppe encontrava dificuldade em vendê-lo. Resolveu, assim, oferecê-lo pessoalmente à freguesia, ensinando a maneira de cozinhá-lo, o jeito próprio de enrolá-lo com o garfo."

Estas indústrias não chegaram a caracterizar a economia do Estado, como industrial, porém influenciaram o

²⁶ PARANA, Museu da Imagem e do Som. Imagens da memória operária. Curitiba, 19-.

* Estes dados fazem parte do acervo particular da Sra. Sônia Todeschini Roveri. A pesquisa foi elaborada pelos familiares: Italo Todeschini, Bernadette Todeschini Riffaud e Gilda Maria Boscardini Todeschini.

crescimento das cidades e seu modo de vida, tornando-se imprescindíveis para o trabalho produtivo e para a incrementação do comércio.

Em 1907, o Paraná possuía 297 estabelecimentos industriais, 4.724 operários e era o 6o. colocado, em termos percentuais, em relação à produção industrial brasileira ²⁷.

Politicamente, conseguiu, a duras penas, emancipar-se de São Paulo. Emancipação esta que resultou de um acordo feito entre os liberais paranaenses e o presidente da Província de São Paulo, que prometia a liberação política dos paranaenses, desde que não apoiassem a Revolução Farroupilha ²⁸. O Paraná não apoiou os liberais gaúchos, e São Paulo cumpriu a promessa, solicitando ao Imperador a separação.

Durante dez anos, discutiu-se no Parlamento, no entanto, finalmente, em 02 de agosto de 1853, o Paraná emancipou-se, transformando-se de Comarca de Curitiba em Província do Paraná, cuja instalação se deu a 19 de dezembro do mesmo ano, sendo seu primeiro presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos.

A respeito desse fato, assim se referiu Martins ²⁹

²⁷ CARDNE, Edgar. A república velha. Instituições e classes sociais. São Paulo: DIFEL, 1970.

²⁸ Conforme CASTRO, a Revolução Farroupilha teve caráter separatista e republicano. Os Federalistas ou Farroupilhas do Rio Grande do Sul negaram-se a aceitar os presidentes que as regências impunham à sua província. Proclamaram a república rio-grandense e animados com as vitórias obtidas estenderam a revolução até Santa Catarina, onde com o auxílio de Garibaldi proclamaram a República Catarinense ou Juliana. Foram derrotados em 1845, com o exército sob o comando de Luís Alves de Lima (Barão de Caxias). CASTRO, Therezinha de. História da civilização brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: CAPEMI, 1982. p.123.

²⁹ MARTINS, Romário. Origens de Curitiba. In: CURITIBA. Curitiba: Habitat, 1982. (monografia)

"Nossa autonomia administrativa em 1853, nos encontrou ... mal saídos da mentalidade da vida sertaneja de 1693. As casas de Curitiba, em regra eram de taipa ou pedras secas, de um só pavimento quase todas sem soalho de madeira mas de terra socada. Na vida do lar reinava o patriarcalismo aldeão pouco exigente de conforto (...)

O comércio em 1853 tinha, entretanto, um desenvolvimento superior às necessidades do meio: 38 casas de fazendas e armarinhos e 335 de secos e molhados. Quanto às atividades manufatureiras, Curitiba possuía 9 oficinas de sapateiro, 6 alfaiatarias, 5 ferrarias, 3 ourivesarias, 2 marcenarias e 1 selaria. Havia 1 açougue e 1 padaria.

Sua população era: branca, adulta, 4.102 habitantes; preta e mulata, inclusive menores, 1.718; escrava, 473.

No Paraná recém-emancipado, tudo estava por fazer ³⁰, a começar do sistema viário. E essa foi a tarefa a que se propôs o 1o. Presidente: (re)construir uma via que ligasse o planalto ao litoral, possibilitando o escoamento da safra.

E interessante observar o entusiasmo com que Rocha Pombo, um contemporâneo, descreve a influência desta estrada no desenvolvimento da região ³¹:

"A conclusão da estrada da Graciosa (1873), assinala um período de renascimento econômico em toda a vasta zona povoada da Província. Data também dessa época o assombroso desenvolvimento da magnífica cidade de

³⁰ Segundo POMBO, op. cit., p.76, "O primeiro ato do Presidente empossado foi o da convocação da Assembleia Provincial... Essa primeira Assembleia Legislativa devia desempenhar uma difícil e importante tarefa: tinha de organizar toda a administração, de criar todos os serviços públicos, de prover as necessidades da justiça, da instrução popular, da polícia, da viação, da catequese, em suma, enfrentava com a tarefa assoborante de fazer a ordem no meio daquele caos em que sobrevivia quase inalterado o regime colonial".

³¹ Ibid., p.91.

*Curitiba, da suntuosa capital..." (grifos
nossos)*

E prossegue capítulos adiante, ainda no mesmo tom
ufanista ³²:

*"... o definitivo encaminhamento do Paraná em
direção do seu grande futuro data de 1873,
época em que se concluiu a estrada da
Graciosa."*

O período provincial pode ser dividido em duas
fases:

- de 1853 até a Guerra do Paraguai (1864-1870);
- de 1870 até 1889.

No primeiro período, os presidentes da Província
eram procedentes de outras províncias e usavam o cargo como
trampolim político; no segundo período, começou a haver maior
autonomia da Província, passando ela a se desligar da tutela
imperial.

Foram os fazendeiros dos Campos Gerais que, até à
Proclamação da República, exerceram o poder econômico e político
do Paraná - a denominada elite campeira -.

A partir de 1889, houve um declínio desta
influência motivado, principalmente, pelo desenvolvimento e
modernização da indústria da erva-mate e pela implantação da
indústria madeireira, sem a contribuição do capital oriundo dos
Campos Gerais, assim como a vinda dos imigrantes que aceleraram o

³² Ibid., p.144.

processo de desintegração da elite campeira. Além disto, Curitiba crescia como centro administrativo e econômico.

Costa ³³ afirma que

"Os ervateiros e depois os madeireiros, em geral capitalistas, constituíram uma elite social e econômica forte, com projeção no cenário político-administrativo, (formaram) uma verdadeira oligarquia, que, pouco a pouco, foi se firmando no cenário provincial, (e) substituindo os grandes proprietários latifundiários, que, com a desagregação da estrutura agrária tradicional, (perderam) a liderança para as novas forças políticas e econômicas, que se (firmaram) principalmente em fins do século XIX e no decorrer da 1ª República."

No entanto, se, por um lado, a elite campeira não detinha mais o poder real; por outro, continuava mantendo o poder político, através da influência na eleição dos presidentes do Estado que, após a República, não eram mais indicados pelo governo central. Esta busca da permanência no poder envolvia, inclusive, alianças com famílias influentes de outras partes do Estado.

A hegemonia política do Paraná Tradicional permaneceu até 1960, quando, pela primeira vez, foi eleito um governador oriundo de outra região do Estado: Paulo Pimentel, do Norte do Paraná ³⁴. Região esta que, a partir de 1950, com o

³³ COSTA, Odah Regina Guimarães. Ação empresarial do Barão do Serro Azul. Curitiba: Grafipar, 1981. p.23.

³⁴ WACHOWICZ, op. cit., p.269, nota 1.

início do Ciclo-do-Café, passou a deter a hegemonia econômica do Estado do Paraná.

2 - A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ

Quando o Paraná se emancipou de São Paulo, em 1853, a Lei de Terras ³³ já havia sido sancionada - 1850 - e logo seria regulamentada - janeiro de 1854 -.

Portanto, se a nova Província se viu às voltas com os mesmos problemas que grassavam nas demais: "latifúndios nas mãos de importantes fazendeiros, além de arrendatários e posseiros" ³⁴, passou a contar imediatamente com um instrumento que lhe possibilitou agir no sentido de incrementar a colonização. Via esta - Lei de Terras - que se afigurava como necessária para promover o progresso da Província e para suprir a lavoura de subsistência grandemente prejudicada pela falta de braços e pelo desinteresse dos fazendeiros dos Campos Gerais, que se dedicavam à criação do gado vacum.

³³ Segundo COSTA, O.R.G. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. Tese - Universidade Federal do Paraná, p.45,

"A Lei n.601, de 18 de Setembro de 1850 (...) não deixa de reconhecer, (...) o direito adquirido da posse já efetuada, dando condições para a sua legitimação (...) e, de outro lado, estabelece 'que ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra'".

³⁴ Ibid., p.49-50.

A ação do Estado incidiu sobre dois objetos: as terras devolutas que lhe pertenciam e as terras particulares, ocupadas ilegalmente.

Em 1858, assim se exprimia o Presidente paranaense:

"Não contando a província proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é a chamada - pequena - portanto, a que menos presta a colonisação por aquelles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se hade realizar, em meu entender a colonisação nesta província..." ³⁷

A política imigratória paranaense fez parte de uma política maior, a brasileira, que incentivou e patrocinou a vinda dos imigrantes europeus.

No caso paranaense, a imigração foi peculiar: diferentemente daquela ocorrida em São Paulo, o imigrante não veio para ser empregado das grandes fazendas, mas para ser dono da sua propriedade e promover a colonização do Estado, povoando-o e defendendo-o, seja das investidas indígenas, seja da ameaça de uma ocupação argentina ou paraguaia.

Ianni ³⁸, ao discorrer sobre a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, afirma que, além dos objetivos de substituição do braço escravo e colonização, havia ainda outro

³⁷ Apud BALHANA, Altiva. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curitiba, n.3, p.29, jun. 1963.

³⁸ IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: FORUNS DE ESTUDOS ITALO-BRASILEIROS, 1/2, Caxias do Sul, ju. 1975. Anais... p.11-28.

que pode ser desagradável, porém é verdadeiro, por aparecer na fala de políticos e funcionários ligados à imigração: necessidade de branquear um país que estava ficando mulato e negro. Daí, porque a ênfase na imigração européia, em detrimento da oriental.

Quais as características desses imigrantes que se adentraram no espaço brasileiro? Várias. Ianni diferencia-os:

- colonos - (principalmente nos estados do Sul e alguns em São Paulo) - vieram para povoar, produzir, construir e passaram a constituir o mercado interno. Deram origem à burguesia rural, extremamente conservadora;

- operários agrícolas - dirigiam-se para as fazendas - principalmente de São Paulo - com a finalidade de substituir o braço escravo. Permaneceram nos campos ou se dirigiram para as cidades e, com o produto de suas poupanças, tornaram-se proprietários;

- operários urbanos - concentraram-se nas cidades. Eram artesãos autônomos - alfaiates, barbeiros, marceneiros -, técnicos profissionais ou intelectuais politicamente exilados.

A primeira leva de imigrantes que se adentrou no solo paranaense foi em 1829, por iniciativa particular. Somente em 1858 ocorreu a fundação de uma colônia, a de Assunguy, sob as benesses do governo imperial. Colônia esta que não prosperou.

Adolpho Lamenha Lins, Presidente da Província do Paraná, no Relatório apresentado em 1876 à Assembléia Legislativa, analisou criticamente o fracasso da Colônia e, na mesma ocasião, propôs uma política imigratória que, ao ser

aplicada, contribuiu decisivamente para impulsionar o desenvolvimento da Província.

Apontou entre os fatores que ocasionaram o fracasso da Colônia Assunguy as dificuldades com o solo acidentado e a falta de consumidores para os produtos.

Propôs o Presidente da Província que, ao invés do governo imperial ficar despendendo dinheiro para financiar a permanência de colonos em locais inadequados, deveria possibilitar a criação de colônias nas proximidades da capital.

Sugeriu, então,

"Dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, e em vez de poéticas descrições e exageradas promessas, convencê-lo de que temos a seu alcance terras fertilíssimas, e promovermos a construção de boas vias de comunicação.

Facilitar-lhe o transporte, evitando que o imigrante sofra privações e mau tratamento até o termo de sua viagem.

Dividir bons lotes de terras nas vesenhas dos centros populosos e fazê-los comunicáveis por estradas de rodagem.

Fazer o colono aderir à terra que habita, pelo direito de propriedade facilitando-lhe a aquisição d'ella.

Evitar que o imigrante ao chegar sofra vexames que lhe abatam o animo aos seus primeiros passos em regiões desconhecidas.

Estabelecer bem o colono, com todos os favores promettidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa."

E finaliza, afirmando

"O estabelecimento n'estas condições, em tudo preferível ao das custosas colônias do Estado, me parece o melhor para fazer prosperar a

colonização, e preparar o terreno para a imigração espontânea." ³⁹

Esta política imigratória, proposta por Lamenha Lins, continha alguns elementos que merecem destaque: a preocupação com a fidelidade das informações prestadas ao imigrante, assim como com a recepção que teria no País, compreendendo que sofrer vexames seria profundamente desastroso para o relacionamento do imigrante com a nova terra. Além disso, o entendimento de que o imigrante deveria se tornar proprietário. Este fato levou o imigrante paranaense a criar laços de identidade com o Estado e deu origem a uma burguesia rural profundamente conservadora, atestando a análise feita por Ianni.

No relatório apresentado no ano seguinte -1877-, Lamenha Lins estima em 6.000 o número de imigrantes estabelecidos nos arredores da capital, que impeliram o município a prosperar e possibilitaram o surgimento de indústrias destinadas aos bens de consumo, cujos produtos

"encontram no mercado da capital prompta saída e preço animador." ⁴⁰

³⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo governador Adolpho Lamenha Lins em 15 de fevereiro de 1876. p.78-80.

⁴⁰ Idem, 15 de fevereiro de 1877, p.84.

Entre as conseqüências imediatas da imigração européia, no Paraná, constam, conforme Balhana, Machado e Westphalen ⁴¹:

1 - branqueamento evidente da população. Os habitantes do Paraná Tradicional, principalmente, possuem não só aparência européia como manifestam comportamentos que demonstram sua influência cultural: alimentação, moradia, lazer, meios de transporte, etc.;

2 - embora a ocupação do território ainda fosse pequena em relação à área total, a população aumentou consideravelmente em função da imigração ⁴²;

3 - conquanto os núcleos das colônias que, posteriormente, se transformaram em cidades não tenham sido tão numerosos, como se tem feito crer, ainda assim, foram significativos para o desenvolvimento comercial.

Wachowicz ⁴³ aponta mais uma série de conseqüências da ação do imigrante em terras paranaenses:

- a) deu origem à classe média;
- b) implantou novos meios de transporte: carroção polaco e carroça eslava, superiores aos existentes;

⁴¹ BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. Alguns aspectos relativos ao estudo da imigração e colonização. In: SIMPOSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITARIOS DE HISTORIA, 4, Porto Alegre, 1967. Anais... p.329.

⁴² PADIS, op. cit., p.31, corrobora esta análise. Quando enfoca o aumento populacional do país e o compara com o Paraná, afirma que, enquanto no conjunto do país, a população aumentou 75% no período compreendido entre 1910-1920, no Paraná, aumentou 110%. Atribui este fato à imigração.

⁴³ WACHOWICZ, op. cit., p.153.

- c) recuperou a dignidade do trabalho braçal;
- d) difundiu os ofícios manuais;
- e) revolucionou a agricultura com a utilização de instrumentos mais modernos;
- f) introduziu novos hábitos alimentares;
- g) proporcionou subsistência por quase 80 anos à capital e às principais cidades do interior;
- h) deu início às indústrias;
- i) forneceu mão-de-obra para benfeitorias diversas;
- j) criou uma arquitetura própria, tanto rural quanto urbana.

Octávio Ianni discorda do que chama "mitificação do processo migratório", alertando que é preciso relativizar a influência do imigrante, como causa de prosperidade ou de industrialização, principalmente no caso dos italianos. Afirma ele que industrialização e Matarazzo não são a mesma coisa.

Creemos que esta afirmação de Ianni se presta bem para o caso de São Paulo, onde a indústria nasceu gerada pelo excedente de lucros referentes à comercialização do café, e o processo imigratório esteve ligado à necessidade de braços, tanto para a lavoura quanto para a indústria nascente que requisitava operários qualificados.

Temos dúvidas quanto ao Paraná. Aqui não havia o excedente de lucros, para ser aplicado na indústria e o imigrante

veio para povoar, colonizar e tornar-se proprietário. Foi, cremos, justamente por isto, sujeito do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial.

CAPITULO III

O ANARQUISMO NO PARANA

*"para a liberdade e luta
me enterrem ...
na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu*

*me enterrem com meu coração
na beira do rio
onde o joelho ferido
tocou a pedra da paixão"*

(Paulo Leminski)

INTRODUÇÃO

Acreditamos que, para se apreender as relações sociais, culturais e de produção do Paraná na I República, é necessário enquadrá-lo em um todo maior que lance luzes para compreender as características do período por nós privilegiado (1890-1920). Período este marcado por profundas transformações no cenário brasileiro. Sendo o Paraná uma parte deste cenário em transformação, é evidente que estavam ocorrendo aqui os mesmos questionamentos, as mesmas incertezas, as mesmas mudanças e, principalmente, as mesmas tensões e conflitos.

Para melhor entendimento do objeto de estudo, procuramos relacionar imigração, industrialização e penetração do Ideário Anarquista, compreendendo-os como fenômenos interrelacionados, embora não interdependentes porque, como veremos, a presença do anarquismo, no Paraná, foi anterior ao processo de implantação do Capitalismo Industrial.

Buscando recuperar a memória da presença anarquista no Paraná, em especial na região de Palmeira e em Curitiba, com o objetivo de captarmos as contradições típicas daquele momento histórico, realizamos uma extensa pesquisa por meio da qual procuramos adentrar todos os espaços possíveis, ouvir os sussurros, ler nas entrelinhas, garimpar nas estrelas.

As informações obtidas propiciaram que pudéssemos compor o mosaico de uma sociedade na qual a presença anarquista lançou um tom dissonante e interferiu na tão propalada ordem da

cidade de Curitiba. Uma presença que incomodava, por colocar em xeque os valores religiosos, sociais, políticos e econômicos de uma sociedade conservadora, a iniciar o processo de industrialização e na qual os ervateiros e madeireiros constituíam a elite que detinha o poder político-econômico e ditava as regras de convivência e de organização social.

Só que as tramas do tecido social curitibano não eram rígidas e estáveis a ponto de impossibilitarem que vozes se levantassem, denunciando e exigindo outras posturas que não aquelas estabelecidas. E estas vozes fizeram-se ouvir primeiramente nos Campos Gerais, oriundas da Colônia Cecília e, posteriormente, através das ações anarquistas, entre as quais constam a publicação de periódicos, no final do século XIX e início do século XX, em Curitiba.

De maneira geral, sentimos um manto de silêncio, encobrindo a presença anarquista no Paraná. Na Sociedade Garibaldi, apesar das freqüentes referências a seu papel no Movimento Operário Curitibano, inclusive sediando a Fundação da Federação Operária Paranaense em 1906, como atestam vários autores, não conseguimos ter acesso a atas ou documentos comprobatórios. O mesmo aconteceu no Museu da Rede Ferroviária, que não possuía documentos pertinentes à época que nos interessava.

O autor Newton Stadler de Souza * por nós entrevistado, também se referiu à dificuldade de romper este véu de silêncio.

* Entrevista realizada em 04/maio/90.

Apesar disto, conseguimos recuperar as evidências da presença anarquista, em Curitiba, através dos artigos publicados pela Grande Imprensa, do discurso enunciado pelos periódicos anarquistas e das ações encetadas pelos anarquistas curitibanos, fundando associações e realizando "meetings" *, boicotes e greves.

Embora nosso interesse principal, seja a análise da atuação anarquista, em Curitiba, afigurou-se-nos imprescindível retomar a experiência comunista anárquica, colocada em prática na Colônia Cecilia, em Palmeira, região dos Campos Gerais. Principalmente, porque todas as pesquisas realizadas, em Curitiba, nos remetiam à Colônia Cecilia, centro disseminador de idéias e pessoas que iriam dar origem, sentido e forma ao Movimento Anarquista, em Curitiba.

Procuramos enriquecer o relato referente à Colônia Cecilia com a divulgação de informações inéditas, obtidas através de entrevistas com as senhoras Ivone (Artuzi) Agottani Mezdari, Maria Amália Agottani Samways e Dr. Candido de Mello Neto **.

Foram fundamentais para o desenvolvimento deste tópico os relatos da lavra de Giovanni Rossi ¹ referentes à

* Manifestações públicas.

** Ivone é descendente de duas famílias integrantes da Colônia Cecilia: Artuzi, por parte de mãe, e Agottani, por parte de pai. Casou-se com um Mezdari, também descendente dos integrantes da Colônia. Mora até hoje em Cantagalo, perto do local onde ficava o núcleo anarquista. Maria Amália é neta de Aldino Agottani, e Dr. Candido de Mello Neto é neto de Luigi Crollanti, ambos integrantes da Cecilia.

¹ a) ROSSI, Giovanni (Cardias). Un comune socialista. 5.ed. Livorno: E. Favillini, 1891.

b) ROSSI, Giovanni (Cardias). Cecilia; comunità anarchista sperimentale / Un episodio d'amore; nella Colonia "Cecilia". Livorno: Solforte EC., 1893.

Colônia Cecília e procedentes do INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL HISTORY, localizado em Amsterdam.

Através da sua leitura, foi-nos possível esclarecer e retificar informações que constam nas obras de Schmidt e Stadler, principalmente aquelas que dizem respeito às motivações primeiras que deram origem à experiência anarquista.

Sendo assim, pretendemos neste capítulo

- relatar e analisar a experiência comunista-anárquica colocada em prática na Colônia Cecília; e

- relatar e analisar as formas de organização e ação do Movimento Anarquista na cidade de Curitiba.

1 - COLÔNIA CECÍLIA: IMIGRAÇÃO DO SONHO, CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA

Nem todos os imigrantes que aportaram no Paraná e aqui construíram suas Colônias serviram aos interesses do Governo e obedeceram a suas diretrizes.

Existiram também aqueles que, motivados por seus ideais, procuraram por em prática uma experiência que evidenciasse ser possível erigir, no seio da sociedade burguesa, uma outra ordem social, demonstrando que liberdade, igualdade e solidariedade, mais que vãs palavras podiam assumir a concretude.

Colônia Cecília foi o nome escolhido para denominar aquela que se constituiu na "mais séria das realizações

anarquistas", no dizer de Netlau². Uma experiência que permaneceu no limbo até 1932, quando Alessandro Cerchiai a relatou em seus Quaderni Della Libertà.

O fundador da Colônia foi Giovanni Rossi, militante socialista italiano, que havia escrito o livro Un Comune Socialista onde se deteve em explicar como seria uma comunidade fundamentada nos princípios socialistas.

Fez também a proposta de se fundar uma comunidade socialista na Polinésia, durante reunião da Associação Internacional do Trabalho, realizada no ano de 1873, proposta esta arquivada. E procurou colocar em prática seu propósito na Lombardia, mas viu frustradas suas esperanças.

Relata ele que, no final de 1889, depois da experiência infrutífera, quando pensava em participar de uma das duas colônias coletivistas, fundadas na América, Kaweah, na Califórnia, ou Sinaloa, no México, foi convidado por Achille Dondelli, residente em Brescia, a fundar uma colônia socialista na América do Sul³.

Reuniram-se, inicialmente, alguns companheiros e decidiram que, somente após escolherem a localidade, arregimentariam outras pessoas para participarem da experiência.

Não tinham e nem pretendiam elaborar um programa prévio que estabelecesse a organização da Colônia, aspiravam somente realizar a experiência de colocar em prática uma nova

² NETLAU apud PELLIZZETTI, Beatriz. Colônia Cecília: anarquistas no Paraná. In: DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.313-32.

³ ROSSI, Giovanni (Cardias), op. cit., notas 1a e 1b.



Alessandro Cerchiai, jornalista italiano.
Chegou no Brasil em 1901 e faleceu em 1935, em São Paulo. Colaborou no Amigo do Povo, no Germinal e foi redator de La Battaglia. Em 1932, publicou o Quaderni Della Libertà, dedicado à Colônia Cecília. Em 1934, esteve no local visitando as ruínas e entrando em contato com os descendentes.

(Acervo de Werther Nervo, sobrinho de Alessandro Cerchiai)

forma de convivência social, baseada nas aspirações de liberdade e justiça.

Foi com este objetivo que, em 20 de fevereiro de 1890, embarcaram no navio Città di Roma e partiram do porto de Genova: Cattina e Achille Dondelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arighini, Giacomo Zanetti e Giovanni Rossi. Levavam o pecúlio de 2500 liras e a mente repleta de sonhos.

A viagem foi financiada pelo governo brasileiro, dentro da política de estímulo à imigração. Juntamente com eles, vieram vários outros imigrantes.

Rossi descreve detalhadamente a viagem, com a minúcia de um cientista habituado às observações, pois era médico veterinário.

O destino do grupo era originariamente Porto Alegre; mas, devido ao mal-estar que acometeu dois companheiros, resolveram descer no Porto de Paranaguá e fundar a Colônia no Estado do Paraná, que sabiam possuir clima agradável e ambiente salubre.

Em Curitiba, informaram-se na Companhia de Terras e Colonização, onde poderiam ocupar um terreno do Estado. Por terem se mostrado desejosos de estabelecer-se perto de um rio navegável, foi-lhes sugerido o território de São Mateus, onde corre o Rio Iguaçu.

Ficou decidido que Rossi e Benedetti se encarregariam de encontrar o terreno e, depois, mandariam buscar os companheiros, principalmente porque Dondelli estava adoentado.

No dia 1 de abril, partiram de Curitiba em direção a São Mateus e, em 2 de abril, chegaram à Palmeira onde havia sido recentemente estabelecido um escritório da Inspetoria de Terras e Colonização com a finalidade de dirigir a instalação do núcleo colonial, em São Mateus. Nesta cidade, conheceram o Dr. Franco Grillo, médico, residindo, há dezessete anos, no Brasil, e que viria a tornar-se amigo e auxiliar do projeto anarquista.

O local escolhido, para implantar a Colônia Cecília, situava-se a 18 km de Palmeira. Era um terreno de dez quilômetros quadrados, constituído de pradarias e bosques e foi comprado, a prazo, por 15 Liras ⁴. Já possuía uma casa, a qual precisou ser adaptada para abrigar o casal e mais os três solteiros.

Após uma semana, durante a qual foram tomadas as primeiras providências, chegaram os companheiros que estavam em Curitiba, e deu-se início à implantação da Colônia: plantou-se a horta, o parreiral, batata, feijão, mandioca, milho. Construiu-se uma cerca para proteger a propriedade contra os animais errantes; fabricaram-se móveis rudimentares; plantou-se um jardim e começou a criação de animais, cujos primeiros espécimes foram doados pelos vizinhos.

E o próprio Rossi quem afirma que, apenas posta a primeira pedra da Cecília, escreveram a seus conterrâneos convidando-os a participarem da experiência e elogiando o País. Receberam respostas vagas e indeterminadas.

⁴ Rossi especifica o débito contraído junto ao governo brasileiro: 2.961.095 Réis a ser pago em 7 anos, conforme ato de 1º de outubro de 1892. ROSSI, Giovanni, op. cit., p.16., nota 1b.

Resolveram, então, que um deles deveria retornar à Itália para fazer a propaganda da Colônia. Rossi foi o escolhido e partiu em outubro de 1890. Apenas chegado à Itália, começou a campanha de arregimentação. Em Cecina, Livorno, Spezia, Torino, Milano e Brescia foi escutado com simpatia e angariou adeptos.

Em fevereiro de 1891, partiu o primeiro grupo para o Brasil. Os companheiros que foram dar adeus, gritavam do cais: Viva a anarquia!!! ... Viva a Colônia Cecília!!!

Novos grupos partiram em 14 de fevereiro, 10 de março, 28 de março e 23 de abril. Em junho de 1891, a população da Cecília orçava em torno de 250 pessoas ⁵.

Para participar da experiência, inscreveram-se intelectuais, colonos, operários e integrantes da classe média, que exerciam as mais variadas profissões e que, sofrendo com a péssima condição econômica e política da Itália e tendo entrado em contato com as idéias anarquistas, desejavam tentar uma nova maneira de viver.

As famílias inscritas pertenciam ao Norte da Itália e provinham de "Milão, Bréscia, Bérgamo, Verona, Modena, Firenze, Cremona e de pequenas vilas na Lombardia" ⁶.

⁵ ROSSI, op. cit., nota 1a.

⁶ SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.25, cita as famílias de Giovanni Rossi, Primo Crollanti, Marco Cappelaro, Alexandre Nannonni, Gigi Damiani, Francesco de Paola, Piero Colli, Reinaldo Parodi, Dante Venturini, Egicio Cini, Pietro Riva, Aldino Agottani, Bruno Celli, Francesco Nicola, Arturo Previtali, Décio Boni, Pietro Gavarri, Ernesto Faccini, Córdio Corsi, Evangelista Benedetti, Domenico Garzini, Marco Soldi, André Agottani, Ezobeida Agottani, Florindo Fecci, Romão Minardi, Daniel Dúsi, Humberto Verona, Carlo Forti, Doménico Códega, Dr. Lorenzini, Dr. Ricci, os Bientinezzi, os Romani, Virgínio Artuzzi, Aniceto Artuzzi, Fanin.

Parece que nem todas estavam firmemente imbuidas do ideal anárquico, o que veio dificultar a implantação da experiência.

A região onde centraram-se, a partir de 1870 até 1894, situava-se nos Campos Gerais e passava por um período de transição: o poder econômico e político, até aí exercido pelos fazendeiros dos Campos Gerais, principiava a mudar para as mãos dos ervateiros e madeireiros.

Os primeiros tempos da colônia tiveram como objetivo maior a organização e nele foram muitas as discussões, a maioria delas absolutamente estéreis *. No entanto, observando os princípios defendidos, ninguém jamais pretendeu impor suas idéias. Passado algum tempo e com o amadurecimento das discussões, estas tornaram-se produtivas.

Optou-se, finalmente, por um tipo de associação que pautou pela informalidade: não havia regulamentos, pactos, horários, normas e delegação de poder.

A organização era, portanto, igualitária, anti-autoritária, em completa identidade com os ideais anárquicos. A Cecília caracterizou-se pela propriedade comum da produção e da distribuição, colocando em prática o preceito anarco-comunista: De cada um, conforme suas ações; e, a cada um, conforme suas necessidades.

* ROSSI relata que este período foi caracterizado por um grotesco sistema de "referendum", no qual a população perdia muito tempo em assembléias ociosas.

Dela participaram pessoas das mais variadas características, quanto ao grau de instrução, formação para o trabalho, hábitos de vida, crenças e temperamento.

Essas pessoas vivenciaram a ideologia anarquista: comunismo, amor livre, anticlericalismo, liberdade. Viveram tempos difíceis, marcados pelo cansaço, pela solidão, pela doença - crupe -, pela desonestidade na demarcação das terras e no pagamento dos serviços, realizados na construção de estradas, pelo roubo de sua produção por um dos integrantes do núcleo - José Gariga -, pela perseguição política, pelo preconceito, pela rejeição das comunidades vizinhas que chegaram a negar que os anarquistas vitimados pelo crupe fossem enterrados no cemitério local, dando origem ao Cemitério dos Renegados.

A estes fatores, ainda se acrescentou a Revolução Federalista (1893-1895) ⁷ que atingiu desastrosamente a Colônia. Por terem dado guarida a um adepto das forças federalistas, os anarquistas foram duramente castigados pelas tropas legalistas que destruíram as plantações, mataram os animais e acabaram com as esperanças daqueles que, apesar de todas as dificuldades, ainda permaneciam na colônia.

Foi o golpe final. A colônia não tinha mais condições para sobreviver, fossem elas materiais ou espirituais.

⁷ Revolução iniciada no Rio Grande do Sul e liderada por chefes com tendências políticas diversas: monarquistas, republicanos e separatistas. Rebelaram-se contra Floriano Peixoto por este ter apoiado Júlio de Castilhos em detrimento de Silveira Martins. Atingiu os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Foi vencida pelos legalistas, que apoiavam Floriano Peixoto.

Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa passaram a atrair os integrantes do núcleo com suas fábricas, ferrovias, possibilidade de trabalho artesanal e intelectual.

Rossi foi o último a deixar a colônia. Dirigiu-se inicialmente para Taquari, Rio Grande do Sul, 1894, e, posteriormente, para Rio dos Cedros, Santa Catarina, 1897. Segundo Stadler de Souza, o técnico passou a ocupar o lugar do político, e Rossi dedicou-se, a partir daí, a realizar experiências agrônômicas. Não abandonou o ideal anarquista, mas deixou de lado a militância. Passou a vivenciar o anarquismo, como filósofo.

Em 1907, retornou à Itália.

Apenas três famílias permaneceram nos arredores, fixando-se em Santa Bárbara: Agottani, Mezdari e Artuzi.

A Colônia Cecília, seus integrantes, seu cotidiano ganham vida nas palavras de Ivone (Artuzi) Agottani Mezdari, neta de Tranquilo Agottani, integrante da colônia.

Ivone conviveu em Santa Bárbara com os anarquistas que permaneceram nesta localidade e deles, segundo suas palavras, só tem lembranças de honestidade, bondade, compreensão, paciência, trabalho. Ressalta a atitude das esposas que "eram verdadeiras abnegadas tanto para o trabalho quanto para os maridos".

Conviveu com o tio, Zeferino Agottani, que havia sido professor na colônia e aprendeu italiano com Alessandro Cerchiai, quando este esteve em Santa Bárbara, realizando pesquisas que fundamentaram a obra de Schmidt, como afirma o

próprio autor, no prefácio de seu livro. Foi o tio Zeferino Agottani quem relatou a ela as experiências vividas na colônia.

Transcrevemos, organizamos e analisamos a entrevista concedida por Mezdri * tomando como parâmetro as categorias estabelecidas na Primeira Parte deste trabalho, por julgarmos que, cedendo lugar à sua fala, podemos recuperar no presente o cotidiano dos integrantes da colônia. E podemos apreender, outrossim, os princípios que fundamentaram sua experiência, relacionando a teoria com a prática anarquista, para perceber se havia coerência entre os discursos e as ações.

A fim de podermos realizar a análise, extraímos trechos da entrevista e os agrupamos, de acordo com as categorias de análise já explicitadas, sendo que, para haver seqüência histórica, acrescentamos aquelas referentes à chegada dos imigrantes, à instalação, à desagregação do núcleo e ao destino de seus componentes.

Iniciaremos pelos dados que se referem à caracterização da pessoa entrevistada, suas lembranças à respeito da convivência com os anarquistas, dos relatos ouvidos a respeito da instalação da colônia.

*"O meu avô Aniceto Artuzi veio para a Colônia Cecília na segunda leva. Eles saíram em 15/11/1890 e chegaram em Palmeira no dia 01/01/1891. ***

"Eu conheci as pessoas da Colônia porque nasci em Santa Bárbara de Baixo porque onde eles

* Entrevista realizada em 22/01/92 na sua propriedade rural localizada em Cantagalo, próxima a Palmeira e Santa Bárbara.

** Esse grupo chegou de improviso, como relata o Dr. Franco Grillo em carta escrita à Rossi. Mezdri afirma que estava-se comemorando a passagem do ano e, nesta ocasião, provaram pela primeira vez o feijão preto. Não suportaram o sabor e relembavam, com frequência, a experiência desagradável.

formaram a Colônia era Santa Bárbara de Cima. Mas depois com a dissolução da Colônia foram se espalhando uns para cá outros para lá. Meus avós paternos (Tranquilo e Adele Agottani) se mudaram para Santa Bárbara de Baixo, onde compraram um lote. Eu nasci ali e me criei."

"Eles gostavam de relembrar os tempos vividos na Colônia. Só não gostavam de relembrar a Itália. Foi uma vida muito sofrida."

"A situação da Itália era muito difícil naquele tempo porque o governo era automaticamente ligado ao clero. Então eles queriam se desligar da opressão do governo, eles se desligaram também do clero (apesar de serem católicos)."

"Eles achavam que existia um Deus. Principalmente as mulheres não se desligaram de Deus, elas se desligaram da Igreja."

Nas palavras da entrevistada, depreendemos a miséria na qual vivia o povo italiano e como o clero se posicionava ao lado do poder.

A situação, tantas vezes descrita nas obras consultadas, é novamente corroborada. Alvim ⁸ afirma que a crise econômica

"chegou ao auge na Itália entre 1880 e 1887, determinando uma proletarização acelerada das massas camponesas."

Proletarização esta que tornava os trabalhadores braçais em meros sobreviventes de um dia-a-dia, repleto de atividades onde o corpo se cansava à exaustão e a retribuição financeira mal dava para subsistir.

Foi justamente no período em que no Norte da Itália, a imigração fez sentir-se com mais intensidade que Rossi

⁸ ALVIM, Zuleika. Brava gente! os italianos em São Paulo, 1870-1920. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.35-6.



Aniceto Artuzi.

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezadri)

arregimentou as pessoas que participaram da experiência anarquista no Paraná.

Compreende-se, portanto, o porquê de seu discurso ter entusiasmado tanto os partidários do anarquismo, quanto aqueles que, acima de tudo, pretendiam fugir da miséria e da inexistência da possibilidade de se tornarem um dia proprietários.

Dentro deste contexto, a rejeição à religião institucionalizada pode ser compreendida como repúdio à co-responsável pela situação de vida praticamente insustentável. Era uma rejeição, não de Deus; mas daqueles que, em Seu nome, viravam as costas ao sofrimento do povo.

Na medida em que governo e clero se amalgamavam numa só entidade, não havia como rejeitar um e permanecer obediente ao outro. A ruptura necessitava de ser total.

Inferimos da fala de Mezdri alguns pontos esclarecedores:

10.) que, mesmo rejeitando a religião institucionalizada, muitos integrantes da Colônia conservaram suas crenças e, justamente por isto, talvez fossem profundamente suscetíveis à rejeição das comunidades vizinhas, por não frequentarem a igreja.

Não estavam, neste aspecto, em desacordo com o Ideário Anárquista, já que o próprio Bakunin, em seu Catecismo Revolucionário, defendia a liberdade para a religiosidade. Os padres e a estrutura da Igreja sempre foram os grandes alvos dos anarquistas, não a fé;

20.) a experiência de fundação de uma comunidade anarquista surgia como esperança para uma situação de miséria, praticamente insolúvel. Arregimentou Rossi, portanto, não só adeptos do anarquismo, como também, pessoas que pretendiam sair da Itália, para fugir da miséria crônica, e que se comprometeram, para isto, com o ideal anarquista;

30.) um dos princípios básicos do anarquismo é a rejeição à propriedade individual. No entanto, percebemos que, mesmo continuando a defender algumas das posturas anarquistas, muitos dos participantes, assim que puderam, compraram seus lotes de terra.

Foi Proudhon o primeiro autor anarquista a investir contra o pilar básico do capitalismo: a propriedade privada e fez isto em seu livro: "O que é a propriedade?" ⁹, no qual se proclama anarquista.

Logo no início do livro, Proudhon ¹⁰ afirma qual é seu propósito:

"Proponho-me a discutir a própria base do nosso governo e instituições, a propriedade."

E procura demonstrar de que maneira a propriedade fere os princípios de igualdade e justiça, tão alardeados pela Revolução Francesa. Revolução, aliás, que ele acusou de não ser

⁹ PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? Lisboa: Estampa, 1975.

¹⁰ Ibid., p.11.

revolucionária, dizendo que houve luta e progresso; mas não revolução, porque

*"nas instituições ditas novas, a república se serviu dos mesmos princípios contra os quais combatera, e sofreu a influência de todos os preconceitos que tivera a intenção de banir."*¹¹

A afirmação inicial é categórica: "A propriedade é um roubo!" E por que é um roubo? O que depreendemos da leitura é que o autor julga a propriedade um roubo, por usurpar um direito natural de todos os seres humanos. Assim como o ar e a água, a terra também deve ser usufruída na sua plenitude e indistintamente. Torná-la privativa de alguns é cometer uma injustiça, uma apropriação indébita.

No entanto, embora negue o direito de propriedade, aceita o direito de posse individual, assegurado através do trabalho, e desenvolve uma vasta argumentação para justificar seu ponto de vista.

Para Proudhon, acusar a propriedade de ser um roubo é afirmar o óbvio que, embora esteja patente, não é percebido pelo povo. Cabe a ele, neste momento, evidenciar que a divisão da sociedade entre proprietários e assalariados é uma divisão injusta e produtora de desigualdades.

Atingindo mortalmente o sustentáculo do Capitalismo - a propriedade - derrubou também a forma de sociedade erigida sobre este pilar básico. Não se eximiu, no entanto, de apresentar uma proposta alternativa: proclamando-se

¹¹ Ibid., p.11.

anarquista, propõe um novo tipo de organização social, fundamentado na liberdade de todos os componentes, sem nenhuma entidade reguladora, Estado ou Igreja, e explica seu posicionamento:

"Anarquia, ausência de mestre, de soberano, tal é a forma de governo de que todos os dias nos aproximamos e que o hábito inveterado de tomar o homem por regra e a sua vontade por lei nos faz olhar como o cúmulo da desordem e a expressão do caos" ¹²

No desenvolvimento de seu raciocínio, ele afirma que:

"fora da comunidade ou da propriedade ninguém concebeu sociedade possível". ¹³

Para Proudhon, no entanto, ambas são essencialmente semelhantes, questionáveis, inadequadas, injustas. A primeira, por ser a exploração do forte pelo fraco; e a segunda, a exploração do fraco pelo forte. Seu posicionamento, entretanto, não impediu o surgimento, dentro do anarquismo, de duas outras correntes. Uma defendendo a propriedade coletiva - Bakunin -, e outra apregoando o comunismo libertário, sob a égide de Kropotkin, que influenciou a prática social do anarco-sindicalismo. Ambas fundamentaram a experiência da Colônia Cecília.

Como podemos verificar, através desta retomada de Proudhon, a negação da propriedade individual e da Igreja era um ponto vital para os anarquistas. Insurgir-se contra a

¹² Ibid., p.238.

¹³ Ibid., p.225.

propriedade, como produtora das desigualdades sociais, era uma questão de princípio.

Para os anarquistas da Cecília, este princípio apareceu concretamente: era a contradição inerente ao fato de precisarem se submeter às normas de uma organização social - o Estado Burguês -, embora as negando, que se apresentava com toda crueza e exigia posicionamentos. Alguns acabaram por sucumbir às influências do meio e tornaram-se proprietários. Não nos cabe julgá-los, mas procurar entender as injunções que os levaram a assumir determinadas posturas.

4o.) A convivência na Colônia deve ter trazido um grande enriquecimento, em termos de despreendimento, envolvimento nas tarefas comuns, união em torno dos problemas surgidos. A solidariedade tão cara a Kropotkin, era vivenciada a todo momento.

Maria Amália Agottani Samways *, neta de Aldino Agottani, afirma que só depois de adulta percebeu que não possuía aquela imensidão de tios e tias. Isto, porque os anarquistas que se radicaram em Palmeira, Curitiba, Ponta Grossa continuaram mantendo uma sólida relação de amizade e a convivência constante fazia com que se considerassem parentes.

* Realizamos vários contatos pessoais e telefônicos com Maria Amália e foi ela quem nos conduziu à Sra. Ivone Mezdri.

A entrevista, realizada com Mezadri, permite recompor o cenário da chegada dos imigrantes anarquistas e as dificuldades encontradas:

"Foi muito difícil a chegada deles porque eles não tinham onde morar. Só encontraram uma casa velha porque já havia moradores lá (na região) na época que eles chegaram. Já havia os poloneses... os alemães... tinha uma família de suíços também que eram vizinhos que foi com quem eles começaram a fazer amizade."

"Eles tiveram que fazer as casas. Só tinha o casal e os solteiros. Então eles deixaram aquela casa para o casal e fizeram as casas para os solteiros, muitas casas. E ali eles começaram a derrubar a mata para fazer casa e ver alguma coisa e inclusive eles começaram a explorar o mate, coisa que eles não tinham visto lá. Então os meus avós comentam que eles não tinham mata lá na Itália... e eles acharam aquilo lindo. Inclusive tinha um companheiro deles... ele ficou deslumbrado com a mata. E também tinha um rio onde eles iam tomar banho. Um rio assim todo de pedra. Ali é que eles iam então. Eles levantavam de manhã e ia todo mundo para o rio, cantando, feliz, lavar o rosto. Alguns tomavam banho e (depois) ficavam trabalhando."

"Eles construíram a Casa do Amor, não do amor libertino. Faço questão de frisar que não era amor libertino, era amor fraterno. Ali eles combinavam qual seria o trabalho deles, o que eles iriam fazer. Sabe, ali era uma casa de assembléia."

"Eles cozinhavam (nuns caldeirões). Eles tinham um cabo ou dois cabos e eles eram colocados no gancho da corrente. Então eles punham na chama ... e cada vez que precisavam diminuir a temperatura, eles tinham que puxar a corrente para levantar o caldeirão. ... As mulheres tinham um protetor prá por na frente delas - a minha mãe falou um dia desses - porque elas ficavam de joelhos, prá não esquentar muito e se livrar da chama. Elas se ajoelhavam encostadas naquele protetor prá mexer a polenta."

Não é necessário esforço algum para imaginar como devem ter sido difíceis as tarefas de implantação do núcleo. Tudo estava por fazer: derrubada da mata para o plantio, construção das casas, valos para a drenagem da água, confecção dos móveis, compra de utensílios para o trabalho.

Transparecem na entrevista o encantamento com a natureza, a disponibilidade para realizar as tarefas e as dificuldades do cotidiano onde uma atividade simples, como cozinhar, envolvia um grande sacrifício.

Outro elemento que se destaca é o da preocupação em se construir imediatamente um local para assembléias, o qual foi designado de Casa do Amor.

Schmidt, quando fez a reconstrução literária da Colônia, afirmou que a Casa do Amor foi construída com o propósito de encontros amorosos, embora ele ressalve que isto não aconteceu.

Parece-nos que esta interpretação de Schmidt possibilitou que se construísse uma imagem falsa da Casa do Amor, pois, como Mezadri sustenta e faz questão de frisar, não era o amor sexual, todavia o amor fraterno que ali tinha lugar. Era um local de reuniões, discussões, onde se decidiam os rumos a serem dados ao núcleo.

É facilmente compreensível que, tendo chegado a possuir quase 300 participantes e fundamentando as ações em um processo de discussão, fosse necessário um amplo local que pudesse abrigar um número tão grande de pessoas. Tão amplo que seria totalmente inadequado para a finalidade de encontros

amorosos, mesmo porque estes não necessitariam de locais pré-estabelecidos.

Quando Schmidt atribuiu à Casa do Amor tal função, estava se baseando na concepção de amor livre que os anarquistas possuíam e vivenciavam.

Foi Bakunin ¹⁴ quem fez esta proposta em seu Catecismo Revolucionário e configurava o amor livre, como amor consensual. Amor que não se prendia a nenhum outro laço, a não ser nele mesmo, e que se fundamentava na liberdade de opção.

Por outro lado, e a isto já nos referimos, não havia sentido em legalizar uma união, fosse no âmbito legal ou religioso, porque os anarquistas não reconheciam como legítimas estas esferas institucionais.

No entanto, o amor livre é comumente interpretado como libertinagem. Entendemos que esta interpretação, totalmente inadequada, distorceu a concepção anarquista de "casamento" e refletiu, por outro lado, na carga preconceituosa que devia fazer parte do imaginário burguês, no tocante à conduta dos anarquistas.

Refutando esta postura, o que transparece no depoimento de Ivone Mezzadri é que havia fidelidade e as uniões eram permanentes. O que não impedia que, nos casos onde um dos parceiros quisesse romper a união, isto se desse sem maiores conflitos, denotando tal atitude a grande coerência entre teoria e prática.

¹⁴ BAKUNIN, M. Catecismo revolucionário. In: GUERIN, Daniel. Bakunin; textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1983. p.47-68.

Vejamos o depoimento de Mezdari:

"Os casais que vieram da Itália não eram casados. (Os casais que se constituíram na Colônia) também não casaram: Marcos Soldi com Zobeida Agottani, Francisco Tagliani com Narcisa, Silvio Mynardi com Lavinia Mezdari, Romão Mynardi com Firmina Mezdari e muitos outros casais. Eles não casaram, mas eles viveram até o fim da vida deles muito bem ... se respeitando muito e respeitando os filhos."

"O amor livre para eles não era o fato da mulher viver com vários homens ao mesmo tempo ... Por isso que eu falei que esses casais que eu citei ... eles viveram numa fidelidade, um respeito um pelo outro, até certo ponto invejável ..."

"Como amor livre eles entendiam a liberdade de romper uma relação à hora que se quisesse. Houve um caso * ... ela passou a viver com outro ... (o marido) entendeu porque devido ao amor livre ele dizia:

- Bom, se ela acha melhor ir viver com ... o que eu vou fazer? Ele é um bom homem - Assim eles comentaram. Várias vezes eu escutei.

- Ele é um homem muito bom, que tem condições de dar uma vida melhor p'rá ela porque comigo ela tem que trabalhar na roça. Dáí nós cuidamos dos filhos. Ela cuida, eu também cuido.

E eles se visitavam. Ela vinha para casa (do marido), assim como se ela fosse a esposa dele ainda. Mas eles não tinham mais relação. Isso eles falavam... Permanecia a relação só de amizade."

O amor livre talvez seja o princípio mais polêmico; difundido pelos anarquistas, dadas as implicações de ordem moral.

No terreno político-econômico, as discussões davam-se em um plano racional, enquanto que, em relação ao

* Nota: A entrevistada solicitou sigilo, quanto ao nome das pessoas.



Sentados: Pedro Mynardi e esposa.

Em pé - da esquerda para a direita: Silvio Mynardi, Lavinia Mezdari, Firmina Mezdari, Romão Mynardi.

No colo, o filho de Romão Mynardi e Firmina Mezdari.

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezdari)

casamento, era difícil à sociedade burguesa e mesmo aos próprios anarquistas desligarem-se do emocional.

Rossi defendia ardorosamente este princípio e o entendia como contemporânea multiplicidade de afetos, ampliando a concepção de Bakunin que se limitou a explicá-lo como liberdade de opção.

Para Rossi, o amor livre era uma contraposição direta à célula "mater" burguesa e faria com que o egoísmo familiar desaparecesse.

Em seus escritos, atacou a família como geradora de conflitos e desentendimentos, devido à superproteção em relação a seus membros. Chegou mesmo a dizer que, na Colônia Cecília, quase todas as dificuldades de ordem interna tiveram origem no egoísmo familiar.

Rossi, em 1892, protagonizou na Colônia um episódio de amor livre e relatou-o em um texto ¹⁵ onde se preocupou em expor e analisar o acontecido.

Teceu uma vasta argumentação, defendendo seu ponto de vista e justificando que a liberdade, tão ferrenhamente defendida pelos anarquistas, compreendia a liberdade do espírito e do corpo.

Julgava que a mentira era o verdadeiro adultério e não uma relação que fosse comunicada ao parceiro, que deveria aceitá-la, se realmente acreditasse nos princípios defendidos pelo anarquismo.

¹⁵ ROSSI, Giovanni (Cardias), op. cit., nota 1b.

Em sua argumentação, investiu ferozmente contra a família e chegou a dizer que se lhe fosse dado o poder de destruir um dos grandes flagelos humanos - religião, gafanhoto, propriedade individual, cólera, guerra, mosquito, governo, granizo, parlamento, pátria, malária - sem hesitar, destruiria a família.

Mas possuía a percepção de que esta só seria destruída pela mudança da consciência popular, pela auto-destruição interior, o que se daria pela prática do amor livre, que anularia os sentimentos egoístas de posse.

Para ele, sendo a família o principal esteio do capitalismo, era ela incompatível com a concepção socialista de sociedade e, se não fosse extinta, destruiria o comunismo. Por isto, não era a emancipação econômica da mulher e a proposta de uma livre união, que deveriam constar de todo programa socialista, simplesmente porque as uniões não eram livres. O que deveria constar no programa era a destruição da família e, na moral socialista, dever-se-ia compreender o amor livre:

*"come multiplo e contemporaneo intreccio di
afetti, da tuzzi desiderato, da nessuno
temuto" 16*

Depreende-se do relato de Rossi que a Colônia Cecília aceitou com naturalidade a concretização de uma idéia que já fazia parte de seu imaginário. Tanto que o próprio Rossi afirmou, no final de seu texto, que a iniciativa descrita foi seguida por uma mulher corajosa e que o acontecimento era ainda

¹⁶ Ibid., p.78.

mais digno de admiração, por ser a mulher procedente da inculta classe agrícola italiana, casada há 18 anos, e ter 5 filhos.

Segundo ele, o marido aceitou o fato, e a Colônia deu mais um passo seguro em relação a seu futuro.

Embora Rossi não cite nomes, este episódio, descrito por ele, coincide com aquele presente no depoimento de Mezadri.

Parece-nos que, embora os anarquistas aceitassem o posicionamento de Rossi no plano das idéias, no plano das atitudes agiam mais em consonância com a postura de Bakunin. Tanto que os casais, em sua quase totalidade, não eram casados, mas os parceiros permaneciam fiéis.

Em seu depoimento o Dr. Candido de Mello Neto, disse-nos que, conquanto os anarquistas encarassem o amor livre com naturalidade, não educaram seus filhos com esta concepção. Tanto que estes eram, principalmente as mulheres, extremamente conservadores e preconceituosos e jamais tocavam no assunto. Mais preconceituosos até do que os burgueses, tão criticados por seus pais.

Isto talvez explique a ênfase de Mezadri à fidelidade conjugal, que, segundo o Dr. Candido não ocorreu no caso relatado; e, também, o profundo preconceito da sociedade paranaense em relação aos anarquistas.

Demonstrando que, em consonância com os ideais anarquistas, a Educação era um aspecto fundamental, os

participantes do núcleo preocuparam-se tanto com a educação formal quanto com a informal, desenvolvida através das palestras, da convivência diária e dos periódicos recebidos dos grandes centros.

Mezadri relata a este respeito

"na família Agottani que veio na segunda leva, veio Zeferino Agottani com 12 anos, André Agottani com 10 anos e Aldino Agottani com 8. ...Zeferino Agottani já havia frequentado alguma escola na Itália (e) tinha capacidade para dar aula para as crianças da Colônia."

"Eles se preocupavam em educar as crianças. A escola deles era na Casa do Amor. E lá que ele dava aula para as crianças."

"As aulas eram com começo de ideal anarquista ... já ensinando as crianças o anarquismo" ... Quando foram para Santa Bárbara (havia) uma escola de freiras e "ninguém pôs as crianças na escola porque era contrário aos ideais deles. E as crianças ficaram sendo educadas por eles mesmos, por tio Zeferino."

"Eles recebiam muitos jornais da Itália e um de Montevideu chamado El Libertário. Recebiam muita correspondência de São Paulo. ... Recebiam do Rio, onde era José Diticica o diretor, Ação Direta; e recebiam também um jornal de Nova York escrito em italiano chamado La Adunata Refrattari."

"Eles achavam muito importante manter esses jornais onde o povo pudesse ler e se emancipar nessa doutrina ... Estavam sempre a par do que acontecia no mundo político."

A fala de Mezadri revela como as ações educacionais, desenvolvidas pelos integrantes da Colônia, eram profundamente coerentes com a teoria anarquista, pois percebiam eles, claramente, ser através da sua ação educativa que o ideário anarquista conquistaria espaços, solapando os alicerces da sociedade burguesa.



FAMILIA AGOTTANI

Sentados: Tranquilo e Adelle Agottani

Em pé - da esquerda para a direita: Guilherme Agottani, Zeferino Agottani, Aldino Agottani, André Agottani (Pipão) e Arnaldo Agottani

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezadri)



Sentados: Arnaldo Agottani e Crimene Artuzi Agottani

Em pé: Luiz Artuzi Agottani e Ivone Artuzi Agottani

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezadri)

A educação consistiu num ponto de análise, de reflexão e de propostas concretas para os pensadores anarquistas, que fizeram uma lúcida crítica da subordinação da educação pública aos interesses do Estado.

Proudhon ¹⁷, deteve-se longamente em analisar a educação desenvolvida na sua época, assim como fizeram em seus tempos Bakunin, Kropotkin e Malatesta, e afirmou a respeito

"O que (o Estado quer) para o povo não é a instrução, é tão somente uma primeira iniciação aos fundamentos dos conhecimentos humanos, a inteligência dos signos, uma espécie de sacramento de batismo intelectual que consiste na comunicação da palavra, da escrita, dos números, dos símbolos, mais algumas formas de religião e de moral."

Posicionou-se contra o ensino gratuito e obrigatório, por julgar que esta maneira de se encarar o ensino era situá-lo na categoria das ações filantrópicas do Estado e, como tal, descomprometida com a qualidade dos conteúdos desenvolvidos na escola, como se percebe claramente no texto reproduzido.

A Comuna de Paris, baseada nas idéias de Proudhon, colocou em seus projetos a laicidade e o ensino profissionalizante e, com isto, despertou na burguesia a necessidade de consolidar sua visão de mundo, utilizando a escola como um de seus instrumentos.

A Comuna fez com que o ensino primário fosse colocado no centro das preocupações educacionais da Terceira

¹⁷ PROUDHON, Pierre-Joseph. Instrução pública: condições de um ensino democrático. In: RESENDE, Paulo-Edgar; PASSETI, Edson (org.). *Proudhon*. São Paulo: Atica, 1986.



Errico Malatesta

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezzadri)

República - instalada após a queda de Napoleão III -, com o objetivo de manter a hegemonia da classe burguesa. Discursos como o de Jules Ferry ¹⁸, ministro da Instrução Pública, não deixavam dúvidas quanto a este propósito:

"Quando falamos de uma ação do Estado na educação, com vistas à manutenção da unidade, atribuímos ao Estado o único papel que ele pode ter em matéria de ensino e de educação. Ele se ocupa disso para manter uma certa moral de Estado, certas doutrinas de estado que são importantes à sua conservação."

O que foi exposto, evidencia o comprometimento do ensino público com a ideologia do Estado e põe em relevo a imensa dificuldade que a Escola tem para superar os estreitos limites que lhe são impostos. Justamente por isso, é que o espaço escolar necessita de professores que não se limitem a transmitir o saber institucionalizado, porém que façam da Escola o lugar onde a crítica desse saber se estabeleça.

Conscientes deste fato, os anarquistas sempre propugnaram por uma educação não subordinada à religião ou ao Estado e que formasse o homem integral, aquele onde intelecto e trabalho fossem igualmente privilegiados. Uma educação que preparasse o homem crítico e capaz de empreender a revolução social que o livrasse do jugo burguês.

Bakunin alargou a concepção educacional de Proudhon, incluindo a mulher em suas preocupações e entendendo o homem como um ser social e não individual, como pretendia Proudhon.

¹⁸ FERRY, Jules apud BUFFA, Ester. O nascimento da escola pública na França: uma lição de método. Revista Ande, v.1, n.5, p.16, 1982.

São estes os pontos principais da concepção de Bakunin, quanto à educação: ensino integral, entendido como união do intelectual com o manual; educação igual para os dois sexos; o entendimento do homem como um ser eminentemente social; a compreensão de que, sem a emancipação econômica, é impossível a emancipação intelectual; e a laicidade.

A sua fala é permeada pelo entendimento de que a finalidade da educação é tornar o homem livre e que, para isto, a liberdade deve existir durante todo o processo educacional, sendo o principal fundamento de toda ação empreendida. Moriyón ¹⁹ afirma que a pedagogia anarquista sempre privilegiou este aspecto, qual seja, o do entendimento de só ser possível atingir a plena liberdade, vivendo-a cotidianamente.

O contato com este discurso pedagógico de Bakunin destaca a capacidade deste teórico em analisar, criticar e propor formas alternativas para superar a situação vigente, ainda que em linhas gerais.

Ao afirmar que a educação deve ser responsabilidade da comunidade, põe em evidência uma questão que está sendo discutida em sua época, todavia sob outro prisma: a burguesia francesa pretende uma educação laica, de responsabilidade do Estado; Bakunin chama a atenção para o fato de que a educação não pode ser subordinada, seja à Igreja, seja ao Estado. Pretende, portanto, uma educação laica de responsabilidade da comunidade, a fim de que a ideologia não obstrua a liberdade educacional.

¹⁹ MORIYON, F.G. Educação libertária. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p.19.

A diferença residia basicamente nos seguintes pontos: os anarquistas valorizavam o histórico-social; os liberais privilegiavam o ângulo biopsicológico. Os anarquistas propunham o trabalho produtivo na formação do educando; os liberais propunham os trabalhos manuais. Para os anarquistas, a Educação Integral era uma das vias para a formação do indivíduo consciente e crítico, agente da Revolução Social; para os liberais, a Escola Nova pretendia formar o indivíduo para se adaptar à sociedade industrial.

Pode-se dizer que não houve um confronto entre essas duas posturas, pois a Escola Nova encampou muitas das reivindicações do Movimento Operário, influenciado pelos anarquistas, só que lhes deu outro direcionamento: aquele que interessava às elites.

Luizetto ²⁴, analisando a atuação educacional dos anarquistas, considera que essa se divide em dois grandes períodos: o da denúncia crítica e propostas de âmbito geral, sem realização prática, do qual Proudhon e Bakunin foram representantes e aquele de propostas de ação concreta, correspondente à época na qual Kropotkin e Malatesta foram os principais protagonistas.

Entendendo os anarquistas que a revolução social era impraticável, sem a educação como impulsionadora e mantenedora do processo revolucionário, desenvolveram

²⁴ LUIZETTO, Flávio. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna n.1 (1912-1919). Revista Educação & Sociedade, v.24, p.18-47, ago. 1936. e

LUIZETTO, op. cit., p.39-63, nota 22.

experiências concretas nas quais procuraram colocar em prática seu ideário educacional. Essas basearam-se, principalmente, no Programa Educacional do Comitê para o Ensino Anarquista, que encampou as idéias de Robin - educação integral - e Ferrer - educação racionalista -. Entre os integrantes desse Comitê, estava Kropotkin e o Programa Educacional elaborado partiu do pressuposto de que era necessário eliminar do universo pedagógico a disciplina, os programas e as classificações, por gerarem comportamentos de mentira, falta de originalidade, iniciativa e responsabilidade, assim como sentimentos de rivalidade, inveja e rancor.

A partir da supressão dessas práticas, consideradas inaceitáveis na formação do indivíduo, propôs-se um ensino:

- a) integral - desenvolvimento harmônico do indivíduo nos planos intelectual, físico, manual e profissional;
- b) racional - fundamentado na razão e na ciência;
- c) misto - co-educação de meninos e meninas; e
- d) libertário - educar em liberdade para a liberdade, suprimindo o autoritarismo. ²⁵

A Escola Moderna, fundada por Ferrer, na Espanha, é, talvez, uma das experiências mais citadas, em termos de colocar em prática os princípios educacionais anarquistas.

²⁵ Ibid., p.52-4.

Ferrer posicionava-se tanto contra o ensino religioso quanto contra o ensino laico, nos termos colocados em prática pelo governo francês, que substituiu "Deus pelo Estado e a religião pelo patriotismo", segundo suas próprias palavras. Defendia

"a idéia de (um) ensino (que) não (deve) ser acompanhada de nenhum qualificativo; (que) (responda) unicamente, à necessidade e ao dever que sente a geração atual de preparar a nova geração, entregando-lhe o patrimônio da sabedoria humana." ²⁶

Os anarquistas abraçaram a concepção educacional de Ferrer, aconselhando a proliferação de escolas nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, fundada por ele, e basearam-se em suas idéias, como já foi explicitado, para elaborar os princípios do Programa Educacional Anarquista.

Foi, a partir daí, que houve a disseminação das Escolas Modernas, Livres ou Racionalistas, tanto na Europa como na América Latina.

Tragtenberg ²⁷ enfatiza que o programa das Escolas Modernas consistia em

"formar pessoas instruídas, verídicas, justas e livres de todo preconceito (...) A Escola Racionalista ou Moderna, preocupava-se em desenvolver no aluno a análise crítica dos juízos, a valorização do pensamento científico, educando integralmente o homem, nos aspectos afetivo e racional." (grifo nosso)

²⁶ FERRER apud LUIZETTO, op. cit., p.16, nota 22.

²⁷ TRAGTENBERG, M. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v.1, n.1, p.26-7.

Para cumprir o propósito acima explicitado, a Escola de Ferrer baseava sua ação nos seguintes elementos: co-educação dos sexos e das classes sociais, higiene escolar, formação dos professores nos preceitos da Escola Racional, supressão dos prêmios, castigos e exames.

Para Ghiraldelli Jr.²⁸, foi muito forte a influência de Ferrer no Brasil: a imprensa libertária defendia suas idéias e Escolas Modernas foram fundadas em várias cidades.

Malatesta, ao contrário de seus predecessores, recusou-se a ditar normas para a educação formal. Preocupou-se, ao invés disto, com a educação política, através da propaganda. Julgava ele que o primeiro passo deveria ser o despertar da vontade. A partir deste ponto, estariam garantidas as ações subseqüentes, por o indivíduo estar intensamente comprometido com seus ideais de vida. Dizia Malatesta que são três os fatores indispensáveis para a Revolução Social: educação, propaganda e revolta.

A fala de Mezadri é pródiga na exemplificação das ações desenvolvidas pelos anarquistas da Cecília com esta finalidade: preocupação com a educação, tarefa à qual seu tio se dedicou desde a chegada na Colônia; preocupação com a propaganda, já que os periódicos anarquistas consistiam em fonte constante de leitura e, finalmente, a certeza de que, educando-se politicamente, haveria uma reação contra o sistema, já que, segundo ela: "eles achavam muito importante manter esses jornais onde o povo pudesse ler e se emancipar nessa doutrina".

²⁸ GHIRALDELLI JR., op. cit., p.112-4, nota 21.

Também a emancipação da mulher era preocupação dos integrantes da Cecília, evidenciando com isto uma concepção do papel feminino totalmente avançada para a época. Ouçamos Mezadri:

"Eles consideram muito as mulheres. Não tinha isso de dizer a mulher inferior ... Já a começar pela minha escola. A gente já começou uma educação diferente onde as mulheres eram umas mulheres assim... emancipadas. A gente igualava (com o homem) ... Inclusive o meu tio Zeferino já pregava a emancipação da mulher."

Bakunin foi o primeiro dos pensadores do Movimento Anarquista a se preocupar com a condição feminina.

Ao estabelecer em seu Catecismo que a mulher é igual ao homem, Bakunin distanciou-se completamente de Proudhon, pois este considerava a mulher como inferior ao homem e não admitia entre eles uma sociedade, de vez que, para haver sociedade, é necessário haver igualdade entre as partes. Para Proudhon ²⁹

"entre a mulher e o homem pode existir amor, paixão, laços de hábito e tudo o que se quiser, não ha verdadeiramente sociedade. O homem e a mulher não formam uma empresa. A diferença dos sexos cava entre eles uma separação da mesma natureza que a diferença de raças provoca nos animais. Assim, bem longe de aplaudir o que hoje se chama emancipação da mulher, inclinar-me-ia bem mais a colocar a mulher em reclusão, se fosse preciso chegar a esse extremo. O direito da mulher e suas relações com o homem ainda estão por determinar."

²⁹ PROUDHON, op. cit., p.124, nota 9.

No universo do pensamento anarquista, esta afirmação de Proudhon é espantosa.

Sua tão propalada sociedade igualitária alijava a mulher do processo revolucionário e confinava-a ao lar, configurando sua maneira de pensar, ligada à sua origem camponesa.

Os proudhonianos, que participaram da I Internacional, compartilhavam esta visão de mulher, tanto que manifestaram repúdio ao trabalho da mulher e aos direitos femininos, julgando que estes eram fatores de destruição da vida familiar e solapavam os fundamentos da instituição patriarcal.³⁰

Foi salutar ter constatado que Bakunin, decididamente, não pensava desta maneira, nem os teóricos anarquistas que o seguiram e que fazem parte de nosso estudo: Kropotkin e Malatesta.

Mas a vida da Colônia não se resumia a trabalho, estudo e assembleias.

As pessoas, que lá moravam, latinas, alegres, expansivas apreciavam o canto, a dança, as conversas.

³⁰ A este respeito ver COLE, G.D.H. História del pensamento socialista. México: Fondo de Cultura Economica, 1975. v.2.

O relacionamento entre elas era bom e os que saíram do núcleo voltavam com freqüência.

Com o tempo, o número de participantes aumentou e surgiram as dificuldades inerentes à convivência grupal, quando nem todos partilham as mesmas convicções.

E foi, justamente, a confiança ilimitada na boa conduta das pessoas que causou sérios problemas à Colônia e constituiu num dos motivos de sua desagregação.

Localizamos, na entrevista, os trechos que dão sustentação a nossas afirmações:

"O lazer deles era a dança e o canto ... eles recebiam muita visita, porque depois os que foram para Curitiba: Romani, Codega, Zilli, Cini, eles voltavam para a Colônia fazer visita. Então as mulheres se incumbiam de fazer um bolo, um bolo frito, hoje eles chamam de ceroula virada ... sei lá o nome daquilo, é um bolo frito muito gostoso. E café para as visitas e eles ficavam então cantando e dançando. Eles eram muito alegres."

"O relacionamento das pessoas era muito bom, não havia brigas. Começou a haver briga quando começou a vir muita gente da Itália, mas não veio gente para participar da experiência, veio gente para ver se seria melhor."

Em 1893, três anos após sua fundação, a Cecília já havia conseguido se firmar. Neste ano, Rossi escreveu um Relatório ³¹ onde descreveu a implantação da Colônia, relatou suas dificuldades, expectativas, alegrias, as atividades desenvolvidas, a aparência da pequena Cecília com cerca de vinte casinhas alinhadas numa única rua, em torno de uma praça. O

³¹ ROSSI, Giovanni, op. cit., nota 1b.

mobiliário era precário, as roupas remendadas. A alimentação saudável, porém pouco variada, e realizada em um refeitório comum.

A vida intelectual, segundo ele, era pobre - por certo, comparada com a Europa -: conversas durante o trabalho, reuniões noturnas, leitura de jornais socialistas, políticos ou de um livro e escola para as crianças.

Se comparada com a dos demais habitantes da região, esta pretensa pobreza não se justifica, pensamos nós.

Quanto à vida moral, dizia Rossi que os habitantes da Cecília possuíam todos os vícios e virtudes da sociedade burguesa: violência, egocentrismo, prodigalidade, frutos da educação recebida que precisavam ser suprimidos sob a ação lenta e contínua daquele ambiente, moralmente higiênico, e da vida em família que era a mãe da rivalidade e do egoísmo.

No entanto, reconhecia que a Cecília era, em muitos pontos, superior se comparada com a moralidade burguesa: a liberdade, a vida em comum, a solidariedade, a aplicação prática do conceito de liberdade haviam trazido, como consequência, o perdão recíproco das fraquezas, a preocupação com o bem-estar do outro, o respeito mútuo.

Afirma, ainda, que nem todos os que vieram para a Colônia permaneceram. Já em junho de 1891, as sete famílias que haviam chegado primeiro resolveram se desligar e se retiraram, levando o capital social - no entanto, um grupo de jovens organizou-se e continuou com a empreitada de implantação da

Cecília -. A estes, outros seguiram-se, depois de uma permanência mais longa. Rossi fez um elenco dos prováveis motivos desse afastamento: inadaptação ao trabalho da lavoura, insuficiência nutritiva da alimentação, desejo de fazer fortuna ou de retornar ao hábito da bebida, o que não era admitido na Colônia.

Rossi, todavia, estava seguro de que não foi por oposição aos fundamentos políticos e econômicos que estas pessoas se retiraram e que a maioria não teria partido se existissem máquinas e instrumentos agrícolas e a possibilidade de executar variadas profissões, o que levaria a um nível de prosperidade mais atraente. Ressalta ele que a motivação da propriedade individual da terra atingiu somente alguns colonos.

Em seu Relatório, há uma crítica acirrada quanto ao papel exercido pela mulher. O pouco desenvolvimento intelectual tornava-as impermeáveis aos ideais de renovação e exacerbava o egoísmo doméstico, o que fazia com que protegessem os parentes na distribuição dos bens comuns e olhassem com desagrado a chegada de novos habitantes, o que criava ressentimentos difíceis de serem superados.

No final da exposição, Rossi pergunta-se sobre o que sucederá à Cecília. E aventa que ela provavelmente morrerá. Para explicar o motivo de sua morte, levanta algumas hipóteses. Entre elas, o egoísmo da família que poderia fazer com que a Cecília se transformasse em uma "vulgar cooperativa"; ou, por obra do governo brasileiro, já que possuíam notícias de que o

Ministro do Exterior da Itália havia recomendado ao Governador do Paraná que vigiasse a Colônia.

Entretanto, julgava que havia também a possibilidade da sobrevivência em um ambiente extremamente desfavorável. Nesse caso, ela continuaria a dar notícias de sua existência.

Quando Rossi escreveu este Relatório, já havia acontecido na Cecília o roubo da caixa comum, por um participante da Colônia, um espanhol sabidamente criminoso. O fato é citado apenas de passagem; mas, na obra de Schmidt, adquiriu bastante significado.

Pela leitura do Relatório, não é possível saber se o dinheiro roubado era destinado a amortizar as dívidas relativas à compra da terra. De toda maneira, não parece ter abalado a Colônia, porém sobressai do acontecido a concepção da organização econômica da Colônia, fundamentada no princípio do anarco-comunismo, introduzido por Kropotkin e difundido por Malatesta.

O comunismo anarquista é considerado avanço em relação às idéias coletivistas de Bakunin, porque, introduzindo a solidariedade como elemento primordial das relações humanas, passou a considerar que o fruto do trabalho, ou seja, a produção, deveria ser distribuído, segundo as necessidades.

Ao negar tanto o direito de posse, proposto por Proudhon, quanto o de propriedade coletiva, apregoado por Bakunin, Kropotkin passou a considerar os homens como

absolutamente iguais no tocante ao usufruto da produção coletiva, independentemente de sua cota de participação no total produzido.

Analisando a forma de organização da Colônia Cecília, parece-nos que ela mescla elementos do coletivismo bakuniano e do anarco-comunismo.

Vejamos o que segue: ao estabelecer que "o dinheiro era de todos", não há dúvida de que na comunidade imperava a máxima de Kropotkin. "A cada um, conforme suas necessidades"; por outro lado, havia a questão da propriedade coletiva da terra e, nisto, uma aproximação com o coletivismo, de Bakunin.

O fundador da Cecília foi muito criticado pelos socialistas de seu tempo, inclusive Malatesta, por tentar colocar em prática uma idéia na qual viam traços de Fourier e Owen, socialistas utópicos; ou seja, comunidades experimentais que servissem de exemplo, o que não estava mais de acordo com as concepções correntes, no final do século XIX. Julgavam estes antagonistas de Rossi, que experimentos deste naipe retardavam o caminho da Revolução Social.

Mas Rossi, no Relatório, afirma que nunca foi intenção do grupo experimentar a anarquia ou tentar a miniatura de uma nova sociedade e, sim, fazer um estudo experimental, científico, da capacidade humana de se envolver com o trabalho, sem que, para isto, houvesse estímulos de ordem inteiramente pessoal. Os resultados deste estudo deveriam fornecer dados que

possibilitassem compreender e determinar as prováveis mudanças sociais no campo da atividade econômica, após a Revolução Social.

Julgava ele que a propaganda anarquista muito se beneficiaria com experimentos desta ordem, que demonstrassem como os homens poderão conviver sem as convenções estabelecidas pela sociedade capitalista.

No Relatório elaborado por Rossi, percebe-se que ele julgava que, em 1893, a Colônia já havia cumprido seu objetivo e que se viesse a fenecer por algum dos motivos já citados, isto não comprometeria o sucesso da experiência.

No entanto, seus companheiros estavam otimistas, quanto à permanência da Cecília. Afirma Mezadri que eles

"Estavam certos que iam triunfar. Olha, mas certíssimos."

Mas, depois do roubo do dinheiro advindo da venda do milho, uma tragédia abateu-se sobre a comunidade:

*"Foi depois desse episódio que houve o problema com o crupe. Morreram muitas crianças ... inclusive duas filhas do Rossi. E daí o pessoal de Santa Bárbara não deixou enterrar no cemitério de Santa Bárbara. Daí eles tiveram que formar o cemitério deles. Foi lá na entrada de Santa Bárbara e ficou sendo chamado o Cemitério dos Renegados * ... Eu lembro do cemitério ainda. Não existe mais. Depois o irmão do Stadler comprou aquelas terras e diz-se que ele pôs tudo num lugar só e fez um túmulo só de toda aquela ossada que ele encontrou."*

* Segundo Dr. Candido de Mello Neto, este cemitério pertencia originariamente aos russos.

Stadler de Souza afirma que os paroquianos de Santa Bárbara tomaram esta atitude, insuflados pelos padres, que rejeitavam o anticlericalismo dos anarquistas. Acreditamos em que a carga preconceituosa também devia se estender à concepção de casamento. Como foram interpretados pelos habitantes de Santa Bárbara, os episódios de amor livre que relatamos? Provavelmente, como libertinagem, imoralidade.

Deve ter sido imensamente doloroso sentir um preconceito desta natureza no momento em que as emoções se achavam abaladas pela doença e pela morte. E justamente em relação a eles que pregavam a solidariedade, a igualdade, o respeito entre os homens.

Começou, então, a desintegração do núcleo:

"Depois do crupe eles ainda continuaram na Colônia, mas devido à dívida deles com o governo; eles tinham que pagar, né? Foram se espalhando porque tiveram que arranjar serviço para fora ... Todo mundo saiu para Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Santa Catarina, Curitiba. Só ficou na Colônia Aniceto Artuzi. Ele comprou as terras ... Ainda hoje existe um descendente de Artuzi que mora lá."

Além do roubo e do crupe, que contribuíram para a desagregação do núcleo, Stadler de Souza cita ainda os reflexos da Revolução Federalista, ocorrida entre 1892 e 1894. Por terem recebido hospitaleiramente um foragido das tropas legalistas com o qual mantinham relações de amizade e por terem se negado a fornecer informações a respeito de seu destino, os anarquistas

tiveram os animais requisitados, o restante da colheita destruído e o moinho inutilizado.

Neste momento, instados pelas circunstâncias e contra seus propósitos, alistaram-se contra as tropas legalistas. A partir de então, deu-se a derrocada final. Os que permaneceram, não eram em número suficiente para reerguer o núcleo; os que se alistaram, acabaram se desligando completamente da Colônia.

Entre os elementos motivadores para a debandada ocorrida, Stadler de Souza ³² aponta, além da decepção com o rumo dos acontecimentos, os convites que chegavam de várias localidades e, talvez, como principal motivo "a difícil ambientação de profissionais qualificados às tarefas rurais".

Permaneceu nos anarquistas que eram convictos de suas idéias a sensação de que havia faltado preparo aos integrantes do núcleo, para levarem avante a experiência. Mezadri comenta este fato dizendo que

"Meu tio Zeferino Agottani acusava o Rossi de ter feito uma aventura sem preparo, que ele tinha que preparar primeiro as pessoas ... Ele só acusava disso."

Talvez por este motivo tenha ocorrido entre os anarquistas, que foram para Curitiba, a preocupação em editar periódicos. Sentiram, quiçá, que, sem consciência crítica, era impossível a pessoa ter os horizontes sociais alargados.

³² SOUZA, op. cit., p.125, nota 6.

Consciência crítica que, uma vez adquirida, marcaria para sempre as atitudes e não apenas as idéias de seus adeptos, como aconteceu com os ex-integrantes da Colônia que haviam introjetado o Ideal Anárquico:

"Mas eles guardavam o ideal anarquista. O tio Zeferino morreu anarquista, o tio Aldino, o tio Pipão, todo mundo morreu com o ideal anarquista."

Recuperando os nomes arrolados por Mezdari, evidenciamos que, com relação a Zeferino, já vimos sua atuação na Colônia, preocupado com a educação e, posteriormente, continuando a tarefa educativa, em Santa Bárbara. Aldino * é citado por Alcina de Lara Cardoso como militante em Palmeira onde passou a residir. Quanto a André, congnominado Pipão, sua vida teve lances romanescos, que foram relatados por Mezdari:

*"O tio Pipão - André Agottani ** - (por motivos de ordem pessoal), foi embora para São Paulo. Lá em São Paulo ... ele começou a fazer propaganda anarquista e o governo brasileiro expulsou ele de São Paulo. Ele foi para a Itália e de lá foi para Paris. Quando tinha uma idade bem avançada, voltou para Palmeira ... (onde) formou um clube comopolita porque ele achava que contanto uma pessoa sendo honesta e se (comportando) direito não pode*

* Apesar de todas as evidências, as filhas de Aldino negam que ele tenha sido anarquista. A informação prestada por Maria Amália Agottani Samways, neta de Aldino, é de que as tias jamais admitiram a ligação do pai com os anarquistas. A entrevistada, no entanto, lembra-se do avô lendo a respeito do anarquismo e se relacionando com os ex-integrantes da Colônia.

Analisando o depoimento de Maria Amália, juntamente com ela, conjecturamos que o silêncio das tias deve estar ligado ao preconceito em relação aos anarquistas. A família, depois da extensão da Colônia Cecília, provavelmente preferiu evitar o tema.

** Nota - A entrevistada afirma que não procede a afirmação de Souza, op. cit., p.95, nota 9, de que André Pipão, juntamente com Romilda Agottani cultivou vinhedos. Os cultivadores foram Zeferino e Arnaldo Agottani, o primeiro tio e o segundo pai da entrevistada.

desprezar, nem que seja preto. Então ... ele promovia os bailes e os pretos também tinham direito de se divertir nos bailes contanto que se comportassem ... E levou anos promovendo os bailes dele ... daí ele fazia discursos no meio do baile. Interrompia (o baile) p'rá fazer discurso pr'a pregar igualdade, honestidade...

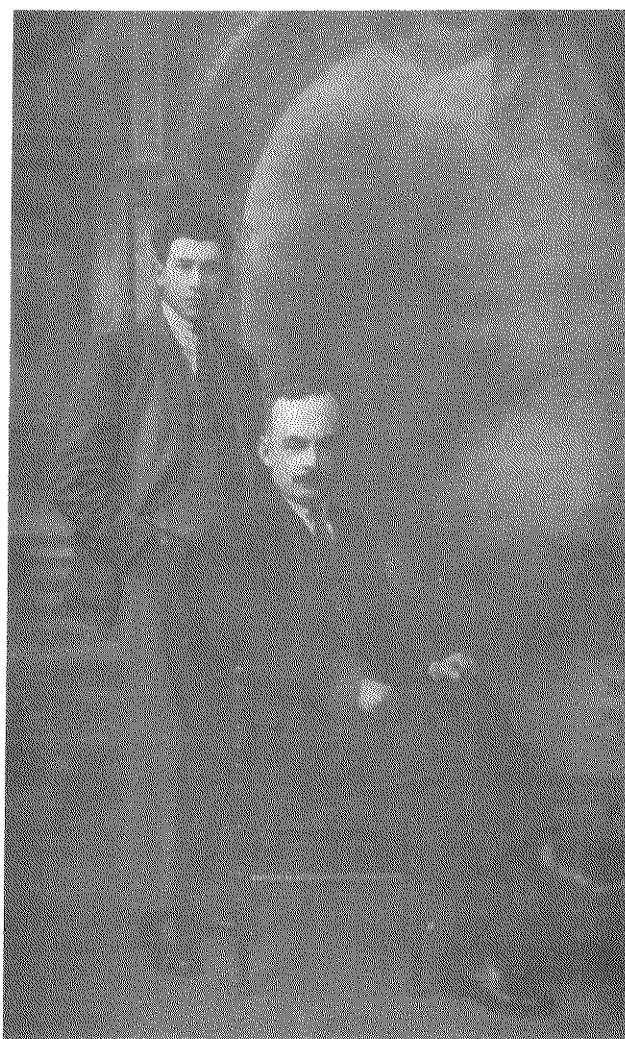
... que a gente não deve se deixar escravizar pelo dinheiro ... essas coisas assim ... As pessoas recebiam bem. No começo eles ficavam meio de lado, meio com receio, mas depois eles aceitavam. E levou anos assim."

"Quando Carlos Mezadri (integrante da Colônia) faleceu, o meu tio foi lá na hora do sepultamento. Ele fez um discurso desses assim pregando moral e dizendo coisas boas ... e tinha uma pessoa que foi traidora ... ele chamava-se Domingos Garzino. Então esse Domingos Garzino * que não gostava do tio Pipão, se baseou neste discurso que ele fez no dia do enterro de Carlos Mezadri para ir denunciar que ele estava pregando o comunismo. E daí foi preso o tio Pipão ... e esteve muito tempo preso ... judiaram dele lá e ele ficou sem uma vista ... e daí ele veio para Santa Bárbara, mas daí ele já não era o mesmo. Era muito triste."

Estivemos na região em que teve lugar a experiência anarquista, mas enquanto na memória das pessoas, como Ivone Mezadri, ela permanece intensamente vívida, materialmente inexistem traços.

O lugar é belíssimo: o clima agradável, mesmo em pleno verão de janeiro, o céu de um azul intenso, o gramado verde estende-se a perder de vista, há matas entremeadas de araucárias.

* Nota - Apesar de Stadler de Souza arrolar Doménico Garzino como um dos integrantes da Colônia, a entrevistada afirma que Garzino nunca participou do núcleo.



Sentados: André Agottani (Pipão)
Em pé - Gigi Damiani

(Acervo da Sra. Ivone Agottani Mezadri)

A propriedade que visitamos é auto-sustentada. A mesa farta exibia produtos colhidos e manufaturados pelos anfitriões. Há um moinho de trigo, que é uma verdadeira preciosidade. E há, principalmente, a hospitalidade, a conversa agradável, o dia que transcorreu, sem que percebêssemos a passagem do tempo.

Segundo informações de Mezdri, o Cemitério dos Renegados não existe mais e, na extinta Colônia, só restam os valos.

Tivemos a possibilidade de conhecer a região, onde o sonho se tornou realidade e se faz presente nas memórias, e constatamos "in loco", que, onde tantas esperanças foram construídas, tanta luta e sofrimento aconteceram, nada de material restou. Apenas a lembrança.

2 - O ANARQUISMO EM CURITIBA: SONHO E ESPERANÇA EM OUTRA REALIDADE

Quando o sonho de tornar vitoriosa e permanente uma experiência, fundada nos princípios anarco-comunistas, demonstrou ser inviável e as lutas encetadas não conseguiram dar sustentação à esperança de continuidade da Colônia Cecilia, aqueles que permaneceram firmes no propósito de criação de uma

nova ordem social passaram a desenvolver suas lutas e a tecer novas esperanças em outras plagas: Palmeira, Paranaguá, Santa Bárbara, Antonina, Ponta Grossa, São Paulo.

Curitiba, pelas suas condições de desenvolvimento, atraiu um grande número de participantes da Colônia, já que oferecia

"Trabalho e estímulos variados (...) com oportunidades sem contas para o surgimento de atividade fabril e para o aproveitamento de artesãos qualificados (além do que) a agitação das cidades, as oportunidades dos debates de idéias dos diálogos receptíveis, permitia aos anarquistas convergirem para novo foco, fazendo-o um atrativo para sua inicial colônia, no Brasil." ³³

Para a Capital do Estado dirigiram-se, entre outros:

- Reinaldo Parodi, Carlos Torti e Ernesto Faccini que se destacaram na organização do Movimento Operário;
- Egizio Cini que, em uma primeira instância (1899), editou o periódico anarquista *Il Diritto* e, posteriormente, tornou-se industrial no ramo de bebidas;
- Domênico Códaga, que se dedicou ao magistério;
- Alexandre Nanonni, Luigi Crollanti *, Maderna e Pedro Bruno, que foram trabalhar na Rede Ferroviária, onde deram

³³ SOUZA, op. cit., p.126, nota 6.

* Embora Stadler de Souza cite o nome de Primo Crollanti, em seu depoimento o Dr. Candido de Mello Neto afirma que foi seu avô, Luigi Crollantti, quem se dirigiu para Curitiba. Primo era filho de Luigi. Afirma também que Gigi Damiani não participou da Colônia, pois só chegou ao Brasil em 1899 e dirigiu-se, então, para Curitiba. Há controvérsia quanto a permanência de Damiani na Colônia Cecília. Schmidt e Stadler afirmam que ele participou do Núcleo, já Mezdari e Mello, em seus depoimentos, negam este fato.

incio às reivindicações sociais, atinentes ao setor ferroviário; e,

- Gigi Damiani *, intelectual de reconhecido prestígio na Europa. Afirmam Araújo & Cardoso ³⁴ que

"além de atuar na imprensa, Gigi Damiani foi verdadeiro artista. Participou da criação de associações operárias, como a Federação Operária Paranaense; fez parte, como orador, do I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906; foi organizador e secretário do I Congresso Operário Estadual, em 1907. Prestou serviços na imprensa operária em outras cidades do Brasil (...) Crítico por excelência, seu discurso primava pelo uso de imagens figurativas em estilo de literato nato (...) Acusado de participar em movimento insurrecional em São Paulo, Damiani foi expulso do Brasil em 1919."

Curitiba reunia algumas condições adequadas para a atuação dos militantes anarquistas. Entre elas, a industrialização incipiente dando início à formação de uma classe operária formada por trabalhadores que já participavam de associações com caráter mutualista, como a Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi, fundada em 1883.

Este fato comprova a posição de Rodrigues, pois este afirma que o anarquismo se fez presente no Brasil muito antes da política de imigração massiva e do processo de industrialização, embora esses dois fenômenos tenham dado o suporte necessário para a ampliação da influência desse ideário, principalmente entre o operariado.

³⁴ ARAÚJO, Sílvia Araújo de; CARDOSO, Alcina de Lara. Trabalhadores da imprensa operária paranaense entre 1890 e 1935. Cadernos de Jornalismo e Editoração ECA/USP, p.75-6, dez. 1988.

Segundo o referido autor, inúmeras experiências de criação de núcleos habitacionais fundamentados no anarquismo, e calcados numa economia agrária e artesanal foram colocados em prática, ainda durante o período imperial:

"Experiências em moldes cooperativos, comunidades igualitárias de vida em comum, apareciam constantemente no Brasil, e podemos afirmar que têm sempre algo que as identifique com as idéias de Robert Owen ou Fourier". 35

Entre as colônias fundadas sob inspiração anarquista, o autor cita Guararema, no Estado de São Paulo, fundada por Artur Campagnolli, em 1888; e Cecília, no Estado do Paraná, fundada por Giovanni Rossi, em 1890. Refere-se também à influência dos anarquistas no meio rural, organizando reuniões e palestras, com a finalidade de difundir suas idéias.

Alvim ³⁶ que realizou uma vasta pesquisa sobre a imigração italiana, em São Paulo, e centrou seu estudo nos imigrantes que se radicaram no meio rural, corrobora esta postura, quando se refere ao tipo de ação desenvolvido pelos italianos, no interior paulista:

"Em termos assistenciais e políticos ela (a ação) se espalha nas inúmeras Sociedades de Mútuo Socorro (SMS) espalhadas por todo o estado e nas respostas aos apelos lançados pelos grupos anarquistas, para problemas referentes à comunidade italiana".

³⁵ RODRIGUES, Edgar. Socialismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p.30.

³⁶ ALVIM, Zuleika, op. cit., p.169-70, nota 8.

Portanto, como podemos perceber, o Paraná não fugia à regra daquilo que acontecia em outros centros brasileiros, no tocante à influência do anarquismo. Pois, antes mesmo que o ideário anarquista principiasse a influenciar a formação de um Movimento Operário no Estado, as sociedades, com caráter mutualista, já eram atuantes.

O Sistema Mutualista ³⁷ fazia parte da proposta de reconstrução social proudhoniana. Propugnava Proudhon a criação de associações mutualistas, ao invés de um governo. Associações que, embora sendo coletivas, conservassem a individualidade mantida através de contratos mútuos e voluntários. Para se atingir a organização de uma sociedade nesses moldes, Proudhon indicava alguns elementos necessários, entre eles, a descentralização e o controle direto exercido pelos trabalhadores. Esse tipo de organização pressupunha, portanto, a plena igualdade de direitos e deveres e o gerenciamento dos trabalhadores sobre os problemas que lhes concerniam.

Entrevemos, nessa primeira fase que abrange o período de 1850, quando foi estabelecida pelo Governo do Paraná uma política imigratória com vistas à colonização, até 1894, quando foi extinta a Colônia Cecília, a predominância de um anarquismo com caráter proudhoniano. Este dava ênfase à união

³⁷ PROUDHON, Pierre Joseph. Sistema mutualista, op. cit., p.117-22, nota 17.

dos homens para superarem dificuldades comuns e estimulava a criação de associações que suprissem o vácuo de uma legislação de caráter social e trabalhista, inexistente. Estava mais preocupado com as condições de vida do trabalhador, com seu amparo, que com a organização de movimentos sociais de reação à ordem existente.

No final dessa fase, os trabalhadores curitibanos principiaram a se unir em associações, e periódicos anarquistas começaram a ser editados.

Em 1883, foram fundadas a Sociedade Protetora dos Operários ³⁸ e a Società Italiana de Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi; em 1884, a Sociedade Recreativa Beneficente dos Operários Alemães.

Em 1894, a recém-fundada Liga Operária Paranaense já se preocupava em denunciar, através da imprensa, que os operários eram vítimas indefesas do capital ³⁹. Evidenciavam, a nosso ver, com essa atitude, o princípio do desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito das relações entre capital e trabalho.

³⁸ Segundo ARAÚJO, Sílvia Pereira; CARDOSO, Alcina Maria de Lara, Jornalismo e militância operária. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, (no prelo), esta foi "a primeira associação paranaense de defesa da classe, fundada (...) pelo pedreiro Benedito Marques. Seus fins específicos eram: beneficiência aos associados, através do pecúlio por falecimento e auxílio para os casos de enfermidade, recreação e atividades sociais. Como sociedade civil procurava congregar os operários nacionais ou não, com o objetivo de fortalecê-los e ampará-los, inclusive contra perseguição. (Estatuto da Sociedade)".

³⁹ Nota da Liga Operária Paranaense. A República 26/maio/1894 apud Ribeiro, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. Tese. Universidade de São Paulo. p.229.

Uma consciência crítica que receberia um grande impulso dos periódicos anarquistas, pois, já em 1892, foi editado o jornal XX de Setembro de efêmera duração - apenas um número - e, em 1893, foi fundado por Dante Pettinelli Il Lavoratore, editado em italiano.

A Colônia Cecília findou em 1894,

"no ano seguinte, 1895, Curitiba (foi) sacudida pelo anarquismo, levado aos meios operários pelos trabalhadores italianos e remanescentes da Cecília". 40

e teve início, segundo nossa classificação, a segunda fase da influência anarquista em Curitiba, que perdurou até 1906 - data da realização do I Congresso Operário Brasileiro, cujas teses passaram a dar as diretrizes para a atuação dos anarquistas, no território brasileiro -.

Essa fase (1894-1906) faz parte de um período - a I República - no qual o Brasil passou por profundas transformações sócio-político-econômicas.

Deu-se o fim da escravatura e do Império. A República foi proclamada.

O país passou a investir maciçamente na imigração, porque a lavoura precisava de braços e amplas áreas de terras necessitavam ser colonizadas.

A Europa fornecia imigrantes, e o Brasil apressava-se em recebê-los, nem sempre da maneira mais adequada,

⁴⁰ RODRIGUES, Edgard. Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1987. p.57.

como evidenciam os inúmeros relatos a respeito do tratamento que lhes era dado.

O século XX chegou apressado, transformando rapidamente a face de um país que, até então, havia caminhado vagarosamente.

Cresceu a atividade comercial e iniciou-se o processo de nascimento e consolidação da indústria. O consumo aumentou e gerou a necessidade de se produzirem, no País, os bens que a importação não conseguia suprir.

Surgiram novos meios de transporte: bonde elétrico, automóvel, mas a ferrovia continuava preponderante.

Novos meios de comunicação passaram a ser utilizados: fotografia, cinema, todavia de maneira incipiente. Somente nos anos posteriores, é que passarão a exercer um papel importante.

A história do começo do século é conturbada, onde um novo regime - a República, que privilegiava os interesses da oligarquia cafeeira - começou a se implantar e novos valores e crenças passaram a ser incorporados.

Foi uma época em que o trabalhador principiou a adquirir consciência política; as cidades iniciaram o processo de higienização, urbanização e modernização; o País abriu suas portas para um grande contingente imigratório; e o Estado, ainda vacilante, tendo enfrentado revoltas como a de Canudos e Contestado, criou mecanismos repressivos e de controle que permitissem sua consolidação.

A constituição de 1891 que se auto intitulou democrática, por retirar de seu texto o voto censitário, alijou do processo eleitoral uma grande parcela da população, na medida em que restringiu o direito de voto aos homens alfabetizados e maiores de 21 anos, em um país onde 80% da população era analfabeta ⁴¹.

Além disso, as fraudes eleitorais, o mando político dos senhores rurais - coronéis -, a política do café com leite, com grupos políticos de São Paulo e Minas Gerais, alternando-se no poder, o voto a bico de pena e os currais eleitorais evidenciavam o comprometimento do Estado com a oligarquia cafeeira. Portanto, que democracia era essa?

Com uma população nitidamente rural ⁴² e com uma economia fortemente agrária, seria fácil para o Estado manter o controle da situação, não fossem os movimentos reivindicatórios de um operariado que se mostrava cada vez mais insatisfeito com sua condição: baixos salários e uma jornada de trabalho que chegava, em média, a 14 horas diárias, durante 6 a 7 dias, por semana. Situação essa que perdurou até 1932, quando Getúlio Vargas promulgou lei determinando 8 horas de trabalho diário.

Curitiba, vivendo em pleno Ciclo do Mate, começava a apresentar, à época, indicadores de desenvolvimento

⁴¹ Segundo NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira República. São Paulo: EPUSP, 1974. e PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.

⁴² Segundo VILLELA; SUZIGAN apud FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976. p.20, era esse o percentual da população empregada nos diversos setores, em 1900, 53,4%, na agricultura; 3,4%, na indústria; 43,2%, no setor de serviços.

urbano, como corolários de um relativo bem-estar econômico do Estado, apesar dos altos e baixos de um mercado instável totalmente dependente do exterior.

A título de ilustração, transcrevemos do Almanach do Paraná ⁴³, editado em 1901, o indicador comercial onde constam as firmas e as atividades, realizadas em Curitiba. Fizemos um levantamento para obtermos uma visão concreta do panorama industrial e comercial da capital paranaense, no início do século.

Em 1901, existiam em Curitiba "20 advogados, 13 alfaaiatarias, 3 distribuidores de águas minerais, 46 açougues, 23 botequins, 5 bilhares, 10 barbeiros e cabeleireiros, 3 casas de brinquedos, 13 casas de calçados e chapéus, 4 cafés e restaurantes, 5 confeitarias, 6 charutarias, 11 cervejarias, 2 casas de couro, 4 casas de banho, 3 colchoarias, 3 constructores, 1 casa de carimbos de borracha, 1 fábrica de chitas, 2 fábricas de colla, 7 casas de café moído, 1 caldeireiro, 2 casas de penhores, 6 collegios, 8 cocheiras, 36 curtumes e olarias, 2 concertadores de carros, 5 casas de encadernação, 2 escritvães, 57 casas de fazendas, armarinhos e congêneres, 5 fábricas de fumos e cigarros, 13 ferrarias, 5 fundições, 7 funilarias, 74 casas de gêneros (os atuais mercados), 1 fábrica de colletes e gravatas, 11 hotéis, 26 kiosks, 4 livrarias, 2 lithographias, 5 casas de louças e

⁴³ MARTINS, Romário (red.) Almanach do Paraná para 1901. Curitiba: Livraria Economica, (1901). p.125-50.

ferragens, 2 leiloeiros, 1 casa lotérica, 20 marceneiros, 7 moinhos, 3 marmoristas, 1 fábrica de metais, 2 casas de músicas, 15 médicos, 5 fábricas de massas alimentícias, 10 mascates, 8 ourivesarias e relojarias, 1 fábrica de phosphoros, 4 photos, 8 pharmacias, 4 papelarias, 21 padarias, 3 fábricas de quadros, 23 casas de revistas e jornais, 5 casas de roupas feitas, 3 fábricas de sabão e velas, 19 sapatarias, 14 selleiros, 8 serrarias, 4 solicitadores, 7 serralheiros, 2 tabeliães, 1 tamancaria, 12 tanoeiros, 1 tinturaria e 12 typographias". (grifo nosso)

Levando-se em consideração que, nesta época, Curitiba possuía em torno de 30.000 habitantes, sendo 24.000 nacionais e 6.000 estrangeiros ⁴⁴, percebemos a intensa efervescência econômica da cidade. Mas o que chama, sobretudo, a atenção, comparando-se inclusive com o número de estabelecimentos comerciais e industriais, é o elevado número de casas comerciais voltadas à cultura: 23 casas de revistas e jornais e 12 tipografias. Este fenômeno deveu-se, possivelmente, à influência do elemento estrangeiro que perfazia, em torno de 1/5 da população curitibana o que devia estar alterando as relações sociais e culturais até então estabelecidas.

Os trabalhadores que compunham a mão-de-obra necessária ao setor comercial, industrial e de serviços englobavam imigrantes, principalmente italianos, e, também,

⁴⁴ HOERNER JR., Valério. Curitiba 1900. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1984. p.41.

elementos nacionais. E de se supor que a militância anarquista deve ter possuído dois objetivos principais: recuperar para o trabalhador imigrante, italiano em especial, um discurso que não lhe era estranho, dado que, em seu país de origem, principalmente no Norte da Itália, o anarquismo havia penetrado com intensidade; e, despertar no trabalhador nacional uma visão crítica das condições a que o capitalismo o estava submetendo.

Já assinalamos que o Ideário Anarquista não era estranho aos trabalhadores nacionais e imigrantes, tanto que, esses se organizavam em sociedades de mútuo socorro, denotando, na própria designação dessas associações, a sustentação ideológica das mesmas e, por outro lado, configurando que a questão social se fazia presente.

Portanto, como já foi evidenciado, quando os anarquistas, procedentes da Colônia Cecília, chegaram a Curitiba, no final do século XIX, não encontraram trabalhadores destituídos de qualquer princípio de organização. Encontraram, isto sim, trabalhadores que já haviam se organizado, não somente para criticar e contestar os abusos do capital, todavia, principalmente, para suprir o vácuo de uma legislação inexistente por parte do Estado, que lhes desse amparo nos casos de doença, invalidez e morte; ou mesmo nos campos da educação e da saúde.

Nessa fase (1874-1906), surgiu a preocupação pujante, objetiva e metódica, com a divulgação do ideário

anarquista, principalmente através de periódicos que tinham a possibilidade de atingir um grande número de receptores.

As condições estavam postas: industrialização nascente, trabalhadores insatisfeitos, intelectuais engajados na militância.

Torna-se necessário enfatizar que, naquele momento histórico, não somente os operários fabris eram enquadrados na categoria de trabalhadores, porém todos aqueles que vendiam sua força de trabalho para o capital, atuassem eles no setor artesanal, industrial, comercial ou de prestação de serviços. Atitude esta que configurava a estratégia das ideologias que combatiam o capitalismo em sua proposta de prática política e arregimentação. Desta forma, agiam os jornalistas, grevistas e líderes de movimentos, como explicitam Araújo e Lara.

Sendo assim, julgamos que esses trabalhadores eram os interlocutores possíveis e desejáveis para a divulgação do Ideário Anarquista e constituíam-se no público alvo dos periódicos anárquicos.

Ribeiro faz ressalvas à influência dos anarquistas, em Curitiba, dizendo que

"a ação dos anarquistas não foi tão evidente em Curitiba. O anarquismo nunca chegou a deter a hegemonia da direção do movimento". (grifo nosso) ⁴⁵

⁴⁵ RIBEIRO, op. cit., p.230, nota 39.

Causa-nos estranheza a postura de Ribeiro, porque a pesquisa realizada indica que o Movimento Operário Curitibano foi profundamente influenciado pelo anarquismo. Influência esta que pode ser constatada nas formas de organização - uniões, federações -, nas estratégias de ação: greves, boicotes, "meetings", e, mesmo, na presença, por um longo período, de periódicos anarquistas. Chegaram a ser publicados 16 títulos, entre 1893 e 1917.

Cardoso & Araújo ⁴⁴ relacionam esses periódicos, alguns dos quais não chegaram a passar do primeiro número, mas que evidenciam, julgamos nós, um núcleo de intelectuais anarquistas bastante atuante e interessado em formar a consciência crítica do trabalhador curitibano.

A análise do conteúdo desses periódicos, elaborada pelas autoras, e por nós referendada através da leitura dos exemplares aos quais tivemos acesso, demonstra que o objetivo maior dos mesmos permite classificá-los entre aqueles, cujos artigos eram predominantemente anticlericais, e aqueles que abordavam, além do anticlericalismo, vários outros temas: educação, questão feminina, divulgação dos princípios anarquistas e assuntos relacionados ao trabalhador,

⁴⁴ ARANJO; CARDOSO, op. cit., nota 38, apontam os seguintes periódicos: 1) XX de Setembro, 1892; 2) Il Lavoratore, 1893; 3) Il Diritto, 1899; 4) Electra, 1901; 5) O Azorrague, 1902; 6) A Voz do Dever, 1903; 7) 14 de Julho, 1914; 8) O Despertar, 1904; 9) A Vanguarda, 1905; 10) O Combate, 1907; 11) O Escarpello, 1908; 12) O Anti-Clerical, 1909; 13) A Bombarda, 1910; 14) A Batina, 1911; 15) A Terra Livre; e 16) A Revolta, 1917.

principalmente os concernentes à necessidade de união da classe e à chamada para a Revolução Social.

Durante essa fase (1894-1906), que consideramos a em que o ideário anarquista principiou a influenciar a formação do Movimento Operário Paranaense, dado o incipiente processo de industrialização, foram muitos os anarquistas de outros países que aqui desenvolveram militância, publicando artigos, em periódicos, e participando dos movimentos sociais.

No espaço da I República, principalmente entre os anos 1894-1920, o militante europeu ombreou com o nacional, no Estado do Paraná, participando do corpo de redação dos periódicos ou colaborando, eventualmente. Exerciam esses homens a função de divulgar entre a população curitibana as idéias, as práticas e o imaginário social anarquista.

Vejamos alguns dos nomes que assinavam as matérias publicadas:

PERIODICOS	REDATORES
IL DIRITTO (1899)	Gigi Damiani, Giani Gimida, Egizio Cini
ELECTRA (1901)	Generoso Borges, Ismael Martins, Euclides Bandeira, Leite Júnior, Evaristo Pernetta
O DESPERTAR (1904)	Gigi Damiani, J. Buzetti
O ESCALPELLO (1908)	A. Teixeira Coelho, J. R. Becker, e Silva, Antonio Gomes, José Madureira Branco, Gigi Damiani, Hugo Reis, Vicente Postiglioni, Virgilio Brazil
O DEVER (1912)	João Theotônio de Oliveira
A REVOLTA (1917)	Octavio Prado,
A TERRA LIVRE (1917)	Octavio Prado, Adolfo Silveira, Pietro Gori

Julgamos que estes nomes arrolados demonstram o que segue:

10.) A importância dos imigrantes, principalmente dos intelectuais, na divulgação do Ideário Anarquista, o que é corroborado por Ferreira ⁴⁷,

"O processo de politização que se iniciou com a chegada e participação do operário imigrante foi o ponto mais importante da história do

⁴⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa e sociedade: o trabalhador gráfico. São Paulo, 1976. Tese - Universidade de São Paulo.

trabalhador brasileiro. Entretanto, não se pode mostrar este processo sem tocar no papel desempenhado pelos intelectuais, sem o qual não teria havido a grande movimentação e difusão das doutrinas sociais no meio operário." e,

2o.) Que havia intelectuais brasileiros, profundamente engajados com a causa anarquista, o que, acrescentando-se às associações que surgiram em Curitiba, durante todo o período compreendido pela I República e às ações desencadeadas pelos trabalhadores, evidencia que o trabalhador nacional não era tão acomodado, como pretendiam as elites.

Entendemos esse intelectual militante, engajado, cujo discurso provinha da classe e dirigia-se para a classe, não um intelectual no sentido de Mannheim ⁴⁸, mas um intelectual orgânico, de acordo com a visão de Gramsci.

Um intelectual que criticava a estrutura capitalista, mas que não pretendia estabelecer normas de conduta para a burguesia, como fazia o intelectual comprometido com a burguesia, em relação ao operariado.

E é esta atitude que, segundo Gramsci ⁴⁹, caracteriza o discurso do intelectual orgânico: sua identidade ideológica, vivência e convivência com as classes subalternas, o

⁴⁸ Mannheim entendia os intelectuais como indivíduos supra classe, que por não terem vínculos com nenhuma classe em especial - já que advêm dos mais variados estratos - são capazes de enxergar o objeto do conhecimento sob os mais variados ângulos e elaborar uma síntese, que retrataria a verdade.

Vide MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

que transparece na atividade desenvolvida pelos intelectuais anarquistas.

Esta atitude dos anarquistas colocava em destaque a compreensão de que era necessário divulgar amplamente seu ideário, a fim de despertar a vontade que era a impulsionadora do agir.

Por isto, não só os periódicos eram privilegiados. Os anárquicos fundaram escolas no Brasil - Escolas Modernas ou Racionalistas -, bibliotecas, universidades populares e os centros de estudos, onde realizavam reuniões e palestras e que se disseminaram com mais facilidade.

Além disso, desenvolveram uma intensa produção teatral e literária. Enfim, sua atividade educacional espraiou-se por todos os campos culturais, como atesta Hardman ⁹⁰:

"A moral anarquista esteve sempre preocupada em mostrar uma fortaleza cultural que resistisse aos males da ordem dominante e fosse como um campo de treinamento para a comunidade do porvir."

Este autor, analisando o discurso anarquista, aponta para sua dupla face, ao encarar os elementos relativos à educação política, entendida em sentido lato; ou seja, é permanente nesse discurso a tensão existente entre o conservador e o avançado. Quando enfocava os jogos e as diversões - baile, carnaval, futebol -, era extremamente reacionário em relação a

⁹⁰ HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.85.

essas atividades e condenava-as, inapelavelmente, por minarem o poder de resistência do operário e abalarem sua dignidade, entretanto o mesmo não acontecia em relação à educação, ao casamento e à condição feminina, pois apresentava uma visão extremamente avançada para a época.

Como foi explicitado, os anarquistas preocupavam-se profundamente em divulgar seu ideário, sua concepção de homem e de sociedade. Em advogar a necessidade de um homem novo, vivendo em um novo mundo, sem os limites impostos por uma sociedade cujo centro direcionador de todas as ações era o lucro.

A necessidade da divulgação destes princípios, através da propaganda sistemática, foi explicitada claramente por Malatesta ⁹¹, que advertiu

"a propaganda isolada, ocasional, que frequentemente é feita com o objetivo de acalmar sua consciência, ou para dar simplesmente curso à sua paixão pela discussão, esta propaganda não serve para nada ou quase nada (...). É necessário um trabalho contínuo, paciente, coordenado, adaptado aos diferentes meios e às diferentes circunstâncias. É preciso que cada um de nós possa contar com a colaboração de todos os outros, e que em todos os lugares onde um grão de areia tiver sido lançado, não falte o trabalho assíduo do jardineiro para cuidar dele e protegê-lo até que ele tenha se tornado uma planta capaz de viver por si mesma e, por sua vez, espalhe novos grãos fecundos."

⁹¹ MALATESTA, Errico. Anarquistas, socialistas e comunistas. São Paulo: Cortez, 1989. p.15.

Identificamos, nesta apologia que Malatesta faz da propaganda, a postura de um homem perfeitamente entrosado com seu tempo, já que, no início do século XX, a propaganda política, que fez seu aparecimento na Revolução Francesa, foi largamente utilizada, principalmente pelos governos totalitários: Stalin, Mussolini, Hitler, foram exímios na arte de utilizar a propaganda para a manutenção do poder ⁵².

No caso de Malatesta, entendemos que a propaganda não tinha a mesma conotação, ao contrário, buscava veicular os fundamentos de um ideário, adverso à centralização do poder pelo Estado que visava libertar os homens e não os subjugar, sob um tação autoritário. Vista, sob este prisma, a propaganda, veiculada pelos periódicos anarquistas, oferecia possibilidades de educação política à classe trabalhadora, na medida em que ensinava o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade.

Ela foi um dos instrumentos utilizados visando à derrocada do sistema capitalista, não para impor outro grupo no poder e, sim, para devolver à sociedade o poder decisório que lhe foi retirado à custa do enfraquecimento das organizações populares - ou do impedimento delas - e do fortalecimento do Estado que chamou para si a responsabilidade decisória em todas as instâncias sociais, sob o argumento da representatividade.

⁵² Para maiores informações vide SANT'ANNA, A. Propaganda: teoria, técnica e prática. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1981. p.45-50.

Dulles ⁹³ chega a sugerir que a imprensa proletária surgiu com o intuito de convencer os trabalhadores que, oprimidos pela baixa remuneração e por um horário de trabalho exaustivo, não se apercebiam de seu estado de sujeição e miséria.

Entendemos que essa análise do autor é bastante reducionista, por transparecer em sua fala a concepção de um trabalhador passivo, mero receptáculo de novas ideologias. Julgamos que, se esse discurso anarquista se fez tão intenso, é porque havia receptores interessados e atentos. Trabalhadores que já haviam se apercebido de sua precária condição de vida e tentado se organizar, mas sem ainda ter tomado consciência de que a causa da miséria era estrutural. A imprensa anarquista, portanto, espelhava os anseios da classe trabalhadora, naquele momento histórico.

Esses jornais tinham vida curta, devido às dificuldades econômicas - por sobreviverem da subvenção dos trabalhadores - e à repressão policial, no entanto, exerceram grande influência na educação política dos trabalhadores, abordando os mais diversos temas e deixando evidente como o imaginário anarquista enfocava a organização econômica, política e da classe trabalhadora, educação, a família, a mulher e a religião, além, é claro, dos assuntos pertinentes ao trabalho.

⁹³ DULLES, J.W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935). 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p.23.

Temas estes amplamente explorados pelos periódicos anarquistas, editados em Curitiba, como veremos a seguir.

Claro exemplo do que foi exposto, são os periódicos *Il Diritto* e *O Despertar*, editados em Curitiba, durante essa fase.

Il Diritto foi o periódico anarquistas de mais longa duração. Deve ter sido fundado em 1898, porque, em outubro de 1899, já estava publicando o seu 11º número.

O gerente responsável era Egizio Cini, egresso da Colônia Cecília e, entre seus redatores, contou com Gigi Damiani.

Era mantido por subscrições e distribuído gratuitamente. A periodicidade, que se pretendia mensal, tinha dificuldades para ser mantida, porque as subscrições nem sempre eram suficientes, tanto que os editores se preocupavam em advertir "SAHE QUANDO PODE".

Definia-se como um periódico comunista anárquico e não aceitava artigos que não estivessem de conformidade com a sua proposta.

Foi publicado inicialmente em italiano e, posteriormente, em português. Até o número 16, o expediente permaneceu em italiano; a partir do número 17, este também passou a ser editado em português. Claro indicador, julgamos, de que havia leitores nacionais.

No expediente, constava a máxima: "De todos segundo as suas forças. A cada um segundo as suas necessidades".

Chegou a atingir a tiragem de 600 exemplares.

É interessante notar que as subscrições voluntárias eram feitas, no início, em sua gritante maioria, sob pseudônimos. Poucos tinham a coragem de declinar os próprios nomes. A partir do número 16, as subscrições identificadas aumentaram. Entre os contribuintes, localizamos vários nomes pertencentes à Colônia Cecília. Entre eles, Agottani, Minardi, Colli, Gigi Damiani, Giovanni Rossi.

Os artigos, em sua maioria, também não eram assinados, possuíam só as iniciais do autor, ou então, algum pseudônimo.

Qual o significado desta atitude de ocultamento do nome? Medo à repressão? Preocupação com o preconceito?

Estas questões, não podendo ser respondidas com base em documentos históricos, permanecem no terreno das conjecturas. São pontos para reflexão.

O periódico, que editou cerca de 32 números, encerrou sua publicação em 1902.

Já nos referimos que, em seu expediente, constava a máxima: "De todos segundo as suas forças. A cada um segundo as suas necessidades".

Este princípio foi introduzido no anarquismo por Kropotkin ⁹⁴, cuja teoria pode ser condensada nos seguintes aspectos: a) a revolução deve ser encarada não como atitude destrutiva e inconseqüente, mas fruto do amadurecimento de idéias que aliam as ações à previsão de suas conseqüências; b) a transformação, gerada pela revolução, deve ser imediata e radical; c) o gradualismo é fatal para o processo revolucionário. Assim que os rebeldes tomarem o poder é necessário que os bens se tornem imediatamente propriedade da comuna; d) utilização dos bens, segundo as necessidades, entendida como o critério adequado da distribuição e não as ações, como professavam Proudhon e Bakunin. E por esta última concepção que Kropotkin é anarco-comunista: por negar tanto o direito de posse individual (Proudhon), quanto o de propriedade coletiva (Bakunin).

A esses aspectos, acrescentamos que Kropotkin procurou demonstrar os fundamentos científicos do anarquismo: baseando-se na teoria da evolução das espécies de Darwin; mas discordando do ponto de vista darwiniano, defendeu que a cooperação e, não a competição entre os indivíduos da mesma

⁹⁴ Sobre Kropotkin vide:

WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1981.

WOODCOCK, George. Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM, 1983. v.1.

TRASTENBERG, Mauricio (org.) Kropotkin; textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1987. e

MORIYON, F.G., op. cit., nota 19.

espécie, foi essencial para a sobrevivência; e transportou essa visão para a sociedade humana.

Para explicar a concepção anarco-comunista de sociedade, *Il Diritto* publicava matérias em que propunha a revolução como o meio necessário e conclamava os trabalhadores a se unirem em Associações para se fazerem ouvir, de vez que a via parlamentar era concebida como inviável para se obter conquistas trabalhistas.

Já em 1899, assim se expressava o periódico

"... é preciso convencer os ingenuos de que do atual estado de coisas nada teem a esperar e portanto o seu dever é trabalhar pela revolução". ⁵⁵

Em 1900, a convocação do trabalhador para a luta continuava:

"se reconheceis em vós o direito de trocar as vossas condições, não espereis pela transformação das leis existentes, não espereis de uma troca de patrões... Aspera será a luta, mas grande será a victoria e justa a remuneração". ⁵⁶

Demonstrando impaciência, um outro articulista conclamava

"Oh povo! povo! Quando acabarás de perceber o ludibrio em que cahistes? Quando? Quando?" ⁵⁷

⁵⁵ M. da S.E. A Revolução. *Il Diritto*, v.1, n.11, p.3, 8 ottobre 1899.

⁵⁶ A Utopia. *Il Diritto*, n.15, p.2, 28 gennajo 1900.

⁵⁷ As sacerdotizas. *Il Diritto*, n.15, p.2-4, 28 gennajo 1900.

Ainda neste mesmo ano, o periódico preocupou-se em indicar a direção que o trabalhador deveria imprimir às ações:

"Ainda uma vez, revolta-te por ti mesmo e por tua conta. Abatte o governo, toma posse da terra, das casas, das machinas, dos generos alimenticios, de tudo o que existe e organiza por ti mesmo a produção e o consumo para maior vantagem de todos". ⁵⁸

Nestas falas transcritas, percebe-se claramente o intuito de que os trabalhadores se conscientizassem de sua situação e passassem a agir no sentido de modificá-la.

O tom impresso nas falas é imperativo e impaciente, como se dissesse Trabalhador, acorda! Veja o que está à sua volta! Não se submeta! Reaja!

Dois temas, em especial, ocuparam bastante espaço nesta publicação: a religião e a mulher.

Em relação à religião, fiéis aos princípios anarquistas, os autores posicionavam-se claramente contra a Igreja e acusavam os padres de se aproveitarem da ignorância do povo, para se imporem. As mulheres, em particular, eram vistas como vítimas indefesas deste processo:

"a ignorância da mulher é o único pedestal sobre o qual repousa a decadente barraca do padre". ⁵⁹

⁵⁸ Ao povo trabalhador. Il Diritto, v.1, n.22, p.2, 20 setembro 1900.

⁵⁹ MORI, F. Vítimas das trevas. Il Diritto, v.3, n.2, p.2, 11 junho 1902.

A religiosidade, por inculcar a aceitação da vida presente, prometendo como prêmio a vida celeste era ferinamente atacada:

"O espirito religioso é um obstaculo contra o espirito da revolução. Da ideia religiosa emanam ... as mentiras, as superstições, os prejuízos..."

A religião ensina aos humildes que os grandes, os ricos, os potentes, representantes em terra de uma divindade e de uma vontade celeste, são homens de uma espécie superior, diante dos quaes é necessario enclinar-se respeitosamente..."

Tambem a Religião, semelhante a propriedade e ao Governo não pode ser reformada. E necessario supprimil-a absolutamente". 40

Os anarquistas sempre desenvolveram uma grande campanha anticlerical. Percebiam nitidamente o papel exercido pela Igreja, no sentido de levar o povo à submissão. Por estar sempre ligada ao poder, a Igreja nunca se posicionou a favor dos oprimidos; desenvolvia, isto sim, uma ação que visava à passividade, à sujeição e ao medo.

Como o anarquista não entendia a organização social, sob o prisma hierárquico, o respeito às pessoas somente pela posição que ocupavam na escala social, era-lhe inadmissível. Afinal, para ele, os homens eram iguais e deveriam tratar-se como tal.

A emancipação feminina era vista como imprescindível para o sucesso da causa anarquista, como explicita o trecho transcrito:

⁴⁰ JOHN, Henry. O que querem os anarchicos; a religião. *Il Diritto*, v.2, n.24, p.2-3, 25 dezembro 1900.

"Seria tempo que nos occupassemos da emancipação e da educação social do sexo feminino, que pelo estado de abjecção em que agora é tido, é, a meu parecer uma das causas da degradação do proletariado.

De facto, a questão feminista é interessante, tanto do ponto de vista dos soffrimentos moraes e materiaes aos quais é submettida a mulher (...) como da nefasta influencia que ella possui sobre a materialidade do homem, e creio que seria urgente que nós trabalhassemos a eleva-la ao nível intellectual e revolucionario de todos aquelles que querem a emancipação da humanidade do jugo que a opprime...

Elevada a mulher ao nível moral do individuo consciente, não impedirá mais o caminho da revolução". (grifos nossos) ⁶¹

Analisando o texto, percebemos que ressaltam alguns elementos:

- 1) A mulher é causa da degradação do proletariado;
- 2) exerce uma nefasta influência sobre a materialidade do homem;
- 3) é necessário educar a mulher para que ela não impeça o caminho da revolução.

Encarada sob este prisma, a educação da mulher aparecia como uma exigência: se ela não se conscientizasse politicamente, ocasionaria obstáculos para que a revolução se estabelecesse porque impediria que os homens a ela ligados exercessem a tarefa que a militância lhes impunha.

⁶¹ A. A mulher. Il Diritto, v.2, n.17, p.2, 25 março 1900.

Sendo ignorante, a mulher era presa fácil da religião, amedrontava-se com as ameaças e criava barreiras para a prática política.

Educar a mulher era, portanto, uma tarefa a ser encetada imediatamente, não para o bem dela; mas para o bem do processo histórico, sob a égide anarquista.

Dai, porque os anarquistas sempre se preocuparam tanto com a condição feminina, denunciaram os abusos - inclusive sexuais - a que a mulher era submetida, proclamaram a igualdade dos sexos e insistiram em ter na mulher uma co-participante na militância política.

Tal como o trabalhador, a mulher era oprimida pelo sistema e deveria se rebelar:

"pobres condenadas, revoltai-vos à prepotência dos vossos juizes, à malvadez dos vossos Cesares e a fronte erguida, bradaes: Liberdade!... Anarchia". 42

Encarando a mulher como igual nos direitos e deveres, exaltando a liberdade e não reconhecendo como legítimas as instituições: Estado e Igreja, os anarquistas introduziram uma outra concepção de casamento: aquele baseado na plena liberdade de opção; ou seja, tanto o homem quanto a mulher permaneceriam unidos, se assim o desejassem, e não por imposição de alguma norma reguladora.

⁴² ROMOLO. Uma reflexão. Il Diritto, v.1, n.16, p.2, 25 febrayo 1900.

Este tipo de união, a qual denominavam amor livre, foi defendido nas páginas do periódico que procurava demonstrar como a mulher é (des) considerada no casamento burguês:

"O que nós compreendemos é que nas nossas famílias, vemos o pai verdadeiro déspota a mãe às suas ordens, e isso, para toda vida". ⁴³

Pelo que foi exposto, percebemos que a preocupação com a divulgação do ideário anarquista se estendia para todos os campos: organização econômica, do trabalhador, mulher, casamento, religião e que, permeando esses temas, havia a preocupação constante com a transformação da sociedade, caracterizando uma linha editorial que também orientou a elaboração da próxima publicação anarquista.

Em 1904, tendo como redatores responsáveis Gigi Damiani e J. Buzetti, começou a ser impresso o periódico O Despertar, com a pretensão de ser publicado quinzenalmente e atingindo também a tiragem de 600 exemplares.

Ao contrário de seu predecessor, não era distribuído gratuitamente, a não ser para pessoas que escrevessem dizendo que não podiam pagar.

Definia-se como um jornal de propaganda libertária. No expediente constava a máxima:

"De cada um e a cada um segundo a sua vontade".

⁴³ LIBERTARIO Desherdado, Amor Livre, Il Diritto, n.28, p.3-4, 21 dezembro 1901.

Atentemos para o detalhe de que agora não é a necessidade, mas a vontade, o elemento privilegiado.

E importante determo-nos na análise deste princípio orientador do periódico, porque ele indica claramente que a volição é entendida como imprescindível no sentido de direcionar as ações.

Foi Malatesta ⁶⁴ quem introduziu esta categoria.

Até então, os pensadores do Movimento Anarquista, principalmente Kropotkin, contemporâneo de Malatesta, vinham apresentando o Anarquismo como consequência natural da evolução da sociedade, uma visão determinista, portanto. Malatesta, ao contrário, enfatizava a vontade e a liberdade como condições essenciais, a anarquia como método e a solidariedade como fim da transformação social. Uma transformação que, acreditava ele, deveria abraçar o comunismo libertário e constituir

"uma sociedade onde a exploração do homem pelo homem não seja mais possível; onde todos tenham à livre disposição os meios de existência, de desenvolvimento e de trabalho; onde todos possam participar como querem e sabem da organização da vida social (...) no fundo, um programa que toca as bases da organização social nada mais pode fazer do que

⁶⁴ Sobre Malatesta vide

Grupo Anarquista lo. de maio (org.). Malatesta: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1984.

MALATESTA et alii. O anarquismo e a democracia burguesa. 3.ed. São Paulo: Global, 1986.

a) MALATESTA, Errico. A anarquia e outros escritos. Brasília: Novos Tempos; São Paulo: Centro de Cultura Social, 1987. e

a) MALATESTA, op. cit., nota 51.

indicar um método (...) é preciso, sobretudo, considerar a anarquia como um método." 65

Em seus textos estão evidentes aquelas mesmas acusações que constam da obra de Proudhon, Bakunin e Kropotkin: a descrença no governo, no sufrágio universal, na democracia representativa, nas instituições, enfim em tudo aquilo que representa o ideal burguês de sociedade, e a luta para que se revolucione essa sociedade, implantando o federalismo, na organização política; e o comunismo, no plano econômico.

Tal como *Il Diritto*, *O Despertar* publicava matérias em que a concepção de mundo anarco-comunista era explicitada.

A leitura dos exemplares disponíveis evidencia que o novo periódico, lançado pelos anarquistas, começava a se preocupar com os temas nacionais e urbanos de Curitiba. São freqüentes os artigos, enfocando a expulsão de anarquistas para o Acre, O Contestado e a implantação do Jogo do Bicho na capital do Estado e arredores. Jogo este dura e infrutiferamente criticado pelos anarquistas, pois como denunciavam

"O Bicho não morreu e se já não provoca escandalos é porque tanto as autoridades civis, como militares e espiscopaes, acabaram de reconhecer nelle um dos factores do progresso nacional.

Faz parte da vida publica, como as missas do setimo dia e as sessões comemorativas...

65 MALATESTA, op. cit., nota 64a.

E depois os immoraes são sempre os anarchistas!" ⁶⁶

Este texto poderia ser transportado para os dias atuais e evidencia a dupla moral que campeia na sociedade burguesa; ou seja, aceita-se extra-oficialmente a existência do Jogo do Bicho e todos, dos trabalhadores às autoridades, buscam na sorte o meio de desfrutarem dos benefícios que a "fortuna" lhes oferece.

Contudo, publicamente, no discurso das elites, o jogo é condenado e condenável.

A análise elaborada pelos redatores privilegiava a revolução social como o caminho mais adequado para transformar a sociedade:

"contra o domínio de uma casta, ou de um partido, contra o governo democratico, monarchico, republicano que seja, proclamamos o governo de nós mesmos, do accordo mutuo, do esforço colectivo na produção, no communismo dos productos - a Anarchia! ... confia em uma só revolução, logica, necessaria e resolvedora de todo o problema: - A Revolução Social". ⁶⁷

A impressão que se tem é que os articulistas esperavam que esta reação popular brotasse espontaneamente, que tivesse um caráter insurrecional, sem chefes, nem lideranças de qualquer tipo:

"Eis porque somos socialistas - communistas - anti-autoritarios. Eis porque não cançamos de diser ao povo, aos trabalhadores, que não

⁶⁶ VOX CLAMANTIS. E o Bicho? *O Despertar*, v.2, n.1, p.4, 31 janeiro 1905.

⁶⁷ GIMIDA, Giani. A opposição vende-se. *O Despertar*, v.2, n.1, p.1, 31 janeiro 1905.

confiem senão em si mesmos, nas suas próprias forças, na sua energia, e que mandem as favas todos estes chefes". ⁶⁸

Com esta postura, manifestavam claramente a crença infinita na capacidade de revolta da população e não se preocuparam, pelo menos nesse momento, em indicar caminhos para a manifestação da revolta, nem com o que fazer, durante e depois do processo revolucionário.

É pertinente enfatizarmos que Bakunin e Kropotkin se detiveram a estabelecer as bases sobre as quais deveria se erigir a sociedade pós-revolucionária. Bakunin, principalmente, detalhou com minúcias a organização sócio-político-econômica de uma sociedade calcada nos ideais anarquistas ⁶⁹.

Já Malatesta, concebendo a liberdade e a vontade como elementos indispensáveis para a autodeterminação dos indivíduos e acreditando em que a sociedade adquire os contornos que as vivências sociais vão definindo, jamais admitiu estabelecer as características que deveria ter uma sociedade fundada sob a égide do anarquismo.

Dentre os pensadores anarquistas, julgamos que Malatesta foi o que mais influenciou as ações dos anarquistas curitibanos. Em primeiro lugar, porque, como já dissemos em outro momento deste trabalho, era contemporâneo dos anarquistas

⁶⁸ GIL, Socialismo autoritário e socialismo comunista anti-autoritário. *O Despertar*, v.1, n.6, p.3-4, 31 dezembro 1904.

⁶⁹ Vide BAKUNIN, op. cit., nota 14.

que vieram para a Cecília e chegou a criticar a experiência de Giovanni Rossi; em segundo lugar, porque participou intensamente das discussões ocorridas no seio do Movimento Anarquista, principalmente através de jornais e revistas; e, em terceiro lugar, porque morou na Argentina, entre 1885 e 1889. Neste país, organizou as seções operárias de resistência e fundou um jornal. Além disto, até praticamente 1932, ano de sua morte, escreveu intensamente.

E de se supor, portanto, que os anarquistas que militavam em Curitiba tenham se correspondido com seus companheiros argentinos e lido as matérias publicadas por Malatesta tanto na Itália, quanto na Argentina.

Um outro elemento a destacar é a auto-denominação que transparece na matéria transcrita: socialistas - comunistas - anti-autoritários (grifo nosso).

Percebe-se, claramente, nesta afirmação que todos os que se contrapunham à visão de mundo capitalista eram genericamente intitulados de socialistas, naquele momento. A distinção entre socialistas e anarquistas foi algo que surgiu posteriormente, devido ao aprofundamento das discussões e não se aplica à época privilegiada pela nossa pesquisa.

Dai o cuidado que se deve ter para não estabelecer arbitrariamente distinções entre socialistas e anarquistas, distinção que só poderá surgir após a análise das propostas.

A questão feminina e a educação, ainda que não tenham sido privilegiadas pelo periódico, mereceram certo destaque. Sobre a educação, localizamos nos jornais pesquisados apenas duas falas.

A primeira delas é trecho de um conto cujo autor é Gigi Damiani, o qual permite uma visualização da proposta educacional anarquista e descreve a admiração de um personagem, ao visitar uma escola, nos moldes anarquistas.

"um enorme edificio com grandes janellas, porem vasio... As crianças estudavam no jardim os alumnos compunham varios grupos, e cada um delles tinha o seu professor. O que escandalizou foi ver meninos e meninas todos juntos. Os proprios mestres constituem uma especie de associação. Elles mesmos decidem sobre o modo de ensinamento, bem como a respeito das diversas materias... A ignorancia do pudor - este sentimento artificial - evita qualquer tendencia para o vicio. Os jovens de ambos os sexos não ignoram o que os distingue. E, entre as materias de ensino, não faltam as que se referem aos raportes sexuaes. A saude corporal exclue a degeneracção phisica. O uso concedido no momento necessario, phisiologicamente, evita o abuso e a perturbação dos sentidos.

Além disso, crescendo juntos, os jovens aprendem a conhecerem-se mutuamente e as uniões se suscedem mediante impulso expontaneo, determinado por afinidade de sentimentos". 70

A segunda fala defende o método de educação libertária:

"... como o método de educação autoritária não permite (o) exame das ideias recebidas, distinguir a verdade das preocupações impõe-se

⁷⁰ DAMIANI, Gigi. Contos extraordinários "do além-tumulo". O Despertar, v.1, n.7, 15 dezembro 1904.

o metodo de educação libertaria, consistindo em: 1º) Quanto às materias sobre as quaes todos estão de accordo, ensina-las fora de toda preocupação, simplesmente para dar noções positivas ao individuo e não para lhe inculcar determinadas apreciações; 2º) Quanto às materias ou opiniões sobre as quaes nem todos estão de acordo, ensina-las colocando o individuo em frente das differentes opiniões, depois de lhe ter assegurado que é capaz de raciocinar logicamente.

Deste modo haverá probabilidade de acelerar o descobrimento da verdade de que depende o progresso humano. Para chegar a este descobrimento convém, com efeito, não que os homens tenham esta ou aquella opinião, mas que tenham uma, depois de terem julgado sem prevenção, depois de se terem entregado ao Livre Exame". 71

Nos discursos expostos, merecem destaque alguns postulados anarquistas, relativos à educação: liberdade dos professores para decidirem o conteúdo, ambiente de estudo agradável e liberdade para o julgamento. Liberdade esta fundamentada na possibilidade de se examinarem todas as questões polêmicas e decidir pessoalmente sobre as atitudes, a serem tomadas. Daí a crítica à educação autoritária que inculca normas e preceitos e impede as pessoas de construirem sua própria visão de mundo.

Uma crítica que, convenhamos, permanece tão atual hoje, como no início do século.

Além disto, chama a atenção o fato de propugnarem a educação sexual, tema que, até hoje, é tabu.

⁷¹ JAVAL, Paraf. As preocupações. *O Despertar*, v.2, n.1, p.1, 31 janeiro 1905.

Pelas posições assumidas, os anarquistas demonstravam que possuíam um pensamento de vanguarda e que não temiam expô-lo e defendê-lo perante uma sociedade preconceituosa. E tinham plena consciência da reação adversa, provinda de um meio social conservador e reacionário, principalmente no que tangia à concepção de amor.

"na nossa sociedade burguesa e nas famílias, é mal aceito o anarquista... e a sua companheira de forma nenhuma aceita. O anarquista exime-se do contracto legal, proclama a liberdade do amor, a união espontanea por afinidade de sentimentos, de gosto, de tendencias, combate o mercado feito dos raportes sexuaes, a especulação matrimonial..."

Por isso o anarquista representa uma pessoa immoral ... e é portanto logico bater-lhe a porta na cara". 72

A religião foi o tema que ocupou maior espaço no periódico que se preocupava em denunciar os abusos sexuais, efetuados pelos padres, em ironizar a virgindade de Maria e em acusar a Igreja de ser um obstáculo para a emancipação do povo.

Os artigos questionavam contundentemente a moral católica:

"Em contradição à moralidade anarchica, em defeza do lar (?) ameaçado pelo revolucionário amor livre, sublime de virtude e de pureza, immaculada como ... Maria de Nazareth, surge a moral catholica.

Admiremo-la porque é realmente grande!

Os porcos também quando são grandes, teem direito a um premio nas exposições internacionais e estadoaes.

⁷² LEOPOLDO, D. A moral catholica (I). O Despertar, v.1, n.7, p.3, 15 dezembro 1904.

Por qual motivo deixar de aplicar o mesmo tratamento à grande porca .. catholica?" 73

Entendemos que a ênfase nos artigos anticlericais evidencia claramente que os anarquistas entreviam na Igreja a sua oposição mais ferrenha, devido ao domínio exercido sobre a população. Domínio este fundamentado em uma argumentação em que culpa, pecado e temor reverencial eram inculcados no imaginário dos fiéis.

Percebemos que a sociedade curitibana desenvolvia um profundo preconceito contra os anarquistas. Não seria este preconceito derivado das ações dos padres, de suas invectivas?

O *Despertar* dedicou grande parte de suas matérias à denúncia e à busca de mostrar à população o papel alienador exercido pela Igreja. A tal ponto que autores, como Marchesini 74, o classificam como anticlerical, por considerarem que continha farta propaganda contra o clero.

Os periódicos que surgiram após 1905, permaneceram na linha editorial de *Il Diritto* e *O Despertar*: explorando os temas caros aos teóricos anarquistas, ou privilegiando a luta acirrada contra a Igreja.

Em função disto, é que nossa análise, na próxima fase enfocada pelo trabalho, ultrapassa o discurso para verificar a prática expressa nas ações encetadas pelos

73 LEOPOLDO, D. A moral catholica (II). *O Despertar*, v.1, n.8, p.2.

74 MARCHESINI, Marcia Maria. *Os inimigos do rei clero: a imprensa anticlerical anarquista*. Curitiba, 1992. Universidade Federal do Paraná. Monografia.

trabalhadores curitibanos: fundação de associações e desencadeamento de boicotes, "meetings" e greves.

Esses movimentos comprovam que as palavras não foram lançadas ao vento. Ao contrário, tiveram receptores atentos que principiavam a formar uma consciência crítica a respeito da sua condição social e a se entender como uma classe que possuía objetivos e necessidades peculiares que necessitavam ser explicitados e obtidos através de meios pacíficos ou violentos.

Já em 1900, ocorreu a 1a. greve, na Empresa de Saneamento de Curitiba e a ela se seguiram, a dos ferroviários em 1901 e a da Fábrica de Beneficiamento Erva Mate, em 1902.

Por outro lado, associações de trabalhadores, fossem elas de caráter beneficente e/ou cultural, foram fundadas nesse período:

- 1896 - Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Herva-Mate;
- 1899 - Grupo Germinal, socialista - anárquico;
 - Clube Beneficente 13 de Maio;
 - Associação Curitibana dos Empregados do Comércio;
 - Sociedade Beneficente Cervantes;
- 1901 - Liga anticlerical paranaense;
- 1902 - Liga Internacional dos Filhos do Trabalho;
- 1904 - Grupo Homens-Livres;

- 1905 - Sociedade Beneficente dos Operários do Batel;
- Sociedade Beneficente Internacional da Agua Verde;
- Circulo Filodramático Ibsen;
- Liga dos Sapateiros.

A terceira fase de influência do ideário anarquista, em Curitiba (1906-1920), teve início com a realização do I Congresso Operário Brasileiro (I COB), realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro, e do qual participaram 40 organizações, sendo a grande maioria do Rio de Janeiro e de São Paulo e do qual Gigi Damiani participou na qualidade de orador ⁷⁵.

Esse Congresso foi importante no contexto paranaense, por estabelecer as diretrizes que o Movimento Operário Brasileiro e, por extensão o curitibano, deveria seguir, a partir de então.

No Congresso, foram discutidas várias teses ⁷⁶, relativas à orientação, organização, ação operária e questões acessórias ou complementares.

As teses aprovadas deixaram evidente a opção do Movimento Operário pela orientação anarco-sindicalista.

⁷⁵ ARABJO; CARDOSO, op. cit., p.75-76, nota 34.

⁷⁶ CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO, 1, Rio de Janeiro, 15 a 20 de abril de 1906. Teses. In: CARONE, Edgard. A primeira república (1889-1930). 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.233-9.

Ficou decidido, também, o sistema federativo das organizações operárias, dando ampla autonomia ao indivíduo, no sindicato; ao sindicato, na federação; e à federação, na Confederação.

Condenou-se a beneficência, o mutualismo e o cooperativismo, descredenciando, portanto, as formas de organização que haviam imperado até o momento.

Quanto às ações a serem desencadeadas, foram recomendadas greves parciais ou gerais, boicotes, atos de sabotagem e manifestações públicas.

Recomendou-se, outrossim, a luta pela jornada de 8 horas diárias de trabalho. A luta por melhores salários não constou das recomendações, pois se julgava que o aumento salarial seria decorrente da diminuição da jornada de trabalho.

Finalmente, recomendou-se que o dia 1o. de maio fosse comemorado de maneira mais condigna, de acordo com os ideais da luta operária e, não, com jogos ou piqueniques.

O operariado, sofrendo uma dupla segregação - por um lado, devido ao preconceito quanto ao trabalho manual e, por outro, pelo preconceito contra o imigrante - e não tendo direitos políticos, entreviu no anarco-sindicalismo e nas formas de atuação propostas por ele - organização dos sindicatos, boicotes, greves - uma forma de resistência, organização e luta, fora dos modelos instituídos pelo Estado.

Militantes anarquistas participaram ativamente dos movimentos grevistas curitibanos e o que se nos afigura,

consultando os jornais da Grande Imprensa, é que causavam temor aos setores mais conservadores.

Já em 1892, (antes, portanto, de findar a Colônia Cecília), o jornal A República ⁷⁷ fazia o seguinte comentário:

"Deliberação tomada pelo Ministro da Justiça autorizando a deportação de anarquistas que aparecem na Capital Federal. E os daqui que estão inundando nossa Curytiba?" (grifo nosso)

Quantos seriam estes anarquistas que estavam inundando Curitiba? O incômodo advinha do número de pessoas, ou da ação desenvolvida que, provavelmente, se caracterizava pela coragem e pela ousadia em denunciar, fazendo com que os trabalhadores passassem a enxergar a realidade com outros olhos?

Estaria o articulista se referindo à influência das idéias anarquistas no incipiente operariado curitibano?

Pellizzetti relata que, em 1892, mesmo ano, portanto, do comentário presente no jornal "A República", Giovanni Rossi pronunciou uma conferência em Curitiba no Salão Hauer.

Não conseguimos maiores dados acerca desta conferência; porém, parece-nos que, se Rossi esteve em Curitiba, pronunciando-a, é porque havia pessoas interessadas em ouvi-lo. Pessoas que, provavelmente, estavam divulgando suas idéias entre o operariado paranaense.

⁷⁷ A REPÚBLICA, 15 dez. 1892.

Essa postura da Grande Imprensa permaneceu pelos anos vindouros, fazendo com que o imaginário da população fosse associando o anarquismo com assassinato, desordem, preguiça.

Em 1900, um artigo, no Diário da Tarde, comentava o assassinato do Rei Humberto e, acusando os anarquistas pelo crime, afirmava

"Morte aos governos, dizem os anarchistas; morte aos anarchistas dirão os governos atemorizados por esses crimes sucessivos. E estes tem a seu favor o direito natural da legítima defesa." ⁷⁸

Para esse articulista, o ato isolado de um adepto do anarquismo foi generalizado como prática aceita por todos os anarquistas. E, aos governos, cabia a legítima defesa. Defesa, no entanto, negada àqueles que sofriam a opressão por parte dos governos.

Interessante postura que só reconhecia o direito da defesa para um dos lados: o que defendia o poder constituído. Não importando que o utilizasse com arbitrariedade e desprezo pelos mais elementares direitos de seus súditos.

Lara & Araújo ⁷⁹ referem-se à influência do socialismo e do anarquismo no Movimento Operário, em Curitiba, e ressaltam o papel do anarquismo, no Paraná, onde

"As associações e sociedades fundadas pelos italianos, simpatizantes do anarquismo,

⁷⁸ BOSINA, O. O assassinato do rei Humberto da Itália. Diário da Tarde, Curitiba, 31 jul. 1900. p.1.

⁷⁹ LARA, Alcina Maria de; ARAUJO, Sylvia Maria Pereira. As greves e a questão social na primeira república paranaense. Revista Novos Rumos, São Paulo, v.2, n.1, p.99-100, jan./mar. 1987.

desenvolveram-se rapidamente. Militantes como Giovanni Rossi, Carlo Torti, Gigi Damiani, Egidio Cini, Domingos Frattino, Aldino Agottani, e outros, egressos do núcleo anarquista Colônia Cecília (...), tiveram grande atuação na organização operária. No período de 1917 a 1920 esses líderes dirigiram diversas manifestações: 'meetings' contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade, manifestações contra a guerra, contra o serviço militar obrigatório, a greve geral de 1917 e as greves de 1919 e 1920."

Se tomarmos como ponto de referência as greves ocorridas, em Curitiba, e a organização dos trabalhadores, perceberemos a influência do anarquismo no Movimento Operário, com o claro intuito de fazer com que a classe operária, que existia em si, se tornasse em classe para si ⁹⁰, através da elaboração crítica da realidade e da visualização de alternativas para superar os problemas vivenciados.

A maioria dos anarquistas considerava que a greve geral não era suficiente para derrubar o Estado Burguês, no entanto, consistia no caminho mais adequado para a deflagração da guerra civil e da revolução.

Malatesta, principalmente, colocou ressalvas às ações grevistas, julgando não serem elas o único meio para se chegar à transformação da sociedade, porque, se os trabalhadores avaliassem inadequadamente a situação, poderiam ver-se forçados a encerrar o movimento grevista pela impossibilidade de sobrevivência.

⁹⁰ Sob a concepção de CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Apesar de estarem conscientes das limitações, os anarquistas promoviam greves juntamente com boicotes e "meetings" para denunciar as situações que consideravam injustas.

Claros indicadores de que eram os anarquistas que influenciavam o operariado curitibano, são as matérias publicadas na Grande Imprensa, a partir de 1900, que os acusam de liderarem as ações dos trabalhadores e as greves ocorridas nos primeiros anos do século XX ⁸¹.

Embora denotadoras de que o operariado principiava a se organizar e desenvolver formas próprias de resistência, estas greves não tiveram repercussão, por serem protestos de categorias isoladas. Tiveram, no entanto, o mérito inegável de consistirem nas primeiras manifestações de repúdio do trabalhador curitibano a um sistema econômico que os pretendia subservientes e acatadores dos ditames empresariais.

A esse respeito, é ilustrativa a matéria publicada no Diário da Tarde ⁸², em 1906, na qual o articulista se espanta com o fato de estar sendo desencadeada uma greve, em Curitiba, o que tão bem demonstra como as anteriores foram desprezadas e consideradas movimentos de somenos importância pelos empresários, donos de jornais.

⁸¹ Levantamento feito por Alcina de Lara Cardoso e Silvia Pereira de Araújo a partir de pesquisa nos jornais Diário da Tarde e A República editados em Curitiba e abrangendo o período 1892-1930. In: CARDOSO, Alcina de Lara; ARAÚJO, Silvia Pereira. 10. de maio; cem anos de solidariedade e luta 1886-1986. Curitiba: Beija-Flor, 1986.

⁸² DIÁRIO DA TARDE, 3 jul. 1906.

*"Uma greve em Curitiba!
Quem, antes do 10. de maio do corrente ano,
poderia ter acreditado em um só momento na
possibilidade duma semelhante demonstração?
E, no entanto, temos a nossa primeira greve."
(grifo nosso)*

A greve dos sapateiros, deflagrada em 10. de julho de 1906, logo após a realização do I COB e 15 dias antes de ser criada a Federação Operária Paranaense (FOP)⁸³, causou espanto à sociedade curitibana, habituada com a subserviência dos trabalhadores. Essa admiração, porém, acreditamos ter sido fruto de uma interpretação errônea, dada aos acontecimentos anteriores que apontavam nessa direção. Senão vejamos

1o.) As três primeiras greves, já citadas, foram subestimadas. Já não eram indicadores de que o operariado principiava a se mobilizar e a lutar por seus direitos?

2o.) Desde 1895, ex-integrantes da Colônia Cecília exerciam intensa atividade, em Curitiba; e, em 1892 e 1893, já haviam sido editados periódicos com claro propósito doutrinário. Estes não se constituíam em indicadores de que o horizonte social do trabalhador paranaense estava se ampliando e possibilitando outras leituras das relações trabalhistas?

3o.) Em 15 de abril de 1906, foi fundada a Federação Operária Paranaense (FOP), nos salões da Sociedade

⁸³ OS FRANCESES em Curitiba. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, v.16, n.84, julho 1989.

NOTA - Não conseguimos localizar os Estatutos da FOP.

Garibaldi, indicando o claro propósito de uma ação conjunta por parte dos trabalhadores;

4o.) Em maio de 1906, pela primeira vez, o Dia do Trabalho foi festejado publicamente, em Curitiba. A Federação Operária participou ativamente na organização, e as festividades mantiveram-se dentro dos limites considerados adequados à ordem social. Segundo relato do Diário da Tarde ⁸⁴, as festividades iniciaram às 15 horas, com um desfile, e encerraram-se às 18 horas, com uma "grande reunião cívica", no Teatro Guaíra, onde se manifestaram vários oradores, e bandas do 1o. Batalhão de Engenharia e do 6o. de Artilharia apresentaram-se com o melhor do seu repertório.

Cardoso & Araújo, ao descreverem a comemoração do 1o. de maio de 1906, não fazem alusão às atividades ocorridas na Sociedade Garibaldi. Já Ribeiro ⁸⁵ afirma que foi discreta a participação dos trabalhadores nas comemorações havidas na Sociedade Garibaldi que constaram de discursos proferidos por Carlos Torti, futuro presidente da FOP e Lopes Neto, representante da Federação Espírita e da Liga dos Sapateiros, entre outros.

Foi nesse ambiente, cujo universo social possuía indicadores para tanto, que a Greve dos Sapateiros ⁸⁶ eclodiu. E

⁸⁴ DIÁRIO DA TARDE, 2 maio 1906.

⁸⁵ RIBEIRO, op. cit., p.158, nota 39.

⁸⁶ Para maiores detalhes sobre esta greve, vide HASUI, Marta; SEGA, Rafael Augustus. O papel político dos sapateiros 1890/1907. Curitiba, 1992. Universidade Federal do Paraná. Monografia.

a surpresa do articulista do Diário da Tarde, realmente só podia advir da recusa em ler aquilo que estava sob seus olhos e, mais ainda, em relacionar o que estava sucedendo, em Curitiba, com a movimentação operária, em São Paulo e Rio de Janeiro o qual já havia sediado o I Congresso Operário Brasileiro.

O motivo da greve dos sapateiros foi a reivindicação de aumento das diárias, na ordem de 25%.

Embora o movimento tenha sido vitorioso, colocou a nu algumas articulações, que deixavam claro ter sido manipulado pelo proprietário de uma das grandes sapatarias da capital que pretendia com isso levar seus concorrentes à falência, para poder dar conta de uma grande encomenda que recebera por parte do exército e da Estrada de Ferro.

A Grande Imprensa denunciou a articulação do empresário, e o movimento grevista foi invadido por dissensões internas.

Ribeiro ⁸⁷ é cauteloso, ao abordar a questão, afirmando que "esse acontecimento - boato ou não - serviu para acirrar as divergências no movimento." (grifo nosso)

Houve acusações contra operários que não queriam aderir; de patrões, a respeito da manipulação da greve com o interesse de agitar a cidade; contra a Liga dos Sapateiros, alegando-se uso de violência, em relação aos operários.

⁸⁷ RIBEIRO, op. cit., p.160.

Após 20 dias de greve, duas das maiores fábricas, R. HATSBACH & COMP. e MUGGIATTI & IRMÃO, continuavam com a recusa de conceder aumentos. Esgotada, a Comissão Operária optou por recomendar um boicote às duas casas.

Ribeiro ⁸⁸ afirma que a greve de 1906 merece destaque, não somente pelo

"fato de ter sido a primeira grande manifestação operária em Curitiba. Sua importância deveu-se, também, ao fato de ter se constituído em um momento importante no estudo da dinâmica do movimento operário e da própria relação de classes." (grifo nosso)

O autor destaca alguns elementos que merecem aprofundamento, em sua análise. Entre eles, o da relação massa-vanguarda, em que não entrevê a hegemonia de nenhuma corrente de pensamento. Antes, considera que havia um ecletismo: anarquistas e positivistas, igualmente livres-pensadores e anticlericais, sendo os últimos ainda espíritas, elaboravam um discurso heterogêneo, eclético, onde as contradições se mesclavam e não possibilitavam um direcionamento coerente dos trabalhadores.

Por outro lado, a classe operária estava incipiente no processo de construção de uma consciência crítica. Vivendo num universo onde as relações patrão-empregado não estavam configuradas como claramente opostas, dada a estrutura de trabalho ainda bastante artesanal - como no caso dos

⁸⁸ Ibid., p.155.

sapateiros, por exemplo -, tinha dificuldade em estabelecer o confronto e mantê-lo, para sair enriquecida do processo.

Essa realidade é corroborada por Carlos Torti, anarquista egresso da Colônia Cecília que militou, em Curitiba e Ponta Grossa, onde faleceu, em 31 de janeiro de 1908 ⁸⁹.

Escrevendo uma carta ao jornal A Terra Livre ⁹⁰, em 1907, Torti fez uma análise do anarquismo no Paraná:

"Venho pela primeira vez ocupar um pouco de espaço (...) afim de vos falar do movimento libertário e associativo neste Estado.

Temos aqui talvez cerca de oitenta camaradas, mas, em verdade, pouco activos. Há uns 30 mezes que me encontro em Curityba, e nada vi que me demonstrasse o seu interesse pela propaganda contínua e popular. O jornal 'O Despertar' teve um pouco de vida e desapareceu logo por falta de meios. Constituiu-se depois um grupo filodramatico, que deu 4 espetaculos e pouco depois morreu da mesma doença. Depois o silêncio, o abandono de todas as oportunidades e a inacção. Portanto, quanto ao Paraná, podem os governantes, politiqueros, clericais e patrões dormir tranquilos: os instrumentos de repressão vão enferrujar-se ... Os libertarios do Paraná não cauzam inquietações, nem serão colhidos em flagrante delito de leza-majestade burgueza...

Falemos do movimento operario. A principio foram feitas varias tentativas baldadas para fundar sociedades de rezistencia: davam sempre em associações de beneficencia. Formou-se por fim a 'Federação' Operaria Paranaense, que começou com mais de 400 sócios; mas quando se soube que o presidente e o secretario eram um

⁸⁹ A TERRA LIVRE, Rio de Janeiro, v.2, n.59, abr. 1908.

⁹⁰ Idem, n.46, set. 1907.

anarquista e outro anticlerical *, foi uma debandada ... A existência dum 'presidente' nesta sociedade chamada 'federação' explica-se pelo facto de ter querido a pequena minoria, que se esforçava por mostrar a inutilidade dessa função a uma maioria obstinada e mal preparada por uma propaganda prévia, evitar que tudo ficasse gorado se persistisse a sua intransijencia. Esperava essa minoria vencer com o tempo.

O presidente e o secretario, afinal, não fizeram mais do que mostrar iniciativa, como na greve dos sapateiros, dos quais apenas 40 e tantos estavam agrupados em sociedade de socorros mutuos, não tendo outra organização. A greve foi dezejada por um astuto patrão que pagava menos que os outros e precisava de oficiais e cujos operarios abandonaram o trabalho, de boa fé, pedindo um aumento de 25%. Os grevistas apelaram para a solidariedade da classe, que aderiu ao movimento, mas que, numa assembleia de 300 operarios nada concluiu ... Foi o presidente que, com um pouco de tática e de energia, contribuiu para manter a resistencia durante 15 dias, após os quais veio a vitoria.

Apezar disto, esta classe não ajudou a Federação e abandonou-se ao 'dolce farniente'...

Realizou-se depois em Curitiba um congresso operario em que tomaram parte a Federação, a liga dos sapateiros, a associação de Ponta Grossa e 12 sociedades beneficentes. O Congresso durou trez dias discutindo 5 temas por dia, com muito entusiasmo e concorrência, mas as actas das sessões ficaram letra morta. Um pobre diabo, delegado da associação de Ponta Grossa, ao dar ali conta da sua missão, disse que o presidente, o secretario e alguns outros secretarios eram inimigos da patria, do clero, do exercito, etc. e muitos socios ficaram aterrados.

* Presidente Carlos Torti, líder dos sapateiros.

Vice-presidente Mauricio Francfort, agente consular da França tendo sido, lá, socialista militante. Foi um dos inspiradores da Federação Operária Paranaense. Devido a esta atitude, seus negócios comerciais sofreram boicote o que o obrigou a pedir concordata. Pretenderam recambiá-lo á França em 1913, quando o Congresso Nacional votou lei autorizando o repatriamento de líderes operários. Salvou-o a amizade com David Carneiro, líder empresarial. In: Op. cit., nota 39.

A fim de associar os operarios alemães, que são aqui muito numerosos, fizeram-se manifestos na sua lingua e arranjou-se um orador da sua nacionalidade, mas tudo em vão. O mesmo se fez com os polacos, sendo identico o resultado. Os nacionais são indiferentes e os italianos procuram juntar dinheiro ... a burguezia pode dormir e dizer em paz, explorando à sua vontade.

Ainda ultimamente, a Federação distribuiu grandes manifestos entre os operarios para lhes comunicar o movimento que se realizava em São Paulo pelas 8 horas; mas a indiferença e a resignação continuaram.

A classe tipografica, por ezemplo, que deveria marchar na vanguarda é das mais atrasadas (apesar do baixo salario) os tipógrafos são surdos a todos os apelos à união e à acção.

... Temos aqui 8 a 10 'enjenhos de erva mate', que são verdadeiros ergástulos antihiigiênicos, onde o trabalho bestial é pior que nas minas. Pois os operarios que o ezeutam ganham 3 \$ por dia: têm um aspecto lastimável, doentio... Não se revoltam, contentando-se com a sua sociedade beneficente, apesar de todos os apêlos. Os padeiros, obrigados a fazer o pão de noite e a vendê-lo de dia, têm também a sua associação de beneficência ... E assim por diante.

Nas oficinas ferroviárias trabalham algumas centenas de operarios, em condições detestaveis, humilhando-se a todas as imposições, curvando-se diante dos chefes, com terror às multas e outros castigos, aos quais só falta o chicote.

Diante desta situação, os libertarios fecham os olhos e cruzam os braços. Entretanto, a imprensa burgueza rosna de vez em quando que ha profissionais da greve e dezejaria a aplicação de leis que, em bõa vontade, os anarquistas estão aqui bem longe de infringir, mesmo interpretando-as do modo mais policialesco.

Só de vez em quando o camarada Damiani toma a palavra nas colunas dos jornais burguezes; mas essas polémicas e críticas custam os olhos da cara.

24-7-907

Carlos Torti."

Esta carta de Torti tem especial relevância, por nela transparecer a visão de alguém da vanguarda, a respeito dos trabalhadores curitibanos.

Suas palavras transmitem a decepção pela pouca penetração do Ideário Anarquista, assim como denotam a dificuldade que Torti possuía para compreender e aceitar a realidade do trabalhador curitibano, principiando a elaborar uma consciência crítica. Para Torti, militante com ampla experiência europeia, o trabalhador paranaense, que engatinhava no Movimento Operário, parecia extremamente ingênuo, acomodado, atemorizado. Ele foi incapaz de apreender estas características, como inerentes ao estágio do processo histórico da sociedade paranaense, cujos trabalhadores necessitavam de amadurecimento para poderem se organizar e agir de maneira coerente com o ideário que lhes dava sustentação.

Neste momento histórico, apesar das considerações de Ribeiro e de Torti, tudo leva a crer que o anarquismo tinha predominância, dadas as características organizacionais dos operários.

Por outro lado, parece-nos haver um exagero por parte de Torti, ao dizer que os libertários nada faziam. Entre 1892 e 1907, data da carta, foram editados 10 títulos de periódicos anarquistas que procuravam doutrinar os operários, fundadas 18 associações operárias, inclusive a própria Federação

Operária Paranaense, realizadas 4 greves e levado a efeito o I Congresso Operário Paranaense.

E evidente que a penetração do Ideário Anarquista entre os trabalhadores curitibanos deve ter sido lenta e difícil. Em Curitiba, como no resto do País, o trabalhador nacional estava começando a desenvolver o processo de conscientização, e o imigrante paranaense, ao contrário daquele localizado na cidade de São Paulo, era, na sua maioria, conservador e imbuído de um profundo sentimento de propriedade.

O processo de industrialização, em Curitiba, embora se caracterizasse, como nos outros centros urbanos, pela exploração de mão-de-obra, com longas e mal remuneradas jornadas de trabalho, tinha também algo peculiar: suas indústrias, na grande maioria, eram pequenas, com uma produção artesanal e nelas operário e patrão estabeleciam relacionamento pessoal e não estritamente profissional, o que dificultava o conflito.

Neste caso, como bem explicita Ribeiro ⁹¹:

"exigir desses operários - artesãos 'uma consciência de classe', era mais do que nunca uma exigência externa ao seu fazer histórico."

Entendamos, portanto, o Movimento Operário Curitibano, enquanto influenciado pelo anarquismo, com a configuração que lhe era possível. Não queiramos compará-lo com o Movimento Operário de São Paulo ou Rio de Janeiro, porque suas

⁹¹ RIBEIRO, op. cit., p.157, nota 39.

condições eram outras, totalmente diversas e com uma possibilidade de magnitude muito menos expressiva.

No entanto, apesar de todas as limitações estabelecidas e inerentes às características da cidade, o fato é que julgamos que a presença do anarquismo, em Curitiba, e sua influência no Movimento Operário curitibano são inegáveis.

Recusamo-nos a quantificar esta influência, por acreditar que a apreensão da mesma deve ser recapturada em evidências, às vezes, tênues; outras, mais explícitas; algumas vezes, quase inaudíveis; outras, vibrantes.

Os anarquistas curitibanos participaram da construção do Movimento Operário em uma sociedade conservadora e reacionária, profundamente influenciada pelo clero e imbuída do sentimento de propriedade. Nesta sociedade, tiveram que expor uma outra visão de mundo onde propriedade, clero, hierarquia, casamento e resignação não tinham razão de ser. Pregavam o conflito, a revolução, a liberdade, a construção de uma nova ordem social.

Contaram nesta sua luta

1o.) com rivais incontestes: a Igreja e o Estado;

2o.) com aliados parciais: aqueles com os quais possuíam identidade em um ou outro aspecto: socialistas, espíritas e maçons. Com os primeiros comungavam a crença na Revolução Social e, com os outros, o anticlericalismo e a valorização da Razão, no processo de construção do conhecimento.

Tanto isto é verdade que, em 1909, a revista editada pela maçonaria do Paraná assim pronunciava

"Gigi Damiani, intimerato e sereno companheiro, leal e incorruptível, fino observador dos homens e das causas, transferio sua residencia de Ponta Grossa para São Paulo, deixando impreenchivel logar nas fileiras do livre-pensamento no Paraná. De São Paulo, enviou-nos La Battaglia..." ⁹²

Outra evidência desta identificação de propósitos é José Lopes Netto que, em 1906, era simultaneamente Presidente da Federação Espírita e da Liga dos Sapateiros; e 3o.) com interlocutores que se dividiam em apáticos, receptivos e hostis: os trabalhadores.

Hostilidade esta que, em 1906, transparecia em uma nota publicada no Diário da Tarde, que denominava os anarquistas de

"indivíduos alucinados que não sabendo gerir a própria vida (...) viraram-se contra a ordem social (e) procuram ganhar adeptos para servir-lhe de instrumentos..." ⁹³

A nota está assinada vagamente Operários Brasileiros. Serão mesmo operários os seus autores?

De qualquer forma, a estocada atingiu o alvo, porque Gigi Damiani ⁹⁴ se preocupou em publicar um artigo no

⁹² RAMO DE ACACIA - ORGÃO DA MAÇONARIA DO PARANÁ, Curitiba, v.2, n.3/4, jan./fev. 1909.

⁹³ A REPUBLICA, 13 nov. 1906.

⁹⁴ DAMIANI, Gigi. Os empreiteiros da colônia. Diário da Tarde, 14 nov. 1906.

Diário da Tarde, respondendo às acusações e dizendo que os anarquistas não pretendiam

"servir de gato-morto aos rancorosos inimigos pessoais (nem permitir que se fizessem) apreciações errôneas dos princípios que orgulham-se de professar."

Apesar das dificuldades impostas pelo meio, a movimentação dos trabalhadores continuou e, entre 15 e 17 de abril de 1907, teve lugar o I Congresso Estadual do qual participaram como representantes ⁹⁵: Carlos Torti e Lopes Neto, pela Federação Operária Paranaense; Domingos Velloso e Alfredo Neves, pela Sociedade dos Padeiros; Ferdinando Patituci e Vitório Foggiatto, pela Liga dos Sapateiros; Luiz Merlin e José Avi, pela União dos Alfaiates; Carlos Schntmay e Carlos João Mayer, pela União Gráfica; Gigi Damiani e Ricardo Costa Júnior, pelo Club Operário de Paranaguá; Frederico Nogueira e Rodolfo Sellner, pela Sociedade Operária de Morretes; Arnaldo Mazza e Manoel de Paula, pela Liga Operária Pontagrossense; Thiago Peixoto, pela Liga Operária de Antonina; Francesco Bittencourt e Miguel Ferreira, pela Sociedade Protetora dos Operários e Manoel Castro e Antonio Carvalho, pela Sociedade Beneficente Internacional Agua Verde.

O resultado deste congresso, como vimos, foi relatado na carta escrita por Carlos Torti. Tudo indica que grande foi o entusiasmo nas discussões; parcos, os resultados

⁹⁵ DIÁRIO DA TARDE, 16 abr. 1907 e A NOTICIA, 18 maio 1907. apud RIBEIRO, op. cit., p. 239.

efetivos; e intensa, a rejeição em relação aqueles que se posicionavam contra os poderes instituídos. Torti descreve a reação de alguns sócios: "ficaram aterrados", e Rodrigues ⁹⁶ afirma que houve a debandada de 30% dos filiados da Federação Paranaense *, ao tomarem conhecimento do fato.

A Federação Operária parece ter sentido duramente o golpe, porque, em abril de 1908, já se achava extinta.

Entre 1908, ano de dissolução da Federação Operária, e 1917, quando eclodiu a Greve Geral em Curitiba, houve poucas mobilizações operárias, sem muita repercussão.

⁹⁶ RODRIGUES, op. cit., p.223, nota 35.

* Oforme Ata da Federação Operária Paranaense estavam filiadas, em 1907, as seguintes pessoas: Antonio Reis, Alberto Potier, Antonio Schiavoni (Noni), Antonio Mattoso Xavier Sobrinho, Angelo Bandeira, Antonio Sanson, Alfredo Bahr, Alexandro Rosetti, Argilles Eugenio Gremier, Antonio Bianchi, Arthur Cesário da Selva, Angelo Belli, Antonio Robert, Antonio Lazarotto, Antonio Plant Jr., Antre Legat, Angelo Sanson, Ambrosino L. da (Silva) Santos, Augusto Kreitter, Antonio Carvalho, Augusto Bahr, Antonio Paça, Antonio Pertonsini, Achilles Mion, Alfredo Nascimento, Alberto Galier, Alexandro Moreira, Leonisio Schmal, Durival Mattoso, Humberto Zanoto, Hermenegildo Cable, Henrique Suriam, Herculano da Cruz, Henrique da Costa, Hermenegildo Marcon, Henrique José de Oliveira (Sic), Henrique Lender, Humberto da Souza Atahito, Humberto Custodio da Costa, Humberto Carassai, Honorio Bruno, Ignácio Franco, Luiz Zanotto, Luiz P. Tollo, Leão Nicolau, Luiz Bertolini, Luiz Kaufman, Luiz Roberto, Luiz Bonasolli, Luiz Ronninni, Luiz Nezio, Luiz Scarmancin, Luiz Merlin, Luiz Vilarios, Luiz Mario Souza, Luiz Rozzeta, Leopadio Correia, Lucinio Peretti, Luiz José, Luiz da Bonna, Luiz Catelan, Luiz Damiani, Lagario José, Luiz Riffa, Manoel Carpente, Melano Carlos, Manuel Alves Veiga, Manuel Mother, Manoel Antonio Costa, Maximiliano Dalcomone, Manuel Correia R., Marco Faber, Manuel Fernandez, Manuel Pedro Vaz, Mauricio Thé, Marcario Ferreira dos Santos, Manuel Rosa Machado, Miguel Luiz do Nascimento, Martins Lopes, Manuel Pereira dos Santos, Manuel Virgilio da Silva, Manuel Nogueira, Otilio Schultz, Otto Kirchner, Primo Zenido da Bonna (?), Paulo Rique, Pedro da Lima, Pedro Ferdonsene, Pedro Alves Ferreira, Pedro dos Santos, Pedro Janisset, Paulino Martins, Pedro Cordeiro, Pedro Bonamim, Pedro Camillo Menttes, Pedro Carolosta, Plinio Colilim, Pedro Monastier, Procopio Camargo, Pedro Teixeira, Ricardo Costa Jr., Raphael Marcon, Raimundo Hereira (?), Rufino de Oliveira, Remigio Lanzoni, Romulo Contin, Ricardo J. Marconcini, Sebastião Meneghetti, Santo Bozi, Santo Molinari, Sergio Rezetti, Segundo Vagnino, Theophilio J. Braz, Tertuliano Brito, Theophilio Macalesky, Thulippa Drissen, Vicente Vercese, Vadeslau Gabossky, Vidalliano Bolinsina, Valon de Mello, Victorio Padescini, Villy Tosner (?), Victorio Bollotho, Vicente Felipeta, Valon de M. E. Silva, Voler Bonat, Vitorino Rodrigues, Vanzelino Rodrigues, Venancio da Rosa. (Este é um dado inédito cedido por Elton L. Barz, pesquisador da Casa da Memória. Segundo o informante, o estado do material pesquisado estava bastante precário, daí a dificuldade de identificar alguns nomes que, por isto, estão assinalados com um ponto de interrogação.)

Parece ter havido um arrefecimento da atuação anarquista; devido, talvez, ao golpe sofrido com a dissolução da Federação Operária.

Em 1909, ocorreu uma manifestação operária sem reivindicações específicas.

Em 1910, os alfaiates obtiveram vitória parcial, após uma greve na qual reivindicavam redução das horas de serviço e aumento salarial. Em 1913, tipógrafos, por melhores condições de trabalho; leiteiros, lutando por um novo regulamento, e motoristas da South Brazilian Raylway, solicitando aumento salarial, também empreenderam greves que foram, provavelmente, esvaziadas. Os trabalhadores cederam às pressões exercidas, submetendo-se aos ditames do capital.

Lembre-mos, ainda, que, em 1907, foi sancionado o Decreto 1641 - Lei Adolfo Gordo - que permitia expulsar os estrangeiros que comprometessem a segurança do País, ou a tranquilidade pública, o que pode ter resultado em intimidação para os militantes.

Ribeiro ⁹⁷ entrevê nesse período, que vai de 1908 até a greve de 1917, o ascenso do socialismo entre os operários, tendo como bandeira a luta parlamentar, ao invés das greves parciais ou gerais, boicotes, atos de sabotagem e manifestações públicas ("meetings") como recomendavam as resoluções do I

⁹⁷ RIBEIRO, op. cit., p.240-53, nota 6.

Congresso Operário Brasileiro, onde as teses anarquistas foram vitoriosas.

O que, de maneira alguma, como faz questão de frisar, significou que os anarquistas se abstiveram de qualquer ação, ou que suas idéias haviam sido renegadas.

Entendemos que deve ter havido uma retirada dos anarquistas do foco central. Permaneceram atuando, doutrinando, compartilhando seus ideais, no entanto, cederam o primeiro plano para os socialistas, pelas injunções havidas no período.

Tanto que, em 1917, presenciámos o ressurgir de todas as formas de ação propostas pelos anarquistas, durante a Greve Geral, ocorrida em julho, na cidade de Curitiba, cujo ponto de partida foi um "meeting" na praça Tiradentes.

Em 1917, a situação econômica do Brasil estava péssima, em decorrência das más condições de vida geradas pela I Guerra Mundial. Havia falta de matéria prima para a produção e de compradores no mercado externo. Os gêneros alimentícios estavam com seus preços alterados. Havia desemprego e a carestia (inflação) corroía o poder aquisitivo, minando os poucos salários. Em Curitiba, a situação era a mesma do restante do Brasil: insatisfação e revolta eram sentimentos que se mesclavam alimentados pela miséria. E a tensão era maior ainda, devido ao antigermanismo que se acentuara em consequência da guerra e da solução dada pelo Governo Federal, no caso da disputa de limites com Santa Catarina - conhecida como Contestado -, que favoreceu o estado vizinho, onde a presença alemã era marcante.

Havia "meetings" freqüentes na praça Tiradentes, o que conotava o estado de espírito da população curitibana, no limiar da explosão.

Nas comemorações de 10. de Maio de 1917, destacaram-se Octavio Prado *, Bortolo Scarmagnan e Adolpho Silveira * que fizeram discursos. Houve uma passeata que terminou na Sociedade Protetora dos Bolseiros onde se decidiu a criação da Federação Operária de Resistência **.

Em 9 de julho, os operários de São Paulo deflagraram a greve, noticiada, em 14/julho/1917, pelo Diário da Tarde que transcreveu a pauta de reivindicações em que constava: respeito à liberdade de associação dos operários; aumento salarial, variando de 25% a 35%; jornada de 8 horas e folga aos sábados - semana inglesa -; abolição do trabalho para os menores de 14 anos e suspensão do trabalho noturno para homens e mulheres de 14 a 18 anos; pagamento de salário até 5 dias, a partir do vencimento; medidas para fiscalização dos gêneros alimentícios e abolição de multas e de contribuição pró-pátria.

No dia 16 de julho, o mesmo jornal noticia a adesão dos cariocas.

No dia 18 de julho de 1917, os operários curitibanos declararam greve em solidariedade aos companheiros

* Redatores do periódico anarquista A Terra Livre.

** Ibid., p.169.

de São Paulo, convocaram um "meeting" e fizeram exigências semelhantes às dos operários paulistas.

No dia seguinte, percorreram a cidade, concitando os companheiros a aderirem à greve. O grupo cresceu cada vez mais, conforme as adesões foram ocorrendo, o que levou a guarda civil a fazer policiamento para manter a ordem ⁹⁹.

No dia 20 de julho de 1917, o articulador do Diário demonstrava surpresa com a evolução dos acontecimentos:

"Em um dia a greve cresceu assustadoramente devido às adesões, intensificando a greve e generalizando a paralisação do trabalho. A desordem começou pelas ruas da cidade havendo, inclusive, tiroteio. Apesar da intensificação dos trabalhos da polícia não foi possível evitar vários acidentes. Os operários invadiram a usina elétrica fazendo com que o fornecimento à cidade fosse cortado." ¹⁰⁰

No dia 21 de julho, os ânimos principiaram a se acalmar, esperando a reação dos industriais que, através do Chefe de Polícia, tomaram contato com as reivindicações dos operários ¹⁰¹.

Ainda no dia 21, a maçonaria reuniu-se, propôs um acordo com os operários, visando ao término da greve e marcou uma reunião para o dia seguinte.

⁹⁹ DIÁRIO DA TARDE, p.1, 19 jul. 1917.

¹⁰⁰ Ibid., p.1, 20 jul. 1917.

¹⁰¹ Ibid., p.1, 21 jul. 1917.

No dia 22, reuniram-se os líderes do movimento grevista com os representantes da maçonaria. Três mil operários aguardavam o resultado da confabulação.

Os maçons propuseram que as reclamações dos operários fossem divididas por categorias e solicitaram a volta à tranquilidade. Os líderes responderam que os sindicatos já estavam sendo formados e que os operários agiriam respeitando a ordem.

Isso não sucedeu. A liderança perdeu o controle sobre os trabalhadores e, ao findar a reunião, já à noite, a massa dividiu-se em grupos e promoveu as mais violentas manifestações deste movimento grevista.

Os operários fizeram piquetes, derrubaram postes telefônicos, arrancaram pontes, arremessaram bombas, impediram o abastecimento de água, pão, leite, verduras e demais gêneros alimentícios.

Ao amanhecer do dia 23, conhecidos os resultados das ações da noite anterior, a polícia agiu severamente para reprimir a greve:

"Presos os perturbadores da ordem, os operários honestos voltaram ao trabalho, livrando a cidade da anarquia que os agitadores pretenderam criar." ¹⁰²

Da greve de 1917, participaram, em Curitiba, operários de maneira geral, ferroviários empregados da Usina de

¹⁰² Ibid., p.1, 23 jul. 1917.

Luz da Cidade, operários da Fábrica de Cerveja Atlântica, da Fábrica de Pregos Santiago e de Fósforos Hurlleman, tipógrafos, telefonistas, padeiros, boleiros e ferroviários.

Esse movimento colocou em evidência que os trabalhadores curitibanos não eram mais tímidos, medrosos: haviam desencadeado um processo conflituoso e mantiveram-no, fazendo com que a sociedade se mobilizasse e procurasse vias de entendimento.

Embora alguns militantes tenham se destacado, por ocasião das negociações, e assumido a liderança, a partir de um determinado momento, a eclosão grevista parece ter contido elementos de espontaneidade, com características insurrecionais. Contestação intensa e extensa à miséria, à carestia, à injustiça social, sem planos previamente definidos. O que conota que a greve de 1917 estava em consonância com o Ideário Anarquista que propugnava reações populares, sem a condução de líderes. Reações que adviriam de consciências que, tendo se tornado críticas, agiriam em função de seus interesses e não se submeteriam mais aos desmandos do capital.

Os indivíduos que representaram os operários nas negociações acabaram sendo presos e deportados. Foram eles Octavio Prado, Caetano Grossi e Bortolo Scarmagnan.

Passada a greve, como afirma Ribeiro ¹⁰³, recorrendo a artigos da Grande Imprensa, começaram as reflexões.

¹⁰³ RIBEIRO, op. cit., p.176-7.

Se, por um lado, se reconhecia o direito de contestação do operariado - Perguntamos, então, a questão social adquiria foros existenciais? -; por outro, recriminava-se a via utilizada para essa contestação, como se a violência não fizesse parte do conflito. A causa era reconhecida como justa, mas a atitude para colocá-la em discussão deveria ser digna - Ainda uma vez, perguntamos: qual era essa atitude digna? A via parlamentar? As negociações com os patrões que, até aí, haviam se mostrado infrutíferas? A delegação do controle das reivindicações e ações para as organizações operárias? -.

A Grande Imprensa ¹⁰⁴, evidenciando reconhecer a presença do Ideário Anárquico no Movimento Operário Curitibano, acusava os anarquistas de terem virado

"a cabeça do nosso operário sempre cordato e calmo, obtendo as suas pretensões, quando justas, pelos meios pacíficos. E bom de ver o mal que produzem em cérebros pequenos e faltos de qualquer ilustração, essas idéias subversivas, pregadas por um rebotalho de anarquistas, gente vagabunda que para aqui veio expulsa de outros centros."
(grifos nossos)

Este artigo denota e conota elementos importantes para a compreensão de como o imaginário burguês curitibano configurava o trabalhador nacional, assim como entrevia a influência do anarquismo no meio operário.

Em primeiro lugar, a visão de um trabalhador pacífico, sem iniciativa, ignorante e desprovido de capacidade

¹⁰⁴ DIÁRIO DA TARDE, 21 jul. 1917.

para compreender. Esse trabalhador de "cêrebro pequeno" era presa fácil do anarquismo, este, sim, pregado por pessoas cultas, porém refugos europeus.

Transparece neste artigo uma intensa carga preconceituosa, característica daquela época: a desqualificação do trabalhador nacional, sua permeabilidade às idéias novas, porque incapaz de perceber a perniciosidade delas e a visão do anarquista, como um indivíduo portador da síndrome de Atila: alguém pronto a destruir com línguas de fogo a pacífica e ordeira sociedade curitibana.

Ora, essa visão que legitimava a ordem existente não atentava para o detalhe que o trabalhador curitibano estava percebendo com criticidade as injustiças sociais a que estava submetido e não se prestava mais a ficar calado, a não ser sob coerção policial; que estava adquirindo iniciativa própria para desencadear movimentos, independentemente da orientação de lideranças; que, enfim, estava construindo uma consciência crítico-social, em que o eu passava a ceder lugar para o nós.

A greve de 1917 ¹⁰⁵, em Curitiba, parece-nos ter possuído as mesmas características daquelas ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, a evidente comprovação da influência anarquista no Movimento Operário.

¹⁰⁵ Para maiores detalhes a respeito deste assunto vide:

GALEB, Maurício; FONSECA, Ricardo Marcelo. A greve de 1917 em Curitiba: resgate de uma memória operária. Curitiba, 1990. Universidade Federal do Paraná. Monografia.

Após essas manifestações de caráter nacional, por terem ocorrido em quase todas as capitais do País, a repressão às organizações operárias cresceu de magnitude: militantes anarquistas foram presos e deportados. Além disto, o Brasil declarou guerra à Alemanha, o que suscitou uma onda de exaltação patriótica, e, a coroar todas essas ocorrências, a vitoriosa Revolução Russa tornou-se um fantasma a assombrar os governantes e os setores conservadores da sociedade.

O Estado Burguês, pressionado, passou a interferir nas relações entre capital e trabalho e a elaborar uma legislação regulamentadora, a partir de 1919. Passou também, em conluio com o empresariado, a controlar o "modus vivendi" dos trabalhadores, impondo-lhes normas de conduta, organizando as cidades de maneira a afastá-los do centro, relegando-os à periferia e punindo aqueles que se afastavam dos padrões de conduta, considerados adequados.

Curitiba não fugiu à norma, uma vez que seu Código de Posturas regulamentava todas as atividades desenvolvidas no espaço público e estabelecia as diretrizes do quadro urbano, dividindo a cidade em anéis concêntricos e determinando as características de urbanização de cada uma das zonas contidas nos anéis. Sendo que a exigência, em relação ao padrão das edificações, tornava-se menor, conforme se dirigia aos pontos distantes do centro o que configurava, evidentemente,

o propósito de concentrar os trabalhadores, justamente os mais pobres, nos bairros mais afastados ¹⁰⁶.

Em 1918, a situação nacional piorou ainda mais: houve uma onda de greves, no Rio de Janeiro, a gripe espanhola fez milhares de vítimas, e os anarquistas do Rio de Janeiro pretenderam colocar em prática um plano para tomar o poder.

Na visão do memorialista Everardo Dias ¹⁰⁷, a insurreição, no Rio de Janeiro, teve alguns elementos altamente motivadores: a demonstração de coesão e força dos trabalhadores, na greve de 1917; a agitação latente, na Argentina, Uruguai e Chile, colocando em evidência a possibilidade da tomada do poder pelo proletariado e, evidentemente, a Revolução Russa que havia demonstrado, na prática, a concretização dessa possibilidade. Relativiza, no entanto, a liderança do anarquismo, julgando que o entusiasmo contagiou líderes "sindicalistas, anarquistas, socialistas e grupos de democratas descontentes com a situação do país". A pretensão era que, encabeçada pelo Rio de Janeiro e apoiada por São Paulo, a revolta se expandisse para os estados onde os trabalhadores estivessem organizados.

Já Addor ¹⁰⁸ que escreveu uma tese sobre esse tema e analisou detalhadamente os autores que se debruçaram sobre os acontecimentos de novembro de 1918, no Rio de Janeiro,

¹⁰⁶ BENKENDORF, Carlos Augusto. Embriaguez, desordem e controle social em Curitiba (1909-1912). Boletim do Departamento de História; série monografias 1, Curitiba, n.1, p.73-91, mar. 1989.

¹⁰⁷ DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962. p.87.

¹⁰⁸ ADDOR, Carlos Augusto. A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ênfatiza a liderança anarquista da insurreição, composta principalmente de brasileiros ¹⁰⁹, evidenciando com isto como

"eram falsas as alega es da polícia, do Governo, dos industriais e da imprensa burguesa, de que a insurrei o de novembro no Rio de Janeiro teria sido obra de anarquistas estrangeiros que influenciavam o operariado nacional, ingênuo, laborioso e ordeiro."

Na análise de Addor, que nos parece correta, as conseqüências da frustrada insurrei o redundaram em repressão mais intensa ainda ao Movimento Operário. Mas, por outro lado, ela teve o mérito de colocar a questão social na ordem do dia o que levou o poder público a se interessar em discutir a questão operária e produzir uma legisla o social que regulasse as rela es entre capital e trabalho, o que se dá, justamente a partir de 1918, quando se intensificam as discussões de um projeto do Código de Trabalho ¹¹⁰.

Curitiba, a exemplo de São Paulo, parece ter sofrido uma profunda repressão, após 1917, e um arrefecimento do entusiasmo contestador, de vez que, apesar do ambiente, no Rio de Janeiro, estar em ebuli o, não foi registrada nenhuma greve na capital paranaense.

¹⁰⁹ Ibid., p.175. O autor afirma que dos 14 indivíduos acusados do crime de atentado dez eram brasileiros, 3 portugueses e 1 espanhol. Foram eles Líder: José Rodrigues Leite e D tica. Co-autores: Agripino Nazaré, Alvaro Palmeira, Ricardo Corrêa Perpétua, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Busto.

¹¹⁰ Ibid., p.177.

Em 1919, recrudesce o fervor contestatório, reivindicativo e conflituoso dos trabalhadores brasileiros. Teve lugar outra greve geral: em julho de 1919, Porto Alegre, Recife, Salvador e Niterói foram sacudidas por greves. Em outubro, foi a vez de São Paulo. A polícia reagiu fechando o jornal A Plebe.

Gigi Daminani, Silvano Antonelli e Alessandro Zanelli ¹¹¹, do corpo de redação, foram expulsos. No decorrer do ano, houve a deportação de cerca de cem militantes operários.

No ano de 1919, em Curitiba, segundo Cardoso & Araújo ¹¹², ocorreram três greves vitoriosas: a dos ferroviários e a dos operários da Fábrica de Fósforos Pinheiro que foram atendidos em suas reivindicações de aumento salarial e redução das horas de trabalho; e a do Sindicato de Força e Luz.

Ribeiro ¹¹³, no entanto, afirma que

"Durante o mês de outubro de 1919, quase todas as categorias profissionais entraram em greve";

mas faz questão de ressaltar que algumas destas greves nem chegaram a fazer parede, porque a União Operária do Paraná, fundada neste mesmo ano, tornou-se a mediadora entre patrões e empregados e pretendeu amenizar o conflito entre capital e trabalho, advogando métodos de ação que condenavam a greve, ou,

¹¹¹ FAUSTO, op. cit., p.239, nota 42.

¹¹² CARDOSO; ARAÚJO, op. cit., p.40, nota 75.

Nota - as autoras não indicam o motivo da greve do Sindicato de Força e Luz.

¹¹³ RIBEIRO, op. cit., p.212, nota 39.

quando esta fosse inevitável, a violência, a agressão à ordem estabelecida.

Chama a atenção a postura de Ribeiro, ao analisar as greves ocorridas em 1919, e a atuação da União Operária do Paraná (U.O.P.), principalmente quando confrontada com Cardoso. Enquanto esta afirma que a U.O.P. era dirigida por anarco-sindicalistas, Ribeiro faz questão de enfatizar que o discurso e a atuação da U.O.P. demonstravam uma "evidente descaracterização das bandeiras anarquistas".

Como Ribeiro finda a análise das greves curitibanas, em 1919, permanece uma lacuna que impossibilita acompanhar a seqüência da atuação da U.O.P. no ano subsequente à sua fundação.

Isso nos permite Cardoso ¹¹⁴ que, ao contrário, se detém em 1920, como se 1919 tivesse menos representatividade. Percebe-se, nos textos transcritos pela autora, tomando por base o Diário da Tarde que, em Janeiro de 1920, a União Operária liderou a organização e a resistência daqueles mesmos ferroviários que, em outubro do ano anterior, haviam recebido a promessa de que seus companheiros não seriam demitidos pela companhia. Não somente aconteceram as demissões, como, além disso, a companhia pretendeu se apropriar da Caixa de Socorro dos operários.

¹¹⁴ CARDOSO, Alcina de Lara. As greves e a questão social na primeira república. In: PARANA. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Biblioteca Pública do Paraná. História do Paraná. Curitiba, jul. 1986. p.103. (Idéias em Debate, 5)

Embora a comissão de greve, em 2 de janeiro, tivesse feito questão de frisar que a greve seria pacífica, o Diário da Tarde, já no dia seguinte, manifestava preocupação com ameaças de violência e crime.

Parece-nos que, enquanto as lideranças propugnavam uma determinada linha de conduta, os trabalhadores tinham plena consciência de que o conflito estava estabelecido e era necessária uma demonstração de força, para haver um outro encaminhamento das questões.

Houve adesão por parte de outras cidades: Ponta Grossa, Rio Negro. O movimento ganhou amplitude e estendeu-se a outras categorias.

Sucederam violência e danos materiais: duas pontes foram dinamitadas e trilhos da estrada de ferro arrancados.

Epitácio Pessoa, Presidente da República, informado dos acontecimentos, ordenou severa repressão: processar e punir os líderes nacionais e expulsar e deportar os líderes estrangeiros.

No dia 8 de janeiro, o Chefe de Polícia, frente às violências ocorridas, à imutabilidade da situação e com a cidade às escuras, resolveu tomar uma atitude drástica: fechar a União Operária do Paraná até o restabelecimento da normalidade; proibir reuniões de operários, com caráter subversivo; processar e punir os líderes grevistas.

No dia seguinte, a maioria dos operários voltou ao trabalho, a calma retornou à cidade, e o silêncio abateu-se sobre a imprensa que nada mais comentou a respeito da greve e do destino dado aos líderes.

Após esta explosão de 1920, que parece ter sido o estertor do Movimento Operário curitibano, enquanto influenciado pelas táticas de ação anarquistas, as greves praticamente cessaram.

Os acontecimentos relatados por Cardoso permitem-nos concluir que houve uma interpretação inadequada de Ribeiro, quanto à minimização das bandeiras anarquistas, como estandarte de luta dos trabalhadores curitibanos. Pois nesta fase, que abrange 1906-1920, foi criada, por iniciativa de militantes anarquistas a Federação Operária do Paraná e realizado o I Congresso Operário Estadual. Além disto, ocorreram inúmeras greves, inclusive a Greve Geral de 1917, e foram fundados 4 periódicos anarquistas e cerca de 20 associações de trabalhadores que se configuraram em ligas, uniões, sociedades beneficentes e de resistência, grupos filodramáticos, centros e federações, evidenciando que as formas de organização e luta apregoadas pelo anarquismo eram intensas, em Curitiba *, denotando, por outro lado, que a consciência política do operariado curitibano estava se desenvolvendo no sentido de se perceber, enquanto uma classe com interesses antagônicos aos da

* Vide Quadro no Anexo 1.

burguesia, cuja representação concreta no campo da luta era o empresariado, detentor do capital e explorador da força de trabalho.

A título de comparação, cremos que é interessante citar que, no período abrangido pelo nosso estudo 1890-1920, foram publicados 16 periódicos anarquistas, enquanto os socialistas editaram 7 jornais e que o Partido Operário do Paraná, fundado em 1890, teve inexpressiva participação na arena de lutas da política institucionalizada paranaense. Quase no final do período, foi fundado o Partido Socialista do Paraná - 1915 -, e o Centro Socialista do Paraná, 1917.

Pelo exposto, podemos afirmar que, em Curitiba, no período de 1890-1920, assim como no resto do País, foi grande a influência do anarquismo na conduta dos trabalhadores.

E evidente que o Estado não ficava de mãos atadas: frente aos ataques à ordem instituída e aos atentados materiais reagia com as armas que possuía; exilava, deportava, proibia, prendia, enfim vigiava e punia os trabalhadores.

Até os anos vinte deste século, a atuação dos anarquistas foi marcante, tanto em Curitiba, quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro, guardadas as devidas proporções, colaborando para que os trabalhadores forjassem uma consciência crítica e ampliassem seus horizontes sociais, passando a enxergar a sociedade com outros olhos.

Após 1920, a influência anarquista no Movimento Operário entrou em declínio, devido à forte ação policial que

impedia toda e qualquer atividade, à expulsão dos líderes e à ascensão do prestígio dos comunistas e do trabalhismo oficial. A fundação do Partido Comunista, em 1922, pode ser considerada marco definitivo no descenso da influência anarquista, no Movimento Operário, que passará a ter, a partir daí, a orientação do comunismo e do trabalhismo oficial, até 1930, quando Vargas inaugurará, definitivamente, a fase do sindicalismo pelego.

CONCLUSÃO

"... e os mortos quantos mortos
uma Rua inteirinha de mortos
a multidão das seis da tarde na Praça Tiradentes
só de mortos
ais e risos de mortos queridos
nas vozes do único sobrevivente duma cidade
fantasma
Curitiba é apenas um assobio com dois dedos na
língua
Curitiba foi não é mais"

(Dalton Trevisan)

O lido, o ouvido, o vivido e o refletido, durante o desenvolvimento deste trabalho, levaram-nos a valorizar dentre as propostas dos pensadores anarquistas analisados, Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, aquela que é comum a todos e que, justamente por isto, consiste no fulcro deste sistema de idéias - O privilegiamento de uma organização social, fundamentada na autonomia de grupos livremente constituídos que oferece a possibilidade de resgatar a volição e a capacidade decisória dos homens. E, ao mesmo tempo, denuncia a falácia da representação política institucionalizada que descredencia a participação social -. No cerne desta concepção, está a crença na liberdade de ser e de agir.

O resgate das idéias, das práticas e do imaginário social do Movimento Anarquista, no Paraná, recuperado através da análise que empreendemos, colocou em evidência a tensão entre o novo e o velho - o discurso e as ações estabelecidas pelos anarquistas versus o discurso e as práticas das elites burguesas curitibanas -.

Enquanto os anarquistas propunham uma nova ordem político-econômico-social que privilegiava o trabalhador como centro deste processo, a burguesia pretendia manter a situação vigente. Situação esta que dependia da continuidade da concentração do capital e da dominação da classe trabalhadora.

Para tanto, contava com todo um aparato institucional que lhe permitia o controle ideológico e repressivo dos movimentos sociais.

Apesar da hostilidade deste contexto, a presença anarquista encontrou, em Curitiba, um terreno fértil para semear seu ideário e proferir seu discurso, cujo eco produziu, nas classes trabalhadoras, expectativas que se transformaram em ações contestatórias.

O discurso anarquista que abarcou, sobretudo as categorias - organização política, econômica e da classe trabalhadora, educação, família, questão feminina e religião - emprestou ao cenário curitibano um sopro de vitalidade, entusiasmo, coragem e ousadia:

"Para os espíritos acanhados e deturpados pela adulterada interpretação que se dá às palavras, para os indivíduos envenenados pela malvadez de que revestiram a palavra 'revolta', o presente jornal aparecerá como um órgão sedicioso-político, tendente a levantar uma nova forma de governo ou a pretender autonomia política..."

*Para a burguesia, que vive sobressaltada (sic) com o crescimento das fileiras operárias, que vê em cada órgão libertário uma ameaça à sua prepotência, ao seu absolutismo, a 'A Revolta' aparecerá como um phantasma horrível a perturbar-lhe o doce enlevo em que vive sobre as alcatifas que não lhe deixa ver os trapos da miséria; para o Estado aparecerá como um ceifador de quarteis, de prisões e de tribunais; para a Religião aparecerá como um phantasma d'aquelles que supportaram a miséria e a degradação, confiantes nas imposturices de uma compensação futura..."*¹

¹ Editorial. A Revolta, Curitiba, v.1, n.1, 6 abr. 1917.

Através do questionamento e da crítica, sacudiu, de alguma forma, os alicerces de uma sociedade rigidamente erigida e mantida pela despolitização dos trabalhadores e pela subordinação ao clero.

Não há dúvida de que o anarquismo adquiriu, em nosso Estado, a configuração que era possível na sociedade daquela época: teve as limitações impostas pelo analfabetismo e pela falta de organização dos trabalhadores; assim como, pela intransigência, resistência e opressão das oligarquias locais.

No entanto, seus militantes não se acovardaram perante a imensa tarefa que se apresentava e desenvolveram um sem número de estratégias, visando à educação política dos trabalhadores curitibanos.

A recuperação do passado, colocando em destaque a contradição, demonstrou que, apesar do ufanismo de seus exaltadores, tanto o Paraná, quanto Curitiba, não eram ilhas repletas de paz e prosperidade, onde a Questão Social inexistia. Ao contrário, evidenciou que mentes fervilhavam em busca de novos caminhos, que tensões geravam conflitos e que os conflitos levaram a sociedade curitibana a se amedrontar e, sobretudo, a reconhecer que os trabalhadores constituíam sérios adversários e não contendores, sem significado expressivo.

Na imposição e no reconhecimento desta situação, o anarquismo exerceu um papel de inquestionável relevância.

Embora o acaso tenha possibilitado que uma experiência anarquista tivesse lugar no Paraná, foi, por livre

arbitrio, que, percebendo na capital paranaense condições propícias, um grupo de anarquistas passou a enunciar, em Curitiba, um discurso diverso daquele proferido pelas elites.

Denunciado e reconhecido o conflito entre capital e trabalho, um outro horizonte social abriu-se para os trabalhadores, e a luta, até então inexpressiva, intensificou-se, e estabeleceu-se o confronto:

*"Com o insucesso da ultima greve o operariado, longe de se sentir abatido e compreendendo que só pela falta de organização é que viu repellidos e escarnecidas as suas justas pretensões, mais forte e decidido se mostra para a luta em prol dos seus direitos..."*²

Apesar das limitações advindas de um meio acanhado, reacionário, conservador, delineou-se, em Curitiba, o mesmo processo ocorrido em São Paulo. O anarquismo de cunho proudhoniano assimilou, a partir de 1899, elementos do anarco-comunismo, como comprovam os periódicos anarquistas, editados em Curitiba; e, posteriormente, os do anarco-sindicalismo, após o I Congresso Operário Brasileiro, o que se manifestou nas formas de organização e ação do operário curitibano.

E evidente que tais tendências atuaram simultaneamente. O que houve foi a influência mais acentuada de cada uma delas, durante determinado período, por força do contexto e pelo resultado do embate das forças que se antepunham: o Estado Burguês organizava-se, fortalecia-se e reagia, assim

² "O Rebate" e o seu programma. Editorial. O Rebate, Curitiba, v.1, n.1, 18 ago. 1917.

também ocorria com os trabalhadores e vice-versa. O mutualismo, o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo, antes se somaram que se suprimiram, na orientação do Movimento Operário Curitibano.

Julgamos que os fatos expostos deixaram sobejamente evidenciada a falta de reconhecimento político da Questão Social, no Paraná, uma vez que deputados e vereadores, nem uma vez, a ela se referiram em seus discursos. A exemplo do restante do Brasil, também no Paraná, a ação dos trabalhadores e dos anarquistas era, perante os olhos vigilantes, discriminatórios e punitivos do Estado: uma questão de polícia e não de política.

Por mais que a punição e o preconceito tenham oprimido, rejeitado, minimizado e, praticamente, relegado ao esquecimento a atuação dos anarquistas, no Paraná; suas vozes, no entanto, foram fortes o suficiente para romperem o manto de silêncio que sobre a mesma se abateu.

Aos poucos, suas figuras foram renascendo, tomando cor e forma. Suas presenças, a princípio tão tênues, adquiriram contornos cada vez mais nítidos e impuseram sobre o silêncio o som de uma existência que primou pela coragem, pela ousadia e pelo sonho, sem nunca se deter diante daquilo que parecia impossível. Talvez, porque a acepção do impossível, não fizesse parte de seus imaginários.

B I B L I O G R A F I A

I - FONTES PRIMARIAS

a) Documentos

- . Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: 1890-1920.
- . Anais da Câmara Municipal de Curitiba: 1900-1920.
- . Estatuto e Histórico da Sociedade Operária Beneficiente Internacional da Agua Verde.
- . Estatuto della Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi. Curityba: Livraria Mundial, 1920.
- . Fotografias pertencentes a acervos particulares.
- . Relatórios apresentados à Assembléia Legislativa do Paraná, pelo governador Adolpho Lamenha Lins em 15 de fevereiro de 1876 e 15 de fevereiro de 1877.

b) Fontes orais:

- . Candido de Mello Neto (Dr.)
- . Ivone Agottani Mezaadri
- . Maria Amélia Agottani Samways
- . Newton Stadler de Souza

c) Periódicos:

IL DIRITTO, Curitiba, 1889-1902. (18 números)

. Gerente responsável: Egizio Gini

O DESPERTAR, Curitiba, 1904-1905. (6 números)

. Redatores responsáveis: Gigi Damiani e J. Buzetti

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 1889-1920. (Amostragem)

. Periódico da Grande Imprensa

O REBATE, Curitiba, v.1, n.1, 1917.

A REPUBLICA, Curitiba, 1889-1920. (exemplares esparsos)

. Periódico da Grande Imprensa

A REVOLTA, Curitiba, v.1, n.1, 1917.

A TERRA LIVRE, Rio de Janeiro, v.2, n.59, abr. 1908.

d) Revistas:

ALAMANACH DO PARANA PARA 1901.

. Redactor: Romario Martins

. Livraria Economia. Curitiba

RAMO DE ACACIA-ORGAM DA MAÇONARIA DO PARANÁ, Curitiba, v.2,
n.3-4, jan./fev. 1909.

A ESCOLA, Curitiba, v.5, n.7/12, 1919.

Revista dos Professores Públicos do Estado do Paraná

II - FONTES SECUNDARIAS

ADDOR, Carlos Augusto. A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ALVIM, Zuleika M.F. Brava gente! os italianos em São Paulo 1870-1920. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARAÚJO, Silvia Pereira de; CARDOSO, Alcina de Lara. Trabalhadores da imprensa operária paranaense entre 1890 e 1935). Cadernos de Jornalismo e Editoração ECA/USP, p.71-85, dez. 1988.

_____. Jornalismo e militância operária. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. (No prelo)

BALHANA, Altiva Pilatti. Italianos no Paraná. In: DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.121-44.

_____. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná: Departamento de História, Curitiba, n.3, p.28-51, jun. 1963.

- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPOSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITARIOS DE HISTORIA, 4, Porto Alegre, 8 set. 1967. Anais... p.345-67.
- BAKUNIN, Michail. Federalismo, socialismo, antiteologismo. São Paulo: Cortez, 1988.
- BENKENDORF, Carlos Augusto. Embriaguez, desordem e controle social em Curitiba (1909-1912). Boletim da Universidade Federal do Paraná: Departamento de História, Curitiba, n.1, p.73-94, mar. 1989.
- BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2.ed. Brasília: Ed. UNB, 1986.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMARIO MARTINS, Curitiba, v.16, n.84, jul. 1989.
- BRASILLACH, Robert; BARDECHE, Maurice. História da guerra de Espanha. Lisboa: Clássica, 1940. 2v.
- BRICIANER, Serge (ed.) Anton Pannekoek y los consejos obreros. Barcelona: Anagrama, 1976.
- BROUE, Pierre. La revolution espagnole (1931-1939). Paris: Flammarion, 1973.
- BUFFA, Ester. O nascimento da escola pública na França: uma lição de método. Revista Ande, v.1, n.5, p.16, 1982.
- CARDOSO, Alcina de Lara. As greves e a questão social na primeira República. In: PARANA. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE. BIBLIOTECA PÚBLICA. História do Paraná. Curitiba, jul. 1986. p.89-109. (Idéias em debate, 5)
- CARDOSO, Alcina de Lara e ARAÚJO, Silvia. 10. de maio: cem anos de solidariedade e luta (1886-1986). Curitiba: Beija-flor, 1986.

- CARON, Lucrecia de Araújo. Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977). Curitiba, 1978. Tese. Universidade Federal do Paraná.
- CARONE, Edgard. A república velha. Instituições e classes sociais. São Paulo: DIFEL, 1970.
- _____. A primeira república 1889-1930. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Therezinha de. História da civilização brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A questão social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CODESUL. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976.
- COLE, G.D.H. História del pensamento socialista. México: Fondo de Cultura Economica, 1975. 3v.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. Tese - Universidade Federal do Paraná.
- _____. Ação empresarial do Barão do Serro Azul. Curitiba: Grafipar, 1981.
- DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962.
- DIEGUEZ JR., Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DULLES, J.W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935). 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 10.ed. São Paulo: Global, 1989.
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.
- FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa e sociedade: o trabalhador gráfico. São Paulo, 1976. Tese - Universidade de São Paulo.
- GALEB, Maurício; FONSECA, Ricardo Marcelo. A greve de 1917 em Curitiba: resgate de uma memória operária. Curitiba, 1990. Universidade Federal do Paraná. Monografia.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Educação e movimento operário no Brasil. São Paulo: Cortez, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUPO ANARQUISTA 10. DE MAIO (sel.) Matalesta: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- GUERIN, Daniel. Bakunin: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- GUIMARAES, Alberto Passos. As classes perigosas no Brasil: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- HASUI, Marta; SEGA, Rafael Augustus. O papel político dos sapateiros 1890/1907. Curitiba, 1992. Universidade Federal do Paraná. Monografia.
- HOERNER JR., Valério. Curitiba 1900. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1984.
- IANNI, Octavio. Aspectos políticos e economicos da imigração italiana. In: FORUNS DE ESTUDOS ITALO-BRASILEIROS, 1/2, Caxias do Sul, jun. 1975. Anais... p.11-28.
- LARA, Alcina Maria de; ARAUJO, Silvia Maria Pereira. As greves e a questão social na 1a. república paranaense. Revista Novos Rumos, São Paulo, v.2, n.1, p.109-25, jan./mar. 1987.
- LINHARES, Temístocles. Paraná vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- _____. História econômica do mate. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LOURENÇO FILHO, M.B. Introdução ao estudo da escola nova. São Paulo: Melhoramentos: FENAME, 1978. p.162.
- LUIZETTO, Flávio. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna n.1 (1912-1919). Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v.24, p.18-47, ago. 1986.
- _____. As utopias anarquistas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná: Departamento de História, Curitiba, n.3, p.1-27, jun. 1963.
- MALATESTA, Errico. Anarquistas, socialistas e comunistas. São Paulo: Cortez, 1989.

- MALATESTA, Errico et al. O anarquismo e a democracia burguesa. 3.ed. São Paulo: Global, 1986.
- _____. A anarquia e outros escritos. Brasília: Novos Tempos; São Paulo: Centro de Cultura Social, 1987.
- MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARCHESINI, Marcia Maria. Os inimigos do rei clero; a imprensa sindical anarquista. Curitiba, 1992. Universidade Federal do Paraná. Monografia.
- MARTINS, Romário. Origens de Curitiba. In: CURITIBA. Curitiba: Habitat, 1982.
- MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORIYON, F.G. Educação libertária. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MUSEU da Imagem e do Som, Paraná. Imagens da memória operária. Curitiba, 19-. (Catálogo)
- NABLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo: EDUSP, 1974.

- NARANJO, Plutarco. La I Internacional en Latinoamerica.
Quito: Universidad Central / Ed. Universitaria, 1977.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.
- PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil meridional. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981. (Estudo de caso)
- _____. Colônia Cecília: anarquistas no Paraná. In: DE BONI, Luiz A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.113-32.
- POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no centenário (1500-1900). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? 2.ed. Lisboa: Estampa, 1975.
- RESENDE, Paulo-Edgar; PASSETTI, Edson (org.) Proudhon: textos escolhidos. São Paulo: Atica, 1986.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. Tese - Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Edgar. Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984.
- _____. Socialismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- ROSSI, Giovanni (Cardias). Un comune socialista. 5.ed. Livorno: E. Favillini, 1891.

- ROSSI, Giovanni (Cardias). Cecilia; Comunità Anarchista Sperimentale / Un episodio d'amore; Nella Colonia "Cecilia". Livorno: Sbelforte E.C., 1893.
- SANT'ANNA, Armando. Propaganda: teoria, técnica e prática. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1981.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SCHMIDT, Afonso. Colônia Cecilia; romance de uma experiência anarquista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SFERRA, Guiseppina. Anarquismo e anarcossindicalismo. São Paulo: Atica, 1987.
- SOBOUL, Albert. A revolução francesa. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecilia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v.1, n.1, set. 1978.
- _____. (org.) Kropotkin: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 6.ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiya Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.7, p.1-52, 1968.

WOODCOCK, George. Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM, 1983. v.1: A idéia.

_____. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 1981.

1

A N E X O S

A N E X O 1

CURITIBA: IMPRENSA, ASSOCIAÇÕES E GREVES / 1883 - 1920
(Adaptação do Quadro elaborado por ARAÚJO e CARDOSO)

CURITIBA: IMPRENSA, ASSOCIAÇÕES E GREVES / 1883 - 1920

(Adaptação do Quadro elaborado por ARAÚJO e CARDOSO) *

ANO	JORNAIS OPERÁRIOS	GREVES E EVENTOS	FORMAS ASSOCIATIVAS
1883			- Sociedade Protetora dos Operários
			- Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi
1884			- Sociedade Recreativa Beneficente dos Operários Alemães
1889		- Congresso Operário no Paraná	
1890		- Partido Operário do Paraná	- Clube Operário
1892	- A VOZ DO POVO (S)		- Sociedade Dante Alighieri
	- XX DE SETEMBRO (A)		- União dos Pedreiros
1893	- IL LAVORATORE (A)		
1896	- PRIMEIRO DE MAIO (S)		- Sociedade Beneficente dos Trabalhadores deerva-Mate
1899	- IL DIRITTO (A)		- Grupo Germinal, Socialista-Anárquico
			- Clube Beneficente 13 de Maio
			- Associação Curitibana dos Empregados do Comércio
			- Sociedade Beneficente Cervantes
1900		- Greve. Empresa de	

* O Quadro elaborado pelas autoras abrange o período, 1883-1936, e nele são também indicados os jornais editados pelas entidades operárias e categorias ocupacionais.

Os dados arrolados pelas mesmas referem-se não só à Curitiba como a outras cidades paranaenses: Antonina, Ponta Grossa, Rio Negro, Paranaguá, Morretes, Palmas, Palmeiras. Interessou-nos manter somente os dados referentes à Curitiba no período, 1883-1920 e fazer a indicação dos periódicos anarquistas (A) e socialistas (S).

No quadro por nós adaptado, foram alteradas as datas de fundação da Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi e da Sociedade Beneficente Internacional da Agua Verde, frente aos documentos que temos em mãos.

Vide ARAÚJO, Silvia Pereira; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Jornalismo e militância operária. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. (No prelo)

(Continuação)

ANO	JORNAIS OPERARIOS	GREVES E EVENTOS	FORMAS ASSOCIATIVAS
		Saneamento	
1901	- ELECTRA (A)	- Greve dos Ferro- viários	- Liga Anticlerical Paranaense
1902	- O AZORRAGUE (A) - A EMANCIPAÇÃO (S)	- Greve, Fábrica Be- neficiamento Er- va Mate	- Liga Internacional dos Filhos do Trabalho
1903	- A VOZ DO DEVER (A)		
1904	- 14 DE JULHO (A) - O DESPERTAR (A)		- Grupo Homens-Livres
1905	- A VANGUARDA (A)		- Sociedade Beneficente dos Operários do Rotei- - Liga dos Sapateiros - Centro da Mocidade Livre-Pensadora - Circulo Filodramático IBSEN - Sociedade Beneficente Internacional da Agua Verde
1906	- O DEMOCRATA (S)	- Greve dos sapatei- ros - Primeira comemora- ção do 1 de Maio	- Federação Operária Paranaense - Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Pa- raná - Centro Tipográfico Paranaense - Sociedade de Defesa da Classe e Resistência
1907	- O COMBATE (A)	- I Congresso Operá- rio Estadual	- União Gráfica - Sociedade dos Padeiros - Clube Filodramático de Curitiba - União dos alfaíates
1908		- Greve dos trabalha- dores na Estrada de Ferro São Pau- lo - Rio Grande	- Liga Operária 1o. de Maio
1909		- Manifestação operá- ria Geral e con- tra a morte de Ferrer	
1910	- A BOMBARDA (A)	- Greve dos Alfaíates	- Sociedade dos Condutores de Veiculos de Curitiba (cocheiros e carroceiros) - Liga Nacional dos polacos no Brasil
1911	- A BATINA (A)		- Sociedade Protetora dos Boleeiros - Centro Gráfico Paranaense

(Continuação)

ANO	JORNAIS OPERARIOS	BREVES E EVENTOS	FORMAS ASSOCIATIVAS
1912	- O DEVER (S)	- Lançamento do Alma naque do Paraná	
1913		- Greve dos tipógra- fos	- União dos "Chauffers" - União Central do Brasil
		- Greve dos leiteiros	- Associação dos empregados públicos do Estado do Paraná
		- Greve dos motoris- tas da South Bra- zilian Raylway Company	- Sociedade Beneficente dos Barriqueiros da Água Verde
1915	- O OPERARIO (S)		- Partido Socialista do Paraná - Centro Socialista do Paraná - União Operária Beneficente de Caeteté
1917	- A TERRA LIVRE (A)	- Greve dos Ferroviá- rios	- Federação Operária de Resistência - Centro de Resistência do Paraná
	- A REVOLTA (A)	- Greve dos boleiros	- Sindicato do Mate
		- Greve dos tipógra- fos	
		- Greve dos padeiros	
		- Greve dos telefo- nistas	
	- O REBATE (S)	- Greve dos Operários em geral	
		- Greve dos ferroviá- rios empregados	
		da Usina de Luz	
		- Greve dos Operários da Fábrica de pre- ços Santiago	
		- Greve dos operários da fábrica de cer- veja Atlântica	
1919		- Greve dos ferroviá- rios	- União Operária do Paraná - Sociedade 27 de Janeiro
		- Greve. Fábrica de Fósforos Pinheiro	- Sociedade Beneficente dos Operários - Cooperativa Operária
1920		- Greve dos ferroviá- rios	- Sociedade Internacional Beneficente Recreativa São Brás

A N E X O 2

SOCIETA ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO GIUSEPPE GARIBALDI
e SOCIEDADE BENEFICENTE INTERNACIONAL DA AGUA VERDE;
algumas considerações

SOCIETA ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO GIUSEPPE GARIBALDI
e SOCIEDADE OPERARIA BENEFICENTE INTERNACIONAL DA AGUA
VERDE; algumas considerações

Souza ¹ e Pellizzetti ², apoiando-se em Newton Carneiro, afirmam que a idéia de fundação da "Sociedade di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi" derivou dos anarquistas do núcleo Cecília. Parece-nos ser infundada tal assertiva, já que a fundação da sociedade é anterior à vinda dos integrantes da Cecília - a Sociedade Garibaldi foi fundada em 1883 e a primeira leva de anarquistas chegou em 1890 -.

De todo modo, embora julguemos que não tenham dado origem à Sociedade, é fato inegável que dela foram sócios e nela realizaram atividades, tais como a reunião de fundação da Federação Operária Paranaense, a comemoração de 10. de Maio de 1906, assim como a reunião dos sapateiros que nomearam comissões para se entenderem com os proprietários, por ocasião da Greve dos Sapateiros ³.

Ivone Mezadri sustenta que sempre manteve contato com os anarquistas radicados em Curitiba e que nunca ouviu dizer que as sociedades que congregavam imigrantes

¹ SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo na Colônia Cecília. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

² PELLIZZETTI, Beatriz. Colônia Cecília: anarquistas no Paraná. In: DE BONI, Luiz A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p.113-32.

³ RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba, 1890-1920. São Paulo, 1985. Tese. Universidade de São Paulo.

italianos desenvolvessem qualquer tipo de atividade ligada ao anarquismo. Sabia, isto sim, que os anarquistas na qualidade de sócios, participavam tanto da Sociedade Garibaldi, quanto da Sociedade Dante Alighieri.

Parece-nos que essas sociedades por concentrarem imigrantes, independentemente de suas convicções políticas, reuniam em seu seio as contradições inerentes a esse momento histórico. Deviam fazer parte dos seus quadros de sócios: livre-pensadores, maçons, socialistas, anarquistas, liberais, monarquistas, republicanos, que discutiam todas estas tendências políticas, embora nenhuma delas caracterizasse tais sociedades imprimindo-lhes um direcionamento exclusivo.

Souza ⁴ corrobora a participação de integrantes da Colônia Cecília na Sociedade Garibaldi, através da consulta que fez a livros da entidade, aos quais teve acesso por intermédio do Sr. Orlando Ceccon, na época em que esse presidia a entidade e entrevê no próprio nome dessas sociedades, como a Sociedade Internacional da Agua Verde, fundada em 1905, e a Sociedade Universal dos Barriqueiros, reflexo da influência exercida pelos sócios que se comprometiam com tal visão de sociedade.

Sabe-se que o anarquismo sempre defendeu um mundo sem fronteiras, uma organização social onde conceitos como pátria e Estado não tivessem lugar. Portanto, é possível

⁴ Newton Stadler de Souza. Entrevista concedida em 04/maio/1990.

que a influência de sua concepção de mundo tinha contribuído para a designação dessas sociedades.

Outro aspecto muito bem lembrado por Stadler de Souza é o da convivência entre os membros dessas sociedades, em atividades diversas o que possibilitava a troca de experiências e diálogos onde a doutrinação anarquista devia estar presente, elemento que fazia parte da índole daqueles que se comprometiam com o anarquismo: a paixão pelos seus ideais e o interesse em divulgá-los em todas as ocasiões.

SOCIETA ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO GIUSEPPE GARIBALDI

Segundo o que consta no art. 1o. do Estatuto ⁹, lido e aprovado em 5 de junho de 1908, a Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi foi fundada no dia 1o. de julho de 1883, com os seguintes objetivos:

"Parágrafo 1o. - Socorrer aos seus associados em caso de doença ou outro acontecimento funesto, com quantia determinada

Parágrafo 2o. - Promover nos limites dos seus recursos a instrução dos socios e de suas famílias

Parágrafo 3o. - Proporcionar aos seus membros diversas moraes e instructivas, evitando, porém,

⁹ STATUTO della Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi. Curitiba. Tip da Libreria Mundial, 1920.

qualquer onus aos cofres sociaes; para este fim promoverá entre elles a organização de grupos sportivos, musicaes, philodramaticos, etc.

Parágrafo 4o. - Logo que as condições financeiras lh'o permitam, dará ao associado o tratamento medico e os medicamentos de que necessita".

E interessante notar que no art.14 do Estatuto, consta:

"Art.14 não tendo a sociedade fins politicos ou religiosos não é permittida na sede social qualquer discussão a este respeito".

Esse Estatuto foi aprovado em 1908, mas até esta data haviam ocorrido reuniões operárias no recinto da sociedade Garibaldi, inclusive a fundação da Federação Operária Paranaense.

Será que houve reação por parte de alguns sócios que não desejavam este tipo de atividade no interior da Garibaldi?

SOCIEDADE OPERARIA BENEFICENTE INTERNACIONAL DA AGUA VERDE

Em 1963, José Borba Filho * escreveu um histórico desta sociedade, onde transcreveu vários documentos. Neles consta que a Sociedade Beneficente Internacional da Agua Verde, foi fundada a 10. de janeiro de 1905, sendo seu primeiro presidente Agostinho Merlin. Em junho de 1931, teve seu nome mudado para Sociedade Operária Beneficente Internacional da Agua Verde.

"Foram fundadores da Sociedade: Agostinho Merlin, Batista Toso, Domingos Costa, David Meller, Frederico Regatierre, Rafael Todeschini, Jacob Fanestil, Fidelis Thomaz, Eugenio Ceschim, Germano Egg, Constante Razzolin, João Postai, Pedro Giovannoni, Luciano Tedesco, Francisco Klenk".

* BORBA FILHO, José. S.O.B.I.A.U. e sua história. Curitiba, 1963.